

REFEITUR	A MUNICIPAL DE BACABAL - MA
ls. nº:	077
roc. nº:	181 w/ rors
ubrica:	

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n° 01 – Calhau Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luis - MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade.oabma@gmail.com

# CERTIDÃO

**CERTIFICO** que a 6ª(sexta) Alteração contratual da Sociedade denominada "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", foi registrada no Livro C-6 de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, á fls. 83, desde 16(dezesseis) de abril de 2019(dois mil e dezenove). Eu, Eliane Rodrigues Macedo, Funcionária da comissão de Sociedade de Advogados, subscrevo, dato e assino a presente certidão que vai visada pela Secretária Geral desta Adjunta seccional.

São Luís, 09/05/2019

Eliane Rodrigues Macedo Comissão de Sociedade da OAB/MA

Visto

Em: 09/05/2019

Valeria Cristina Regino Ferreira Secretaria Geral Adjunta da OAB / MA

PREFEITURA M	UNICIPAL DE BACABAL - MA O 18
Proc. nº: 1	31201/2013
Rubrica:	<b>4</b> 8

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL - LOPES & ADVOGADOS E ASSOCIADOS.

Por meio deste instrumento particular de contrato, e de acordo com as cláusulas a seguir, os sócios da sociedade de advogados LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, devidamente inscrita na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, sob o nº 154, inscrita no CNPJ 07.652.130/0001-58, MARCONI DIAS LOPES NETO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 6.550, e no CPF sob o nº. 847.655.343-91, residente e domiciliado na Avenida Jackson Kepler Lago, Qd. 02, nº 01, Ed. late Classic, ap. 1302, Península da Ponta D'Areia, São Luís/MA, BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº 7.099, e no CPF sob o nº 643.824.513-53, residente e domiciliado na Rua 22, Quadra 06, Casa 11. Conjunto Maiobão. Paço do Lumiar/MA e SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR. brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 9.837, e no CPF sob o nº 005.616.263-40, residente e domiciliado na Avenida Mario Andreazza, s/nº, Condomínio Village das Palmeiras III. Bloco 2, apro. 103, bairro Turu, São Luís/MA, que constituem uma Sociedade Civil de Prestação de Serviços de Advocacia, resolvem, de comum acordo, realizar alteração do contrato social da referida sociedade, consoante as cláusulas a seguir transcritas:

# DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA ALTERAÇÃO: A cláusula segunda do contrato social passará a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE - A sociedade tem sede à Avenida dos Holandeses, s/nº, Edificio Lagoa Corporate & Offices, Sala 1007, Torre II, Lagoa da Jansen, Ponta D'areia, São Luís/MA, CEP 65077-357, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer Estado da Federação, obedecidas as disposições e normas legais."

SEGUNDA ALTERAÇÃO: O advogado BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES, detentor de 50 quotas, vende todas as suas quotas ao advogado SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL : MA FIS. nº: 079		
Proc. nº:	18/201/2013	
Rubrica:	<i>O</i> ⁄	

9.837, e no CPF sob o nº 005.616.263-40, residente e domiciliado na Avenida Mario Andreazza, s/nº, Condomínio Village das Palmeiras III, Bloco 2, apto. 103, bairro Turu, São Luís/MA. Com a presente alteração, o advogado BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES deixa de fazer parte da sociedade.

TERCEIRA ALTERAÇÃO: Em razão da alteração prevista na cláusula anterior, a Cláusula Sexta do Contrato Original passa doravante a vigorar com a seguinte redação: "CLÁUSULA SEXTA – CAPITAL SOCIAL – O Capital social integralizado de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), dividido em 1000 cotas, no valor nominal de R\$ 320.00 (trezentos e vinte reais), cada uma, distribuída entre os sócios da seguinte forma:

- a) MARCONI DIAS LOPES NETO 940 quotas;
- b) SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR 60 quotas.

PARÁGRAFO ÚNICO – O capital social será integralizado à vista, em moeda corrente do País."

Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração.

E por estarem de comum acordo, assinam a presente alteração em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, e requerem o arquivamento dessa alteração junto à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão.

São Luís (MA). 20 de fevereiro de 2019. Marconi Dias Lopes Neto Silas Gomes Brás Júnior OAB/MA - 6,550 OAB/MA - 9.837 LHANGA ALS FIRMS ARCONI DIAS LOPES NETO Bruno Legnardo/Silva Rodrigues - 7.099 TESTEMUNHAS: Mariona B. de journa Nome: Nome: Lays tatima Leite Down CPF: 014 983 443 - 24 CPF: 016 006 863 - 80

der judicibile

gapatical and a

2

Prefeitura	MONICINAL DE RACABAL - MA
Fls. nº:	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Proc. nº: .	181201/2013
Rubrica:	e

Reconheço por SEMELHANCA a(s) firma(s) de la completa del completa de la completa de la completa del completa de la completa del completa de la completa del comple

⊯.ivro C-6, fls. 83, a 6⁴( sexta) ⊯:ermo aditivo.

4/2019

i Macedo ciedade da OAB/MA

viente and Origine for registrado no l' Alteente lo Cultura das prevista neste e

Mor Hs, 16/U

Eliano Rodrigues (\*) Funcionar a da Comisso de So

CER CERCO que tel rugio cado no Livro C-6, fls. 83, a 6ª (sexta) Aluvaçõe. Lo montual prevista neste termo aditivo.

Sant als. 16/04/2019

a va Mindeno -- Gallida di OMB/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL · MA		
Proc. nº:	152201/2023	
Dubrica	<b>0</b> Y	

### CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADVOCACIA – LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Por meio deste instrumento particular de Constituição de Sociedade. MARCONI DIAS LOPES NETO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 6.550, e no CPF sob o nº, 847.655.343-91, residente e domiciliado na Avenida Jackson Kepler Lago. Qd. 02, nº 01. Ed. late Classic, ap. 1302, Península da Ponta D'Areia, São Luís/MA e SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/MA sob o nº 9.837, inscrito no CPF sob o nº 005.616.263-40, residente e domiciliado na Avenida Mario Andreazza, s/nº, Condomínio Village das Palmeiras III, Bloco 2, apto. 103, bairro Turu, São Luís/MA, constituem uma Sociedade Civil de Prestação de Serviço de Advocacia, com arrimo nos artigos 15 a 17 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - Lei nº 8.906, de 04.07.94, a qual se regerá pelas cláusulas e condições abaixo alinhadas:

<u>CLÁUSULA PRIMEIRA</u> - RAZÃO SOCIAL - Fica constituída a Sociedade Civil de Prestação de Serviços de Advocacia que terá a seguinte razão social: <u>LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS</u>, que será regida pelos termos do presente contrato, pela legislação vigente e pelo Regulamento Geral e provimentos da OAB.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE - A sociedade tem sede à Avenida dos Holandeses, s/n°, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1007, Torre II, Lagoa da Jansen, Ponta D'areia, São Luís/MA, CEP 65077-357, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer Estado da Federação, obedecidas as disposições e normas legais.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA</u> - DURAÇÃO - A sociedade ora constituída terá duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - FIM SOCIAL - A sociedade tem como fim social a exploração da atividade advocaticia em toda sua plenitude, administração e disciplina,

PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	
Proc. nº:	Birolhas
Rubricar	6

das despesas e resultados patrimoniais auferidos pelos sócios na prestação dos serviços profissionais increntes ao ramo.

<u>CLÁUSULA QUINTA</u> - HONORÁRIOS - Os resultados do exercício serão distribuídos entre os sócios na proporção de sua participação no capital social e, em idêntica proporção ser-lhes-ão distribuídos os prejuízos. Essa distribuição pode ser feita periodicamente e, pelo menos, uma vez ao ano, ao término do exercício social.

<u>CLÁUSULA SEXTA</u> – CAPITAL SOCIAL – O Capital social integralizado de R\$ 320.000.00 (Trezentos e vinte mil reais), dividido em 1000 cotas, no valor nominal de R\$ 320.00 (trezentos e vinte reais), cada uma, distribuída entre os sócios da seguinte forma:

- a) MARCONI DIAS LOPES NETO 940 quotas;
- b) SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR 60 quotas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O capital social será integralizado à vista, em moeda corrente do País.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA</u> - RESPONSABILIDADE - Os sócios respondem pessoal e ilimitadamente, na proporção de seus atos e de forma individualizada, pelos danos porventura causados aos clientes, no exercício da advocacia, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Advogados do Brasil, em que incorrer o responsável direto pelo ato.

<u>CLÁUSULA OITAVA</u> - ADMINISTRADOR - O sócio cotista MARCONI DIAS LOPES NETO será o administrador da sociedade. Ao sócio administrador caberão todos os poderes necessários à direção dos negócios sociais, inclusive os de representar a sociedade judicialmente, de constituir procuradores em nome da sociedade e de praticar todos e quaisquer atos necessários à execução do seu fim social ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade.

§1.º O sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade poderá, a qualquer tempo, destituir o sócio nomeado administrador no *caput* desta cláusula, cessando imediatamente o exercício do cargo de administrador.

M. mon

PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fis. nº:	083
Proc. nº:	18120 /2013
Rubrica:	49

§2.º Ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, o sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade passará a ser o administrador da sociedade ou indicará outra pessoa para assumir o cargo.

§3.º No caso de destituição do administrador previsto no §1º desta cláusula, se o sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade optar pela indicação de outra pessoa para assumir o cargo, esta poderá ser um sócio ou qualquer advogado contratado pela sociedade.

§4.º A destituição do administrador prevista no §1º e a indicação de outro administrador prevista no parágrafo anterior desta cláusula serão feitas por simples averbação no registro da sociedade, promovida pelo sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade, sem necessidade de concordância ou assinatura dos demais sócios.

§5.º Para que o sócio administrador possa adquirir, alienar ou oncrar bens, ou fazer qualquer operação de crédito, é necessária a expressa anuência do sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade.

<u>CLÁUSULA NONA</u> - CONDUTAS VEDADAS AO ADMINISTRADOR - É expressamente proibido ao administrador o uso da razão social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, bem como avalizar ou afiançar obrigações de terceiros, só podendo prestar aval ou fiança em proveito da própria sociedade.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA</u> - EXCLUSÃO DE SÓCIO - É lícito a qualquer sócio cotista, representando dois terços do capital social, excluir da sociedade, por qualquer motivo que entenda razoável qualquer sócio. O sócio excluído receberá da sociedade, no prazo de 03 (três) meses, a contar do término do mês em que ocorrer a alteração do contrato social, o valor das cotas que integralizou, calculado de acordo com o estatuído na cláusula sexta deste contrato.

§1.º - O licenciamento de qualquer sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário não alterará a constituição da sociedade, e deverá ser

m . m .

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA			
Fis. nº:	O8Je		
Proc. nº:_	181201 hors		
Rubrica:	<i>D</i> /		

averbado no registro da sociedade, nos termos do artigo 16, § 2º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94).

§ 2.º - Outros sócios poderão ser admitidos na sociedade, desde que aceitos pelos sócios que já a compõem.

§ 3º - Cessando os motivos do licenciamento de qualquer sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário voltará automaticamente à situação anterior ao licenciamento, sem necessidade de qualquer alteração contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os sócios poderão advogar individualmente usando o nome da sociedade, respeitadas as limitações legais. Os honorários auferidos se reverterão em benefício do(s) sócio(s), observando-se a proporção de cada um no capital social da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os sócios deverão se abster de prestação de fianças, avais ou qualquer outro tipo e forma de garantia em favor de terceiro, sendo expressamente vedados, nulos e inoperantes em relação à sociedade os atos de sócios, funcionários, mandatários, que envolvam direta e/ou indiretamente, ocasionando obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os sócios gozarão do direito de preferência para a aquisição de cotas. O sócio que desejar retirar-se da sociedade, vender ou transferir parte ou totalidade de suas cotas, deverá ofertá-las, em igualdade de condições, por escrito, aos sócios remanescentes, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para se pronunciarem. Decorrido esse prazo em que a preferência haja sido exercida por quaisquer dos sócios, as cotas poderão ser vendidas a terceiros, desde que aceito pelos sócios remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.  $\ensuremath{\mathcal{L}}_{\ensuremath{\mathcal{L}}^{\prime}}$ 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA		
Fls. nº:	085	
Proc. nº:	18/201/2013	

Rubrica:

Ø/

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de morte de um dos sócios, caberá aos sócios remanescentes decidirem sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares. Aplicase aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Em caso de liquidação da sociedade, o liquidante será o administrador e o patrimônio apurado em nome da sociedade será destinado ao pagamento dos encargos sociais e débitos outros e. o saldo remanescente, se houver, será repartido entre os sócios na proporção ua distribuição de suas cotas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - É vedado à sociedade e a seus sócios tomar dinheiro emprestado e/ou avalizar e/ou afiançar operações de qualquer natureza em nome da sociedade, sendo nulos e inexistentes tais atos e se porventura houver necessidade de tais atos, estes serão inteiramente particulares, onde o(s) sócio(s) que praticar (em) o ato responderá (ão) ilimitadamente pelos mesmos, cujos valores ou beneficios não poderão ser lançados contabilmente, por serem pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As deliberações sociais, mesmo que impliquem modificação do presente contrato, serão tomadas entre os sócios por maioria na distribuição de suas cotas, salvo se relativas a direito individual de sócio, que não poderão ocorrer sem seu consentimento expresso.

PARÁGRAFO ÚNICO - As alterações contratuais tomadas por deliberação majoritária de cotas serão assinadas por tantos sócios quantos bastem para caracterizá-las.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA</u> - Desde que de comum acordo com os demais sócios, cada sócio poderá destinar bens seus, móveis ou imóveis, para uso da sociedade, sem que tais bens sejam integrados ao patrimônio social da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO · A sociedade de advogados, mediante a manifestação por escrito do(s) sócio(s) majoritário(s), pode se associar com advogados, sem vinculo de emprego, ou com outras sociedades advocaticias, para participação nos resultados.

My man

	A MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	OR6
Proc. nº:	182201/2019

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Fica eleito o foro da cidade de São Luís/MA, para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a existir sobre o presente contrato. ficando excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor e provimentos da OAB.

E por estarem firmes e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para a mesma finalidade, perante duas testemunhas, que tudo presenciaram.

São Luis (MA) 20 de feveroiro de 2019.

Marconi Dias Lopes Neto

OAB/MA - 9.837

OAB/MA - 6.550

Bruno Leonardo Silva Rodrigues OAB/MA - 7.099

**TESTEMUNHAS:** 

Mariana B. de Nome:

3º OFICIO DE NOTAS

CPF: 617.663 443 - 24

Nome: Lays BUSE CO

026.006.863.20



Reconheço por SEMELHANCA a(S) limita si dei 2128002] -BRUNO LEONARDO SIIVA RODRIGUESE Emolunando 5550

Emetrianes 45,56
Em testº da verdade
São Luis - MA. 22/02/2019.
DENNIS DE LIMA SILVA
FSCAEVENTE AUTORIZADO

Eliane Rodrig

CHRESTER COMMON AND A MARK.

\$\frac{4}{2019}\$ CERTIFICO que foi registrado no Livro C-6, fls. 83, a 6\(^4\) (sexta) Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

Unicionaria la Comissão de Sociedade da

São Luís, 16/04/2019

Eliane Rodrigues Macedo
Funcionaria da Comissão de Sociedade da OAB/MA

PREFEITUR/	MUNICIPAL DE	BACARAI . MA
Fls. nº:	088	· I GOLDALE - MA

-		
FIs.	<b>~0</b> ·	
112	11=.	



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

		<i>i</i> _
Proc. nº: _	18120	1200
Rubrica:	N	1 100 -

# CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.652.130/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E DE SITUA CADASTRAL	ÇÃO DATA DE ABERTURA 13/10/2005
NOME EMPRESARIAL LOPES & ADVOGADOS	ASSOCIADOS	<u> </u>	
TITULO DO ESTABELECIMENTO LOPES & ADVOGADOS	O (NOME DE FANTASIA) ASSOCIADOS		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAATIV 69.11-7-01 - Serviços ad	VIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL Vocaticios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT Não informada	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁR	AS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 223-2 - Sociedade Simp			
LOGRADOURO AV DOS HOLANDESES		NÚMERO COMPLEN S/N EDIF LA 1007 TO	AGOA CORPORATE E OFSALA
CEP 65.077-357	BAIRRO/DISTRITO PONTA D'AREIA	MUNICÍPIO SAO LUIS	UF MA
ENDEREÇO ELETRÓNICO CONTATO@LOPESAA.	ADV.BR	TELEFONE (98) 3303-4544/ (98) 91	81-4995
ENTE FEDERATIVO RESPONSA	AVEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/10/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/01/2024 às 09:42:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	
Proc. nº:	089 18201/2013
Rubrica:	· /

Voltar	Impamis
--------	---------



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

07.652.130/0001-58

Razão Social:

LOPES E ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço:

AV DOS HOLANDESES SALA1007 TORRE II SN LAGOA CORPORATE OF /

PONTA D'AREIA / SAO LUIS / MA / 65077-357

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:31/12/2023 a 29/01/2024

Certificação Número: 2023123101053424959252

Informação obtida em 03/01/2024 08:47:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA		
-Is. nº;	_ 020	
oroc. nº:	183 201/1023	
Rubrica: .		



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ: 07.652.130/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 04:22:47 do dia 24/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/05/2024.

Código de controle da certidão: 9B01.9359.9A6E.4347 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



- KELEHUK	A MUNICIPAL DE BACABAL - M/
Fls. nº;	
Proc. nº:	18/201/2013
Rubrica: .	Ø.

# GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

# **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

Nº Certidão: 320145/23 Data da Certidão: 06/11/2023 11:55:17

CPF/CNPJ 07652130000158 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 05/03/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 03/01/2024 08:50:08



PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. ne:	00 Z
Proc. ne:	181701/2013
Rubrica: _	9

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.652.130/0001-58 Certidão nº: 550848/2024

Expedição: 03/01/2024, às 08:59:03

Validade: 01/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.652.130/0001-58, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



FIS, nº:	093
Proc. nº:	181701/2013
Rubrica:	

# GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

# **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**

N° Certidão: 096402/23 Data da Certidão: 29/12/2023 09:22:39

CPF/CNPJ CONSULTADO: 07652130000158

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 27/04/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data impressão: 03/01/2024 08:51:10



### PREFEITURA DE SAO LUÍS

# SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

## **CERTIDÃO NEGATIVA**

Número da Certidão: 00008480132024

Validade: 08/05/2024



REFEITUR/	MUNICIPAL DE BACABAL • MA
Proc. nº:	181201/2023
Rubrica:	in.

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO FISCAL RELATIVO A PESSOA JURÍDICA, DESCRITA ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

	DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 07.652.130/0001-58	Inscrição Municipal: 55797005	
Razão Social: LOPES & ADVOGAD	OS ASSOCIADOS	
TA	IVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
691170100 - SERVICOS ADVOCAT	ICIOS	
	ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: AVENIDA DOS HOLA	NDESES	
Número: S/N	Complemento: EDIF:LAGOA CORPORATE E OFSALA 1007 TORRE II;	
Bairro: PONTA D'AREIA		
Município: SAO LUIS - MA CEP: 65077357		CEP: 65077357

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em 09 de janeiro de 2024 ?s 07:56, sob o código de autenticidade nº AA0187C29CAD19FB4B86AA03AA84F428.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em <a href="https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao">https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao</a>.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."



PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	095
Proc. nº:	181201/2013
Rubrica:	

# **CERTIDÃO**

CERTIFICO, para os fins de direito, que a Sociedade: "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", é inscrita no Conselho Seccional da OAB/MA, sob o nº. 154, desde 13 de outubro de 2005, conforme consta no Livro B-03. Fl. 51 CNPJ: 07.652.130/0001-58. CERTIFICO ainda, que a mesma não responde a processo disciplinar junto a esta Seccional, é possível informar os registros aqui arquivados. Certifico por fim, que a mesma se encontra quite, junto a esta Seccional conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006. Por ser expressão da verdade, lavro a presente certidão, que vai assinada por GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.

# **COMISSÃO DE SOCIEDADES**

E-mail: sociedado@oabma.org.br WhatsApp: 98 99161-1092

Endereço Sede OAB

Rua Dr. Pedro Emanoel de Oliveira, Nº01 - CEP 65076-908 - Calhau - São Luís, MA - Brasil

Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429



Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6°, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#6490699

Certidão de inteiro teor - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 01/12/2023, às 16:03. **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 03/12/2023, às 15:14. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <a href="https://validador.oab.org.br">https://validador.oab.org.br</a>, informando o código **6490-6994-8D**.

PREFEITURA Fls. nº:	MUNICIPAL DE BACABAL • M/
Proc. nº:	18/201/203
Rubrica:	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA					
Fls. nº: _	097				
Proc. nº:	181201/1013				
	<u> </u>				

### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO Corregedoria Geral da Justiça Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

CERTJUDONE-SJDFRSL - 110132023 Código de validação: F48E9D4B8D

Número da guia: 23057301001664225.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. CERTIFICO a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das Varas Cíveis e Comércio, a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) até o dia quatro (04) do mês de dezembro (12) do ano corrente, constatei NÃO EXISTIR¹ distribuição de pedido de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil contra: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob nº 07.652.130/0001-58. CERTIFICO finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e Termo Judiciário de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, Vanessa Cristina Ferreira Sales Coelho, Assistente de informação, mat. 186890, consultei e digitei. E eu, Anselmo de Jesus Carvalho, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 100073, subscrevo e assino digitalmente.

## ANSELMO DE JESUS CARVALHO Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís Matrícula 100073

1 OBSERVAÇÃO: o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"

Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 3194-5408 / 5409

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 05/12/2023 14:50 (ANSELMO DE JESUS CARVALHO)



PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fis. nº:	098
Proc. nº:	18201/2012
Rubrica:	ø





# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO IDENTIDADE DE ADVOGADO

MARCONI DIAS LOPES NETO

GUTEMBERG PACHECO LOPES WARGARETH WARIA WACHADO RIBEIRO

TERESINA-PI

22/09/1979

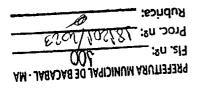
15 50204297-5 - SSP MA

847.655.343-91

MAO SCATTON GALLET AND THE STATE OF THE STAT

	MARKAUHĀC	253023693
6450201252 155151616AM	<u> </u>	S S
POLIZINS EXTANDIANCESA		—— 38 <u>19</u>
alignation excellent and move of		93
<i>f</i>		
	910	ाड ज
	OR MAN	
	10 (tip)(0)(	
	TEE 10	
		45 00A
	at Adequated CC	Aviesies Page
93-0300000000000	KOYAT KATANESAWA	5 14 15
		2530236931
834	ALGOSINGA CRIBATINO	2:
	ORBLIZARS	66
B BEDGATESTON		3
estent (no	MU 840 0228	
Trosticon Trosticon	CSOSTIONS	
Olalin	ZYOSVBJB LEHERSKY	
8281/031	INSTRUCTION TO THE PROPERTY OF	STOCK LOES
NEL PREMISO DI CONDUCCIÓN	COVALOR MEDITACIO: OTATE MATERIALE	NVEILLEYO
	TOVEROUS VIOLENCE VOID	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA F1s. nº: 18/20/1003 Proc. nº: 28/20/1003 Rudhica:



# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO O DE LIDENTA DO CONSELHO SECCIONAL DO CONSELHO DE LIDENTA DE LIDENTA



SILAS GOMES BRAS JUNIOR

SILAS GOMES BRAS

AM-SIRTARBYMI 304011448148 SARB AZOBRAS AIRAM ABRUS

\$50123; 3 \$60080 16 806000 123124350004 -



05 01/11/5013 83 001934F3 09-682 818 800 3861170101

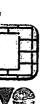
DIRPRIDERS SC VING

AFIELDAM STARDIA EO OLRAM ETNEGISERO







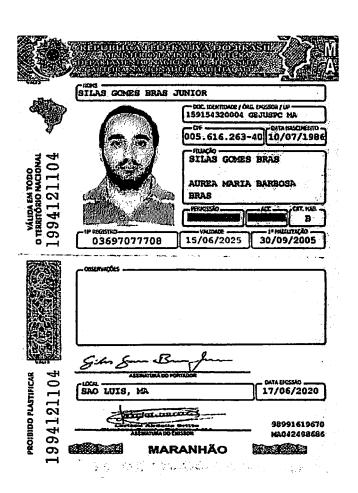






IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 do Lei nº 8 006/94)

PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	
Proc. nº:	18/201/2012
Rubrica: _	Ø



PREFEITUR	\ MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	.502
Proc. nº:	181201/2000
Rubrica:	<u> </u>



2 e 1. Nome e Schrencmo / Kame and Sumame / Nombre y Apcilides - Princira Habilitatio / Frint Univer License / Princira Licensia de Conducir - 3. Data e Local de Raschenno / Data and Piscos of Birth DOMM/YYY / Fecha y Lungu de Hacimiento - 4a. Data de Erricatio / Basting Data DOMM/YYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Yalldude / Expiration Data (DOMM/YYY / Veito Hauta - ACC - 4a. Documento detrolidade - Orgão errissor / Mentry Document - Insuring Autherty / Documento detectificación - Authritidad Expedient - 4d. CFF - 5. Número de registro de Citil / Driver License Hamber / Minero de Perrisso de Conducir - 9. Catagoria de Vetacios de Cambria de Habilidade / Driver Icense Class / Cetagoria de Perrisso de Conducir - 4 Habilidade / Driver Icense Class / Cetagoria de Perrisso de Conducir - Hacionalidade / Hadionality / Hacionalidade - Filação / Filación - 11. Observações (Casarvações (Casarvaçõ

I<BRA002687590<803<<<<<<<<< 7909227M3301258BRA<<<<<<< MARCONI<<DIAS<LOPES<NETO<<<<<



Serviços Advocatícios

CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São luis-MA

Registro na OAB N° 154

Balanço Patrimonial - Ativo

Delango i del linomo: Titto			
	NE	31/12/2022	31/12/2021
OVITA		1.913.276,80	1.383.893,81
CIRCULANTE		995.789,75	903.280,22
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	1	745.774,99	681.880,22
Calxa		5.879,58	4.473,73
Bancos c/ Movimento		34.308,92	1,00
Aplic. Financ. Liquidez Imediata		705.586,49	677.405,49
REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		238.191,66	221.400,00
Clientes - Duplicatas a Receber	2	238.191,66	221.400,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR		1.717,89	0,00
IRRF a Recuperar		1.717,89	0,00
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		10.105,21	0,00
Seguros		10.105,21	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		917.487,05	480.613,59
IMOBILIZADO	3	917.487,05	480.613,59
Bens em Uso		1.452.450,18	991.662,08
(-) Depreciação Acumulada		-634.863,13	-511.048,49
Aguisição de Imobilizado		99.900,00	0,00
		•	

Balanço Patrimonial - Passivo

	NE	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO		1.913.276,80	1.383.893,81
CIRCULANTE		125.019,83	36.518,58
FORNECEDORES	4	13.131,00	1.319,00
Fornecedores Nacionals		13.131,00	1.319,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	5	10.415,28	7.803,05
Folhas de Pagto. Empregados		2.573,44	2.336,21
Folha de Pagto. Dirigentes		1.078,68	979,00
Contribuições e Encargos Sociais		2.661,45	1.358,36
Obrigações com Férias e Encargos		4.101,71	3.129,48
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6	39.541,21	22.329,53
Impostos e Contribuições s/ Receita		39.541,21	22.329,53
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7	61.932,34	5.067,00
Contas a Pagar		61.932,34	2.980,72
Demais Contas a Pagar		0,00	2.086,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	1.788.256,97	1.347.375,23
CAPITAL SOCIAL		320.000,00	320.000,00
Capital Social Realizado		320.000,00	320.000,00
RESERVAS		45.055,02	45.055,02
Reservas de Lucros		45.055,02	45.055,02
LUCROS OU (-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		1.423.201,95	982.320,21
Lucros Acumulados		982.320,21	755.136,71
Lucros ou Prejuízos do Exercício		440.881,74	227.183,50

ANTONIO PEREIRA

Assinado de forma digital por ANTONIO

PEREIRA BRANDAO:24958565353

BRANDAO:249

Dados: 2023.03.01

58565353

09:40:25 -03'00'

Antonio Pereira Brandão Contador CRC-Ma 5197-0

Marconi Dias Lopes Neto Sócio Administrador CPF:847.655.343-91 Fls. ns: 103
Proc. ns: 181201/1000
Rubrica:



Serviços Advocatícios

CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São luis-MA

Registro na OAB N° 154

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercicio			
	NE NE	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS DE VENDAS DE SERVIÇOS		2.662.603,32	1.862.200,00
Venda de Serviços		2.662.603,32	1.862.200,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		-366.186,40	-222.737,68
(-) Impostos e Contribuições s/Vendas		-366.186,40	-222.737,68
= RECEITA LÍQUIDA	9	2.296.416,92	1.639,462,32
DESPESAS OPERACIONAIS	10	364.628,36	366.120,92
Despesas com Administradores		17.452,80	15.840,00
Despesas com Pessoal		47.510,56	46.154,39
Despesas com Depreciação		123.814,64	145.041,12
Despesas Tributarias		19.121,94	44.140,05
Outras Despesas Operacionais		156.728,42	115.041,14
(-) Outras Receitas Operacionais		0,00	-95,78
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	11	·30.667,26	-17.223,27
Despesas Financeiras		2.599,95	77,76
(-) Receitas Financeiras		-33.267,21	-17.301,03
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS S/ LUCROS		1.962.455,82	1.290.564,67

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

	31/12/2022	31/17/2021
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
Saldo de Lucros Acumulados no inicio do período	982.320,21	756.242,38
Ajustes Credores de Períodos de Apuração Anteriores	0,00	0,00
Reversão de Reservas	0,00	0,00
Lucros Líquidos do Exercício	1.962.455,82	1.290.564,67
(-) Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
(-) Ajustes Devedores de Períodos de Apuração Anteriores	0,00	-1.105,67
(-) Prejuízo Líquido do Ano	0,00	0,00
TOTAL	2.944.776,03	2.045.701,38
DESTINAÇÕES		
Transferências para Reservas	0,00	0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	1.521.574,08	1.063.381,17
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital	0,00	0,00
Outras Destinações	0,00	0,00
TOTAL	1.521.574,08	1.063.381,17
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.423.201,95	982.320,21

**ANTONIO PEREIRA** 

BRANDAO:2 BRANDAO:24958565353

495856535

Assinado de forma digital por ANTONIO PEREIRA Dados: 2023.03.01

09:39:28 -03'00'

3

Antonio Pereira Brandão Contador CRC-Ma 5197-0

Marconi Dias Lopes Neto Sócio Administrador CPF:847.655.343-91 Proc. nº:



Serviços Advocatícios

CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São luis-MA

Registro na OAB N° 154

			31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
LIQUI	DE7	-2///		Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Liquidoz Corrente	ILC=AC / PC	7,97	24,73	Resultado Líquido do Exercício	1.962.455,82	1.290.564,67
Quanto existo do recursos de curto prazo (AC) para cada \$ 1,00 de divida d				Depreciação e Amortização do Exercício	123.814,64	145.041,12
Liquidez Seca	(LS=(AC-Est) / PC	7,97	24,73	(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-1.105,67
Quanto existe de recursos de curto prazo sem estoques (AC) para cada \$ 1.		المستقيد المستقدا		= Calxa gerado pelas operações	2.086.270,46	1.434.500,12
Liquidez Geral	ILG = (AC+ARLP) / (PC+PELP)	7,97	24,73	Variações nos ativos e passivos		
Quanto existo de recursos a curto prazo (AC) + recursos de longo prazo (EU				(Aumento)/Redução dos ativos	-28.614,76	-15.336,39
Solvência Geral	ISG = AT/PExigTotal	15,30	37,90	Clientes	-16.791,66	-15.336,39
Quanto existe de recursos a curto prazo (AC) + recursos de longo prazo (EU	P) para cada \$ 1,00 de divida total (PC + PELP).			Impostos e Contrib. a Recuperar	-1.717,89	0,00
	JTURA DE CAPITAL ou ENDIVIDAMEN	го		Seguros	-10.105,21	0,00
Participação Capital de Tercelros	IPCT=ExigTotal / PL	0,07	0,03	Aumento/(Redução) dos Passivos	88.501,25	-37.736,62
Quanto existe do divida de curto e longo prazo (PC + PELP), capital de terco		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		Fornecedores	11.812,00	57,00
Composição do Endividamento	ICE = PC / Exig Total	1,00	1,00	Obrigações Trabalhistas	2.612,23	229,14
Quanto existe do divida no PC, capital de terceiros de CP para cada S 1,00 c				Obrigações Tributárias	17.211,68	-40.806,23
Grau de Endividamento ou Geral	IGE = Exig Total / AT	0,07	0.03	Outras Obrigações	56.865,34	2.783,47
Quanto existe de capital de terceiros no (PC + PELP) para cada \$1,00 do Ati				= Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.146.156,95	1.381.427,11
Imobilização do Patrimênio Líquido	IPL = AI / PL	0,51	0,36			
Quanto existe aplicados em, (AP) para cada \$ 1,00 do (PL), o excedente a \$	1,00, é a parte financiada com capital de terceiros.	· ———		Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Imobilização dos Não-Correntes	IINC = A) / ( PnC + PL )	0,51	0,36	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-560.688,10	0,00
Quanto existe de recursos imobilizados, para cada \$ 1,00 do recursos de lo	ngo prazo (PL + PELP) CP + capital de terceiros LP.			= Caixa líquido da Atividade de investimentos	-560.688,10	0,00
	ABILIDADE ou RETORNO					
Margem Líquida	MgL= LL / VL	85%	79%	Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Indica o percentual de lucro líquido sobre as vendas liquidas, isto é, o retor	no econômico sobre as Vendas Liquidas.			Lucros e Dividendos Recebidos de Investimentos	-1.521.574,08	-1.063.381,17
Retorno do Ativo	IRA = LL / ATotal	103%	93%	= Caixa líquido da Atividade de financiamentos	-1.521.574,08	-1.063.381,17
Indica o percentual de fucro sobre o ATotal, isto é, o retorno econ. sobre o	ATotal (recursos aplic, para o desemp, da atividade	). 				
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	iRPL = LL / PLtotal	110%	96%	= Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	63.894,77	318.045,94
Indica o percentual de lucro líquido sobre o Capital próprio (PL), isto é, o re	torno oconômico sobre o Patrimônio Líquido.	·				
	TIVIDADE ou GIRO		-	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do período	681.880,22	363.834,74
Giro do Patrimônio Líquido	GPL = VL / PL	1,28	1,22	Caixa e Equivalentes de caixa no fim do período	745.774,99	681.880,22
Quantas vezes o Capital Próprio (Patrimônio Liquido) girou no período em					•	•
Giro do Ativo Total	IGAT = VL / AT	1,20	1,18			
Quantas vezes os Recursos Aplicados (Ativo Total) girou no período em rel	sção as Vendas Liquidas (receita figuida).					
Giro do Ativo Operacional	IGAO = VL / AO	1,21	1,82			
		·	·	ANITONIO		

**ANTONIO PEREIRA** BRANDAO:24958 Dados: 2023.03.01

Assinado de forma digital por ANTONIO PEREIRA BRANDAO:24958565353

565353

09:39:46 -03'00'

Antonio Pereira Brandão Contador CRC-Ma 5197-0

Marconi Dias Lopes Neto Sócio Administrador CPF:847.655.343-91

Quantas vezes os Recursos Aplic. para circulação operacional (ATotal-Ativo Permanente) girou no período em relação as VI.

Rubrica:



Serviços Advocatícios CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edificio Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São luis-MA

Registro na OAB N° 154

#### **Notas Explicativas**

#### 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Lopes Advogados & Associados, sociedades de advogados, inscrita no CNPJ sob o nº: 07.652.130/0001-58, devidamente registrada na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, sob o nº 154, com sede e foro na cidade de São Luis, na Av. dos Holandeses, s/n. Edifício Lagos Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65.077-357, com atividade a Prestação de Serviços de Advocacia.

A sociedado pode a qualquer tempo, abrir ou fechar fillal ou outra dependência, em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

A sociedade tem como objetivo social a Prestação de Serviços de advocácia.

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. (art. 997, II, CC/2002).

A administração da sociedade cabe ao sócio Marconi Dias Lopes Neto, brasileiro, OAB-MA nº 6.550, carteira de identidade nº 0000682644297-5 IFP/RI SSP-MA, CPF-MF 847.655.343-91, que assumirá todas as operações, representarão a sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administrador prestará conta justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas (art. 1.065, CC/2002).

A critério dos sócios e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de Lucros, no critério estabelecido pela Lei nº. 6.404/76, ou, então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

A sociedade poderá distribuir lucros mensalmente, ou em períodos superiores, com base nos balancetes contábeis mensais e nos critérios de distribuição mediante acordo entre os sócios. (arts. 997 e 1.007 CC/2002, e art. 202, Lei nº. 6.404/76).

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

O capital social é de R\$ 320.00,00 (Trezentos e vinte mil reais), dividido em 320.000 (Trezentos e vinte mil) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente do país, distribuídas entre os sócios da sequinte forma:

#### CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO:

sócios	QUOTAS	%	VALOR
Marconi Dias Lopes Neto	300.800	94%	300.600,00
Silas Gomes Brás Júnior	19.200	6%	19.200,00
TOTAL	320.000	100%	320.000,00

#### 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas para Lopes & Advogados Associados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras Contábeis foi aprovada pela Administração da Entidade em 31 de janeiro de 2023.

#### 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazo;

- b) Ativo Circulante e Realizável a Longo prazo São demonstrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço;
- c) Aplicação financeiras de liquidez As aplicações financeiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço;
- d) Segregação entre circulante e não circulante os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no Circulante, e os com prazos superiores, estão classificados no Não Circulante;
- e) Imabilizado e Intangívei São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido da depreciação ou amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Entidade adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo do item passa ser mensurado com confiança. Intangível são licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos, para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABA



Serviços Advocatícios CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São luis-MA

Registro na OAB N° 154

#### **Notas Explicativas**

1) Uso de Estimativas Contábeis - de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração adote o uso de estimativas, premissas objetivas com seus ativos e passivos, e a divulgação contingente de seus ativos e passivos. Os valores reais das efetivas transações poderão apresentar variações em relação às estimativas;

g) Transações em moeda estrangoira - Convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado;

h) Provisão para recuperação de ativos (Impairment) - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil liquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil liquido. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment;

i) Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingência ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- e Provisões para contingências passivos provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicíal ou administrativa, com uma provável saida de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;

3) Outros ativos e outros passivos - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

#### 4 - RENUNERAÇÃO DOS SOCIOS

Os sócios percebem a remuneração mensal, pró-labore, que fixarem, respeitados os limites legais.

Os resultados do exercício serão distribuidos entre os sócios na proporção de sua participação no capital e em idêntica proporção ser-lhes-ão distribuídos os prejuízos. Essa distribuição pode ser feita periodicamente e, pelo menos, uma vez ao ano, ao termino do exercício social.

#### 5 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A empresa é optante pelo regime do Simples Nacional.

1 · CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	31/12/2022	31/12/2021
Caixa Matriz	5.879,58	4.473,73
Bancos contas Movimentos	34.308,92	1,00
Aplic. Financ. Liquidez Imediata	705.586,49	677.405,49
Total	745.774,99	681.880,22

Incluem dinheiro em caixo, depósitos bancários, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativos financeiros ou aplicação financeira são avaliadas pelo valor de mercado com ganhos ou perdas reconhecidas pelo regime de competência e são registrados como "Receitas ou Despesas Financeiras".

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, remunerados ao Certificado de Dep. Interbancário (CDI) e estão destinadas à negociação imediata. Por não haver restrições ao resgate antecipado, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa. No exercício não foram identificadas evidências de perdas por não recuperabilidade de ativos

2	٠	CLIENTES	- DUPLICATAS A RECEBER

2. CUENICI-DUPLICANAI A NECEDEN				
	31/1	2/2022	31/12	/2021
	a Vencer	Venddo	a Vencor	Vencido
Clientes - Duplicatas a Receber	238.191,66	0,00	221.400,00	0,0
	238.191,66	0,00	221.400,00	0,0

Representam direitos ou valores adquiridos por vendas a prazo de mercadorías ou serviços relacionados com a atividade da empresa e ainda não recebidos.



Serviços Advocatícios CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São luis-MA

Registro na OAB N° 154

**Notas Explicativas** 

		-						4		31/12/2022
3 - IMOBILIZADO	Saldo Anterior		Movimentação	Saldo Atual	Taxa	Saldo Anterior	Me	ovimentação	Saldo Atual	Imobilizado
	tmobilizado	Adições	Baixas	tmobilizado	Depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Liquido
Moveis e Utensilios	84.982,50	6.088,10	0,00	91.070,60	10,00%	-84.866,01	0,00	321,24	-85.187,25	5.883,35
Maguinas e Equipamentos	3.310,00	454.700,00	0,00	458.010,00	10,00%	-2.373,89	0,00	276,36	-2.650,25	455.359,75
Computadores e Periféricos	30.369,58	0,00	0,00	30.369,58	20,00%	-30.369,68	0,00	0,00	-30.369,68	0,00
Imóveis	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Veículos	723.000,00	0,00	0,00	723.000,00	20,00%	-393.438,91	0,00	123.217,04	-516.655,95	206.344,05
Adiantamento a Fornec. de bens	0,00	99.900,00	0,00	99.900,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	99.900,00
Total	991.662,08	560.688,10	0,00	1.552.350,18	Total	-511.048,49	0,00	123.814,64	-634.863,13	917.487,15

Composto por recursos aplicados em direitos e bens destinados a manutenção das atividades da entidade na exploração do seu objetivo social.

- Os bens do ativo imobilizado e intangível são avaliados ao custo de aquisição, aplicação e incorporação.
- Os bens foram depreciados e amortizados pelo método linear, por classe de bens, as taxas anuais estimadas, que melhor representam os respectivos prazos de vida útil dos bens no atendimento da administração.

A entidade verificou a probabilidade de ativo imobilizado e intangivel de gerar perdas econômicos futuras utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão

A entidade utilizou julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de beneficios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, atribuíndo maior importância

#### Availação do valor recuperável dos otivos

Os bens do imobilizado, intangivel e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências do perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor liquido de venda do ativo, esta perda é reconhecida no resultado do exercício.

|--|

4 · FORIECEDORES	31/12/2022 31/12/2021			
	a Vencer	Vencido	a Vencer	Vencido
Fornecedores Nacionais	13.131,00		1.319,00	0,00
	13.131,00	0,00	1.319,00	0,00
	•		•	

Contas a pagar com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não não circulante.

#### 5 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2022 31/13		31/12/2021	31/12/2021	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
Folhas de Pagto. Empregados	2.573,44	0,00	2.336,21	0,00	
Folha de Pagto. Dirigentes	1.078,68	0,00	979,00	0,00	
Contribuições e Encargos Sociais	2.661,45	0,00	1.358,36	0,00	
Obrigações com Ferias e Encargos	4.101,71	0,00	3.129,48	0,00	
	10.415,28	0,00	7.803,05	0,00	

Os impostos e contribuições sobre folha de pagamento, assim como os retidos de terceiros foram recolhidos normalmente.

Os impostos e contribuições sobre receitas e resultados estão isentos em conformidade com a Lei 9.532/97 e outros dispositivos legais.

#### 6 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Impostos Retidos a Recolher	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos e Contribuições s/ Receitas	39.541,21	0,00	22.329,53	0,00
	39.541,21	0,00	22.329,53	0,00

Os impostos e contribuições sobre folha de pagamento, assim como os retidos dos empregados ou autônomos foram recolhidos, normalmente sem isenção ou redução conforme legislação em vienr

Fls. ne: 18320/2

NICIPAL DE BACABAL - 1



Serviços Advocatícios CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São luis-MA

Registro na OAB N° 154

	#	A SAME AND A SAME	Management (1815) 1915 (1915)	Secondary and Princes			
7 · OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12	/2022	31/12/2021		Obrigações financeiras que uma empre	ura arriuma noranta nuturar necetadoros e	do consiene
	Curto Prazo	Lengo Prazo		ongo Prazo	Odrigações imanceiras que uma empre	sa assume perante outros prestadores	de serviços.
Aluguel e Condominio	2.458.00		2.086,28	•	d .		
Elo Internet	189,90		159,90				
Equatorial - Energia	1.350,55		1.896,00	•			
Net Serviços - Internet	251,36		273,21	•			
Vivo - Internet	508,74		651,61	•			
Outras Contas a Pagar	57.173,79		0,00		-		
	61.932,34	0,00	5.067,00	0,00			
8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021	O patrimônio Liquid	é formado p	or recursos dos sócios e recursos gerado	s do desenvolvimentos dos objetivos so	ciais, e
Capital Subscrito	320.000,00	320.000,00	conforme o contrato	social e crité	rio dos sócios e no atendimento de inter	esses da própria sociedade, o total ou pa	arte
Lucros Acumulados	982.320,21	756.242,38	dos lucros poderão s	er destinados	s à formação de Reservas de Lucros, no cr	itério estabelecido pela Lei nº. 6.404/76	i,
Reservo de Lucros	45.055,02	45.055,02	ou, então, permane	er em Lucros	Acumulados para futura destinação.		
Ajustes dos Exercícios Anteriores	0,00	-1.105,67					
Lucros ou (-) Prejuizos do Exercícios	1.962.455,82	1.290.564,67					
(-) Lucros Distribuldos	-1.521.574,08	-1.063.381,17					
Total	1.788.256,97	1.347.375,23					
9 - RECEITA LÍQUIDA	31/12/2022	31/12/2021		•	btém com a venda de prestação de serviç	o, após deduções de impostos sobre a v	enda da
Prestação de Serviços Advocaticios	2.662.603,32	1.862.200,00	prestação do serviço	٠.			
(-) Simples Nacional sobre vendas e serviços	-366.186,40	·222.737,68					
Total	2.296.416,92	1.639.462,32					
10 · DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2022	31/12/2021	_	stos relaciona	idos à manutenção do negócio. Possuem i	relação direta com o produto final, com	o as despesas
Despesas Com Pessoal - Sócios	17.452,80	15.840,00	administrativas.				
Despesas Com Pessoal - Empregados	47.510,56	46.154,39					
Despesas Com Depreciação	123.814,64	145.041,12					
Outras Despesas Operacionais	156.728,42	115.041,14					
Impostos e Contribuições	19.121,94	44.140,05					
Total	364.628,36	366.216,70					
11 - RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2022	31/12/2021	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		as e receitas financeiras, que podem ser j	juros, variações monetárias, juros de cli	ientes e
(·) Ganhos com Aplicação Financeiras	-33.267,21	·17.301,03	rendimentos de apli	cações financo	eiras.		
Juros e Descontos	2.599,95	77,76				Andread and Comm	ᄝᄝᄑ
Total	-30.667,26	-17.223,27			ANTONIO	Assinado de forma	동호호
	ē	•			PEREIRA	digital por ANTONIO PEREIRA	Fls. nº: . Proc. nº Rubrica

São Luis, 31 de dezembro de 2022

PEREIRA BRANDAO:2495 BRANDAO:24958565353 Dados: 2023.03.01 8565353 09:40:03 -03'00' Antonio Pereira Brandão

Contador CRC-Ma 5197-0

Marconi Dias Lopes Neto Socio Administrador CPF:847.655.343-91

### **BALANÇO PATRIMONIAL**



Entidade:

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** 

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 07.652.130/0001PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÇABAL - MA

Número de Ordem do Livro: 17

Fls. nº: \_\_\_\_

Proc. no: 181201/2013

Período Selecionado:

01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Rubrica:

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 1.383.893,81	R\$ 1.913.276,80
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 903.280,22	R\$ 995.789,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 681.880,22	R\$ 745.774,99
CAIXA		R\$ 4.473,73	R\$ 5.879,58
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 1,00	R\$ 34.308,92
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FAF		R\$ 677.405,49	R\$ 705.586,49
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		R\$ 221.400,00	<b>A\$</b> 239.909,55
CLIENTES NACIONAIS		R\$ 221.400,00	R\$ 238.191,66
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 1.717,89
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ 0,00	R\$ 10.105,21
SEGUROS A APROPRIAR		R\$ 0,00	R\$ 10.105,21
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 480.613,59	R\$ 917.487,05
IMOBILIZADO		R\$ 480.613,59	R\$ 917.487,05
BENS EM USO		R\$ 991.662,08	R\$ 1.452.450,18
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R\$ (511.048,49)	R\$ (634.863,13)
ADIANTAMENTOS A FORNC. DE BENS		R\$ 0,00	R\$ 99.900,00
PASSIVO		R\$ 1.383.893,81	R\$ 1.913.276,80
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 36.518,58	R\$ 125.019,83
FORNECEDORES		R\$ 1.319,00	R\$ 13.131,00
FORNECEDORES		R\$ 1.319,00	R\$ 13.131,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 7.803,05	R\$ 10.415,28
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS		R\$ 2.336,21	<b>FI\$</b> 2.573,44
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES		R\$ 979,00	R\$ 1.078,68
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		R\$ 1.358,36	R\$ 2.661,45
OBRIGAÇÕES COM FÉRIAS E 13°SALÁRIO		R\$ 3.129,48	R\$ 4.101,71
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 22.329,53	R\$ 39.541,21
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS		R\$ 22.329,53	R\$ 39.541,21
CONTAS A PAGAR		FI\$ 5.067,00	R\$ 61.932,34
DEMAIS CONTAS A PAGAR		R\$ 5.067,00	R\$ 61.932,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.347.375,23	R\$ 1.788.256,97
CAPITAL		R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
RESERVAS		R\$ 45.055,02	R\$ 45.055,02
RESERVAS DE LUCROS		R\$ 45.055,02	R\$ 45.055,02
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 982.320,21	R\$ 1.423.201,95
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 755.136,71	R\$ 982.320,21
LUCROS OU (-)PREJUIZOS DO EXERCICIOS		R\$ 227.183,50	R\$ 440.881,74

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9E.60.4C.E9.D0.0B.D2.16.0F.D2.2E.62.82.22.64.FC.28.F3.82.57-9, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade:

LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 07.652.130/0001-58

Número de Ordem do Livro: 17

Período Selecionado:

01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 2.662.603,32
Receita com Prestação de Serviço	s	R\$ 0,00	R\$ 2.662.603,32
(-) DEDUÇÕES DA RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ (366.186,40)
(-) Simples Nacional Sobre Venda:	s e Serviços	R\$ 0,00	R\$ (366.186,40)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (364.628,36)
(-) Despesas Com Pessoal - Sócio	s	R\$ (0,00)	R\$ (17.452,80)
(-) Despesas Com Pessoal - Empr	egados	R\$ (0,00)	R\$ (47.510,56)
(-) Outras Despesas Operacionais		R\$ (0,00)	R\$ (156.728,42)
(-) Despesas Tributárias		R\$ (0,00)	R\$ (19.121,94)
(-) Despesas com Depreciação		R\$ (0,00)	R\$ (123.814,64)
RESULTADO FINANCEIRO		R\$ 0,00	R\$ 30.667,26
Receitas financeiras		R\$ 0,00	R\$ 33.267,21
(-) Despesas Financeiras		R\$ (0,00)	R\$ (2.599,95)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERC	SICIO	R\$ 0,00	R\$ 1.962.455,82

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9E.60.4C.E9.D0.0B.D2.16.0F.D2.2E.62.82.22.64.FC.28.F3.82.57-9, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 1

Fis. no: 141 Proc. no: 181201/2019

	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fis. nº:	112
Proc. nº:	15/201/23
Rubrica:	'Ø

Versão: 10.1.3

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - Sped

### RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

## IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
i	07.652.130/0001-58	
NOME EMPRESARIAL		
LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS		

### IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO	
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
9E.60.4C.E9.D0.0B.D2.16.0F.D2.2E.62.82.22.64.FC.28.F3.82.57	

### ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	N° SERIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSAVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	04241391000197	CACP CONTABILIDADE LTDA:04241391000197	736457223754581099 32420380455	09/02/2023 a 09/02/2024	Sim
Contador	24958565353	ANTONIO PEREIRA BRANDAO:24958565353	651536772606641275 24149353865	17/05/2022 a 16/05/2025	Não

### **NÚMERO DO RECIBO:**

9E.60.4C.E9.D0.0B.D2.16.0F.D2.2E.62. 82.22.64.FC.28.F3.82.57-9 Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/04/2023 às 09:58:46

BC.01.89.D2.05.AC.91.DB 6B.C9.6A.71.CD.ED.84.B0

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL • MA
Fls. nº:	113
Proc. nº: _	18/201/2013
Rubrica: _	•

#### TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

£	Spec
۲,	بالزد

Entidade:

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** 

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 07.652.130/0001-58

Número de Ordem do Livro: 17

Período Selecionado:

01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

**TERMO DE ABERTURA** 

Nome Empresarial

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** 

**NIRE** 

**CNPJ** 

07.652.130/0001-58

Número de Ordem

Natureza do Livro

REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO

Município

São Luís

Data do arquivamento dos atos

constitutivos

13/10/2005

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em

sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social

31/12/2022

Quantidade total de linhas do arquivo

digital

8292

**TERMO DE ENCERRAMENTO** 

Nome Empresarial

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** 

Natureza do Livro

REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO

Número de ordem

Quantidade total de linhas do arquivo

digital

8292

Data de inicio

01/01/2022

Data de término

31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuia autenticação se comprova pelo recibo de número 9E.60.4C.E9.D0.0B.D2.16.0F.D2.2E.62.82.22.64.FC.28.F3.82.57-9, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 1

PREFEITURA MUNICUPAL	
Um novo tempo	

## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA Proc. nº: \_18120 Rubrica: \_

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA PROFISSIONAL

Atestamos que o Escritório MARCONI LOPES - ADVOCACIA E CONSULTORIA, situado Av. Ana Jansen, nº 02, Quadra 19, Ed. Centro Empresarial Mendes Frota, 5° andar, sala 504, São Francisco, São Luís - MA, prestou serviços de consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura Municipal.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados, e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que afirmamos o presente atestado.

O referido é verdade. Dou fé.

Timon/MA, 22 de junho de 2010.

Maria do Socorro Almeida Waquim

Prefeita do Município de Timon/MA

CPF nº: 079.110.093-68

000016040748

fifma de MARIA Recor eço por SEMELHANÇA im test

SOCC TRO ALMEIDA WAQUIM

Praca São Jo

Alexandre Tito Ferreira So res - escrevente



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON

PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL • MA
Fls. nº:	115
Proc. nº:	or of large
N Rubrica:	<b>6</b> /

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA PROFISSIONAL

Atestamos que o Escritório MARCONI LOPES – ADVOCACIA E CONSULTORIA, situado Av. Ana Jansen, nº 02, Quadra 19, Ed. Centro Empresarial Mendes Frota, 5º andar, sala 504, São Francisco, São Luis – MA, prestou serviços de consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura Municipal.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados, e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que afirmamos o presente atestado.

O referido é verdadeiro. Dou fé.

Timon/MA, 22 de Março de 2011.

Maria do Socorro Almeida Waquim Prefeita do Município de Timon/MA

CPF nº: 079.110.093-68

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS DE SÃO LUIS MA
TABELIAO DR TITO ANTÓNIO DE SOUZA SOARES
RUA DO SOL. 156-A. CENTRO - CEP. 65020-590 - FONE: 99 3231-9116

RECONHECO POR SEMELHANÇA & firma de MARIA DO
SOCORRO ALMEIDA WAQUIM. Em test
Verdade São Luis-MA. 24 de Março de 2011 às 10:36:46.



Prefeitura n	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
fls. nº:	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Proc. nº: _	18/201/2018
Rubrica:	

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n° 01 – Calhau Fax: (98) 2107-5435 – Fane: (98) 2107-5429 CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada "MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.15, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

Eliarfe David Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

Alice Maria Salmito Cavalcanti
Secretária Geral Adjunta da OAB/MA







#### Estado do Maranhão PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÃO Gabinete da Prefeitura

PREFEITURA A	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
LIZ' UK.	
Proc. nº:	183701/2011
Rubrica:	8

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

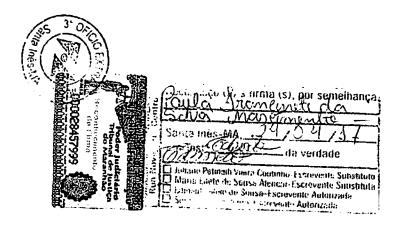
Atesto, para todos os fins de direito, e em especial para constituir documento idôneo de habilitação junto a entidades e órgãos da Administração Pública em geral, que o escritório MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA-EPP, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Av. Ana Jansen, quadra 19, n° 02, Edifício Centro Empresarial Mendes Frota, sala 504, São Francisco, São Luís/MA, DEMONSTROU IDONEIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA na prestação de serviços de consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, perante a Prefeitura Municipal de Monção/MA, no ano de 2011, relativo ao PROCESSO Nº. 00.00.031/2010, com prazo de execução contratual de 12 meses, assinado no dia 05 de janeiro de 2011, fazendo-o com eficiência, responsabilidade e respeito aos dispositivos legais pertinentes.

Monção/MA, 07 de março de 2012.

OFICIOI

Paula Francinete da Silva Nascimento Prefeita Municipal de Monção/MA

CPF n° 711.352.273-49





Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Maranhão Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 — Calhau Fax: (98) 2107-5435 — Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís -- MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade.oabma@gmail.com

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento Particular de Atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE DE MONÇÃO" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada " MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA" foi registrado no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e" Outros Papéis, fl. 83, , desde 05(cinco) de maio de 2017(dois mil e dezessete). Eu Cloris Livramento Lima, funcionaria lotada na Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Tesoureira desta seccional.

Cloris Livramento Lima Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 05/05/2017

Deborah Porto Cartagenes
Tesoureira da OAB/MA



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA CNPJ: 06.000.244/0001-50

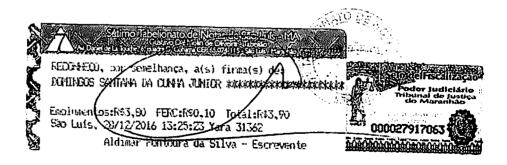
PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	119
Proc. nº:	181203/2013
Rubrica: .	<b></b>

#### **CERTIDÃO**

Fica certificado que o escritório de advocacia MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrito no cadastro nacional de pessoas jurídicas com o número 07.652.130.0001-58, prestou serviços de Consultoria e Assessoria na área de Gestão Pública Municipal, ofertando orientações e acompanhamento em temas de grande complexidade e exigência técnica jurídica de interesse desta municipalidade. Por último, fica certificado que o serviço de advocacia prestado foi desempenhado dentro dos limites e termos contratados durante o exercício financeiro de 2013.

Alcântara/ MA, 27 de dezembro de 2016.

DOMINGOS SANTANA DA CUNHA JUNIOR Prefeito do Município de Alcântara





Praça da Matriz nº 01 - Centro - Alcântara- Maranhão - CEP: 65250-000 Telefones: 98 3337 1542 e 3337 1143



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n° 01 - Calhau Fax: (98) 2107-5435 - Fone: (98) 2107-5429 CEP: 65.076-908 São Luís - MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

## **CERTIDÃO**

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada "MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.11, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

Eliane David Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

Alice Maria Salmito Cavalcanti
Secretária Geral Adjunta da OAB/MA



PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	121
Proc. nº:_	18/20//was
Rubrica:	

## Estado do Maranhão PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO MARANHÃO/MA

CNPJ: 06.021.323/0001-48
Praça da Matriz, n.º 01 - Centro.
CEP: 65.310 - 000 - Altamira do Maranhão/MA

## CERTIDÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Certificamos, a pedido da parte interessada, que a pessoa jurídica Marconi Lopes Advocacia e Consultoria, inscrita no CNPJ n. 07.652.130/0001-58, localizada na Avenida Ana Jansen, n. 02, Edificio Centro Empresarial Mendes Frota, sala 504, bairro do São Francisco, em São Luís/Ma, prestou serviço de advocacia, em nível de consultoria, na área do Direito Público voltada em especial para a Gestão Pública Municipal desta Prefeitura durante o exercício de 2013.

Certificamos também que os serviços foram efetivamente prestados com qualidade satisfatória, nos termos do contrato pactuado, e que não existiram fatos que desabonassem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

È o que se certifica neste momento.

Altamira do Maranhão- MA, 27 de dezembro de 2016.

Ricardo Almeida Miranda

Prefeito Municipal de Altamira do Maranhão- MA.

Today Judiciario Tribunal de Justica Cola Maranhaco Tribunal de Justica Tribunal	Reconheço a firma de: Ricardo Cil- meiota, Neirondo.  por: Autenticidade; Semelhança.  Altamira do MA, 20 de 18 de 2016
	sichelle sagie 3 te pienca: Silva



PREFEITURA M	IUNIÇIPAL DE BACABAL - MA
fls. nº:	122
Proc. nº:	8100/105/R
Rubrica:	Ò

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n° 01 – Calhau Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429 CEP: 65.076-908 São Luís – MA Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

## **CERTIDÃO**

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO MARANHÃO" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada "MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.12, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

Eliane David Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

Alice Maria Salmito Cavalcanti Secretária Geral Adjunta da OAB/MA

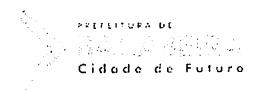








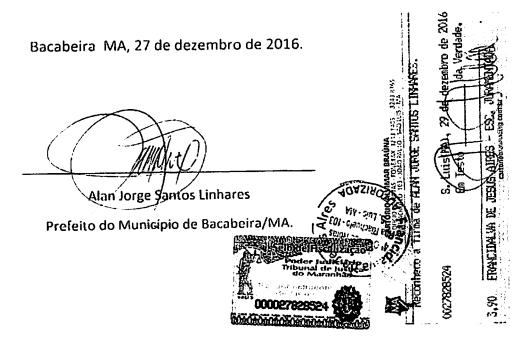
PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	\V
Proc. nº:	18/201/2023
Rubrica:	



## ATESTADO DE QUALIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA (MA), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº01.611.396/0001-76, com sede na Rua 10 de novembro, s/n Cidade Nova – Centro, Bacabeira – MA., por meio de seu representante legal, o Sr. Alan Joege Santos Linhares, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF nº 288.282.913-20, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora do Rosário, s/n – Santa Quiteria, Município de Bacabeira (MA), ATESTA que a empresa MARCONI LOPES - ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ 07.652.130-0001-58 com endereço profissional na Av. Ana Jansen, n. 2, Qd. 19, Ed. Centro Emp. Mendes Frota, sala 504, 5. andar, Bairro São Francisco, na capital deste estado, forneceu no ano de 2013 ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA E EXTRAJUDICIAL NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL, apresentando todo e qualquer esclarecimento quanto a esta matéria, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados em contrato.

Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos se encontram concluidos, que atenderam às especificações e exigências de acordo com o determinado, de forma criteriosa e satisfatória. Assim, não havendo fatos supervenientes que desacreditem sua conduta técnica dentro dos padrões de qualidade e desempenho esperados, atesta-se que não há reclamação ou objeção quanto ao cumprimento de suas obrigações contratuais.





FREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fis. nº: 124
Proc. nº: 181201/10101
Rubrica: 2

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 - Calhau

Fax: (98) 2107-5435 - Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís - MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

## <u>CERTIDÃO</u>

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada "MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.14, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

Eliane David Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

Alix Morria Sofrato la Grandi Alice Maria Salmito Cavalcanti Secretária Geral Adjunta da OAB/MA



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA	
Fls. nº: _	125
Proc. nº:	18)201/102
Rubrica:	<u> </u>

#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA PROFISSIONAL

Atestamos que o Escritório MARCONI LOPES – ADVOCACIA E CONSULTORIA, situado na Avenida Ana Jansen, n.º 02, Quadra 19, Edificio Centro Empresarial Mendes Frota, 5.º andar, sala 504, São Francisco, São Luís-MA, prestou serviços de assessoria e consultoria jurídica na área de gestão pública a esta Prefeitura Municipal no ano de 2016.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que firmamos o presente atestado.

O referido é verdadeiro. Dou fé.

Caxias (MA), 27 de dezembro de 2016.

Leonardo Barroso Coutinho Prefeito Municipal

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço poi SEMELHANÇA a assinatura de LEONARDE OS CAL
BARROSO COUTINHO, do que dou lé. Caxias - MA 30
dezembro de 2016
Constumentes. RI 3.00

Cella Viviana Marinho Munitz Egarevente

CO0027546734



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS GABINETE DO PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA	
Fls. nº:	.126
Proc. nº:	181201/1023
Rubrica:	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA PROFISSIONAL

Atestamos que o Escritório MARCONI LOPES - ADVOCACIA E CONSULTORIA, situado Av. Ana Jansen, n° 02, Quadra 19, Ed. Centro Empresarial Mendes Frota, 5° andar, sala 504, São Francisco, São Luis - MA, prestou serviços de consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura Municipal durante o ano de 2012.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados, e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que afirmamos o presente atestado.

O referido é verdadeiro. Dou fé.

Caxias/MA, 27 de dezembro de 2012.

Humberto Ivar Araújo Coutinho Prefeito do Município de Caxias/MA

Praça Dias Carneiro, 600 · Fones: (0XX99) 3521-3025 / 3244 · Fone CNPJ: 06.082.820/0001-56 · CEP: 65.600-000 · CA

00-000 - CALLE O

A new First Scales

Les erts Substitute

Les erts Substitute

Les erts Russians

Les erts

Amorna

Cartério do 4º Oficio



PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL • MA
ris. nº;	112
Proc. nº: _	21208/12/3
Rubrica; 🚐	- or

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 - Calhau Fax: (98) 2107-5435 - Fone: (98) 2107-5429 CEP: 65.076-908 550 Luis - MA Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

## <u>CERTIDÃO</u>

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada "MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.09, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

> Eliane David Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

Rice Maria Sofmito Circhanti Alice Maria Salmito Cavalcanti Secretária Geral Adjunta da OAB/MA



	A MUNICIPAL DE BACABAL - MA
ls. nº: _	758
Proc. nº:	181201/202
Rubrica:	



CN(306,080.3 (16001-11)

- Ameter Nomeiras sin Tone (99)3531-1587

Fortaleza das Nogueiras - Maranhão

## CEL 1 97.0 DE CAPACIDADE TÉCNICA

Certifica-se que o escritório MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA, CNPJ n. 07 652.130/0001-58, ofereceu serviços de assessoria jurídica na área de Gestão Pública e Direito Municipal a este município em 2013.

O suporte juno de la ofertado através de consultoria na área de Gestão Pública e matérias atlas, onde foram proporcionadosas orientações e os esclarecimentos, sempre que solicitados.

Certifica-se ai con que as atividades foram desempenhadas com competência, dentro con prazos e nos termos contratados durante toda a sua execução.O referido é vortiade e dou fé.

Fortaleza dos Nogueiras F.A. 17 de dezembro de 2016.

Reconheço por semelhança a assinatura de Prefeito do Municipal Pre



Prefeitura	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	128
Proc. nº:	18/201/1019
Rubrica: _	0

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 - Calhau Fax: (98) 2107-5435 - Fone: (98) 2107-5429 CEP: 65.076-908 São Luis - MA Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

## <u>CERTIDÃO</u>

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada "MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.10, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

> Eliane David'Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

CASA DE TODOS

Mice hance Sofmito Confront Secretária Geral Adjunta da OAB/MA







PREFEITURA N	MUNIÇIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	.130
Proc. nº:	181201/2021
Rubrica:	<i>9</i> ′



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Fica atestado que o escritório MARCONI LOPES – ADVOCACIA E CONSULTORIA, situado Avenida Ana Jansen, nº 02, Quadra 19, Ed Centro Empresarial Mendes Frota, 5º andar, sala 504, São Francisco, São Luis/Ma, efetuou consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura durante o ano de 2013.

Os servicos prestados pelo referido escritório foram desempenhados com reguiandade, satisfazendo aos termos contratados, não existindo fatos que desabonassem o encargo e as obrigações assumidas.

Zé Doca/MA, 28 de dezembro de 2016

Alberto Carvallio James

Alberto Carvalho Gomes

PREFEITO MUNICIPAL DE ZÉ DOCA



ch Alberto Larvalho Gena 28 12 216



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA Fls. nº: Proc. nº: Rubrica:

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 - Calhau Fax: (98) 2107-5435 - Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luis - MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", antes denominada "MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.13, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

> Eliane David Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

Alice Maria Salmito Cavalcanti Secretária Geral Adjunta da OAB/MA



PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL · MA
Fis. nº:	MUNICIPAL DE BACABAL · MA
Proc. nº:	18201/1013
Rubrica:	

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS C.N.P.J 06.113.682/0001-25 PRACA DIAS CARNEIRO, Nº. 402 - CENTRO

#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edificio Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, prestou os serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica especializada em Direito Público, atuando na área do Direito Administrativo Municipal, sendo demonstrado bom desempenho técnicojurídico e operacional, bem como idoneidade e capacidade técnica, cumprindo fielmente com suas obrigações perante a Prefeitura Municipal de Colinas/MA, no ano de 2017, com execução no prazo de 12 meses, através do Contrato nº. 25/2017/SEMAG.

Colinas/MA, 18 de março de 2020.

MIRA MIRANDA DA SILVA BARROSO

Prefeita Municipal de Colinas/MA CPF n°. 265,705,993-72

CROGERIO LIMA DA COSTA

Secretário de Administração Geral

CPF nº. 038.456.453-42

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA MATLANS SUVA DE SCUEA - OFICIALA RUA JOSÉ MARIA LÍMA, CENTRO - Nº 181, COLINAS - MERANHÀO, TEL. 1893 3532-1833

RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE VASMIRA MIRANDA DA SILVA BARROSO. EM TEST. DA EGA EL VERDADE. DOU FÉ. COLINAS, 28/01/2021 14/38/2010/S0 14/38/20 14/38/2010/S0 14/2010/S0 14/2010/S0 14/2010/S0 14/2010/S0 14/20 Escrevente Autorizade

Notasoupe Orioto - Adlings-MA

Ykaro Naterruan Barbosa Dias - Escravanto Legi 85 4.01 f.ir RS 0.58 FADEP: RS 0.18 FERZ: RS 0.13 Seto: RS 0 80 Total: RS 5.12

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO -N° 181, COLINAS - MARANHÃO, TEL (99) 1813-1859

RECONHEÇO FOR SEMELHANCA A FIRMA DE ROGERIO LIMA DA COSTA. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. DA VERDADE. DOU FÉ. DA VERDADE. DOU FÉ. DA VERDADE. DOU FÉ. DA VERDADE. DO LA VERDADE DE RECEIRO DE LA VERDA DEL VERDA DE LA VERDA DE LA VERDA DE LA VERDA DEL VERDA DE LA VERDA DEL VERDA DE LA VERDA DEL VERDA DE LA VERDA DEL VERDA DE LA VERDA Escrevente Autorizado

Ykaro Natarouanso Michallaginas-MA

Ykoro Natarruan Barbasa Dias - Escrovente Egypt BS 4.07 TJ: RS 6.18 FADEP: RS 0.19 FEMP: RS 0.19 FERC: RS 0.19 Seto: RS 0.60 Total: RS 6.12

CERTIFICO, que o Atestado de Capacidade Técnica, foi registrado no Livro C-9, fl. 178, conforme prevê o Art. 9º do Provimento nº 112/2006 do EOAB, desde 09/02/2021

MARASHAD ST

Proc. nº: 133
Proc. nº: 181201/1019
Consissão de Sociendos

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA DE COLINAS/MA" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", no ano de 2017, foi registrado no Livro C-9, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.178, desde 09 (nove) de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu Eliane David Silva, funcionária da Comissão de Sociedades de Advogados do Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretaria Geral Adjunta desta Seccional.

Eliane David Silva
Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Vajeria Cristina Regirio Ferreira Secretária Geral Adjunta da OAB/MA

Content of the feather of the feathe



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA FIS. nº:324	
Fls. nº:	134
Proc. nº:	181201/2023
Rubrica:	9

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS C.N.P.J 06.113.682/0001-25 PRAÇA DIAS CARNEIRO, Nº. 402 - CENTRO

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edificio Lagoa Corporate & Office. Ponta D'areia, São Luis/MA, prestou os serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica especializada em Direito Público, atuando na área do Direito Administrativo Municipal, sendo demonstrado bom desempenho técnicojurídico e operacional, bem como idoneidade e capacidade técnica, cumprindo fielmente com suas obrigações perante a Prefeitura Municipal de Colinas/MA, no ano de 2018, com execução no prazo de 12 meses, através do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 25/2017/SEMAG.

Colinas/MA, 18 de março de 2020.

MIRANDA DA SILVA BARROSO

Prefeita Municipal de Colinas/MA CPF n°. 265.705.993-72

ROGÉRIO LIMA DA COSTA

Secretário de Administração Geral CPF nº. 038.456.453-42

'karo Natarruan Baroosa Dia Escrevente Autorizado SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COQUASINA

RUA JOSÉ MARIA LENTAD. "101, COLUMNA - MARIAHADO, TEL (89) 3552-1660

EÇO POR SEMELHANCA A SUPERIA - MARIAHADO, TEL (89) 3552-1660

Ykaro Natarruan Barbosa Dia Escrevente Autorizado

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OF DO PARA POLIDE LA RELIGIO SE PARA RELIGIO DE SOUSE OFICIAL DE SUL PRESENTADO EN 161, COLINAS MARANHAO, TEL (65, 3513-1616)

RECONHECO POR SEMELHANCA FIRMA DE ROGERIO LIMA DA COSTA. EM TEST. DA VERDADE. DOU PÉ. COLINAS, 28/01/2021 1472/3

SELO RECFIRC29819H1231W22LVTG1W51

ykovo	Viloroum	43.	Wiss	
Ykero Netarruen Amet RS 4,07 T.:: RS Q1	Barbosa Dias - Escreveni	0	4 folo - 2 6 6 6 6 6	

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE VADMIRA MIRANDA DA SILVA BARROSO. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. COLINAS, 26/01/2021 14:19-49 SELO RECFIROZSB1960BBHSTDPPV5TM11



FEEFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL • MA
Fis. nº: 1828/2021

CERTIFICO, que o Atestado de Capacidade Técnica, foi registrado no Livro C-9, fl. 179, conforme prevê o Art. 9º do Provimento nº 112/2096 do EOAB, desde 09/02/2021

CARPANHAD ST

Comissão de Sociedade: -

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA DE COLINAS/MA" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", no ano de 2018 foi registrado no Livro C-9, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.179, desde 09 (nove) de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu Eliane David Silva, funcionária da Comissão de Sociedades de Advogados do Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretaria Geral Adjunta desta Seccional.

Eliane David Silva Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

> Valéria Cristma Regino Ferreira Secretária Geral Adjunta da OAB/MA

र्क हैं
ار از

FREFEITUR/	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	13+
Proc. nº:	181205/2023
Rubrica:	

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS C.N.P.J 06.113.682/0001-25 PRAÇA DIAS CARNEIRO, N°. 402 – CENTRO

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007. Torre II, Edificio Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, prestou os serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica especializada em Direito Público, atuando na área do Direito Administrativo Municipal, sendo demonstrado bom desempenho técnico-jurídico e operacional, bem como idoneidade e capacidade técnica, cumprindo fielmente com suas obrigações perante a Prefeitura Municipal de Colinas/MA, no ano de 2019, com execução no prazo de 12 meses, através de Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 25/2017/SEMAG.

Colinas/MA, 18 de março de 2020.

Almira finando da Silva Barrese VALMIRA MIRANDA DA SILVA BARROSO

Prefeita Municipal de Colinas/MA CPF n°. 265.705.993-72

**ROGÉRIO LIMA DA COSTA** 

Secretário de Administração Geral CPF nº. 038.456.453-42

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO SOFICIO DE COLINAS-MA
RUA JOSÉ MARIA LIMA COMPO - PIL COLINA - MARIANAD. TEL 100 1522-16

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE VALMIRA MIRANDA DA SILVA BARROSO. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. COLINAS, 26/01/2021 16/41/BD SELO RECFIROZ3818MZFCR82ZY4M6QS46

OUS Natarium B. Wilas

O Natarium Barboso Dies - Escrevente
RS 437 71-85 239 FADER RS 43 FEBRURE RS 43 FADER RS 43

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINÃS MÃ RUA JOSÉ MARIA HEVA AND SILVA OE SOUSA - OFICIADA THA LOS SEL RUA JOSÉ MARIA HEVA CENTRO Nº 181. COLINAS - MARANHAO, TEL 190 SEL

RECONHECO POR SEMELHANCA A FIRMA DE ROGERIO LIMA DA COSTA. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. COLINAS, 26/01/2021 14/22/27 SELO RECFIRO2981922TGOZTSCOTSCOTST

YKONO NATATIVAM WS. WILLS
YKONO NOTATIVAM BERTOSO DIES - ESCREVENTO
Emal RS 4.87 V.; RS 0.08 FADED: RS 0.18 FERD: RS 0.18 FERD: RS 0.19 FERD:

PREFEITURA	MANICISAL DE BACARAL . WA
Fls. nº:	137807/3033
Proc. nº:	147,502 (100.0)
Rubrica: .	B

CERTIFICO, que o Atestado de Capacidade Técnica, foi registrado no Livro C-9, fl. 180, conforme preve o Art. 9º do Provimento nº 112/2006 do EOAB, desde 09/02/2021

,,

•



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA Fls. nº:39		
fls. nº: _		
Proc. nº:	185201/2023	
Rubrica:		

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a "PREFEITURA DE COLINAS/MA" e a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", no ano de 2019 foi registrado no Livro C-9, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.180, desde 09 (nove) de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu Eliane David Silva, funcionária da Comissão de Sociedades de Advogados do Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretaria Geral Adjunta desta Seccional.

Eliane Wavid Silva Secretaria da Comissão de Sociedade OAB/MA

> Valéria Chistina Regino Ferreira Secretária Geral Adjunta da OAB/MA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA		
Fls. nº:	140	
Proc. nº: _	181201/1023	
Rubrica: _	0	

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edifício Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, prestou os serviços ESPECIALIZADOS DE ADOVCACIA PARA CONSULTORIA E PATROCÍNIO DAS DEMANDAS EXTRAJUDICIAIS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SANTA INÊS.

Atestamos que houve cumprimento fiel das obrigações discriminadas no CONTRATO Nº 095/2017 (12 meses), com vigência no CERTIFICO que loi registrado no Livro C-9, îl 137, o Atestado de Capacidade Tenica previsto meste termo aditivo, em 27/01/2021

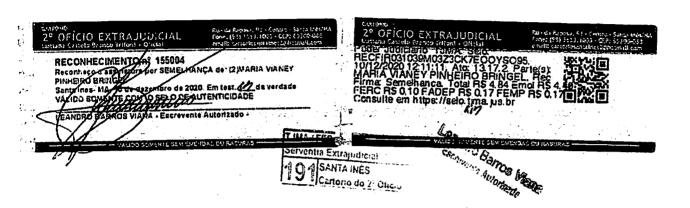
Por fim, informamos que os serviços foram executados satisfatoriamente, com regularidade, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Mana Vianey P Bringe Santa Inês/MA, 21 de setembro de 2020.

inta mes/MA, 21-de setembro de 2020

Maria Vianey Pinheiro Bringel Prefeita Municipal CPF nº. 126.821.283-00

CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO FOI SELADO NO VERSO. PI-EFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fis. nº: 500 / 2003
Proc. nº: 18120 / 2003
Rubrica: 6



Same of the same of the same of the same

CERTIFICO que foi registrado no Livro C-9, fl 137, o Atestado de Capacidade Ténica previsto neste termo aditivo, em 27/01/2021

the first and the season that the second sec

	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fis. nº:	IN2
Proc. nº:	18/201/2013
Rubrica:	



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edifício Lagoa Corporate & prestou Ponta D'areia. São Luís/MA, **ESPECIALIZADOS** DE ADOVCACIA PARA CONSULTORIA È PATROCÍNIO DAS DEMANDAS EXTRAJUDICIAIS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SANTA INÊS.

Atestamos que houve cumprimento fiel das obrigações discriminadas no CONTRATO Nº. 095/2017 (12 meses), com vigência no ano de 2018, através do 1º Termo Aditivo ao contrato.

CERTIFICO que foi registrado no Livro C-9, fl 137, o Atestado de Capacidade Témica

previsto neste termo aditivo, em 27/01/2021 Por fim, informamos que os serviços foram executados satisfatoriamente, com regularidade, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Santa Inês/MA, 13 de agosto de 2018.

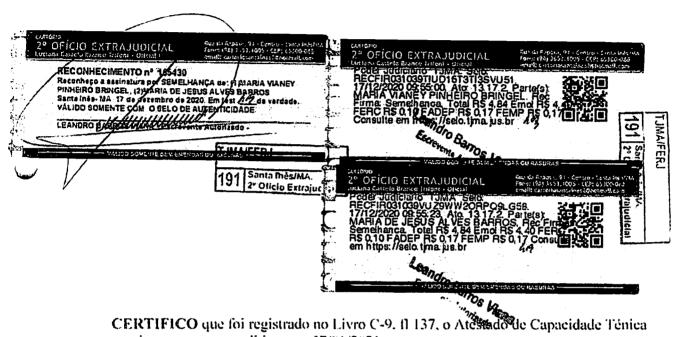
Maria Vianey P Brinast Maria Vianey Pinheiro Bringel CPF nº. 126.821.283-00

lesurallous Barros Chefe de Gabinete da Prefeita

do Município de Santa Inês CPF n°. 078-878.093-04

CERTIFICO QUE O PRESENTE NOCUMENTO FOI SELADO 20 VERSO. 49

AV. LUIZ MUNIZ, 1005 - CENTRO - SANTA INÊS/MA



previsto neste termo aditivo, em 27/01/2021

AM - JAEAD & E B.C. JASIDIMUN & ABUTTOS : 1



PREFEITURA MUI	REFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - 1 Is. nº:		
Fls. nº:	_3HU		
Proc. nº: <u>_</u> \0	1201/2013		
Rubrica:	Q		

#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edifício Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, prestou os serviços ESPECIALIZADOS DE ADOVCACIA PARA CONSULTORIA E PATROCÍNIO DAS DEMANDAS EXTRAJUDICIAIS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SANTA INÊS.

Atestamos que houve cumprimento fiel das obrigações discriminadas no CONTRATO Nº. 095/2017 (12 meses), com vigência no ário de 126/2019 un de 126/2019 de 126/2019

Por fim, informamos que os serviços foram executados satisfatoriamente, com regularidade, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Santa Inês/MA, 21 de setembro de 2020.

Maria Vianey P Br
Maria Vianey Pinheiro Bringel
Prefeita Municipal

CPF nº. 126.821.283-00

Chefe de Gabinete da Prefeita do Município de Santa Inês

CPF n°. 236.977.413-49

CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO FOI SELADO NO VERSO. 219

AV. LUIZ MUNIZ, 1005 - CENTRO - SANTA INÊS/MA

Elc n?	INICIPAL DE BACABAL・MA
Proc. nº: 🔀	3/502/50022
Rubrica:	Ø

Courterins  2º OFICIO EXTRAJUDICIAL flower (5) 21 1 1 1003 - (55) 151 20031 (courte Branco tillen) - Otable contains anadem (2) courtering anadem (2) cour	CASTERIO EXTRAJUDICIAL Fuero 1761 July 1. Control condition from 1761 July 1.000 - EDI 65 JOCAGE Fuero fuero Bruno a Bruno - edital fuero
RECONHECINENTO PO 155016  Reconheço a assurator a pol SEUELHANÇA do 177 KITONIA XIMENES SOUSA - SENTA INAS MA. 10 de sertimoro do 2010. Em tost / / de vordada. VÁLIDO SOMENYE CONT. A SENTA DE ALVENTICIDADE  LEXADRU BARROS VIANA - Estravento Autorizado -	Pecer Judiciario TJMA Sero RECFIRO310395V5GC4BL2A8PR265, 1 10/12/1201219702 Ato 1317.2 Parte(s) ANTONIA XIMENES SOUSA, Rec Firma Semenanca, 10tal RS 4.84 Emod RS 4.40 FERRO73 Ato HS 0.10 FADEP RS 0.17 FEMP RS 0.17 Consul
Serventia Extrajutiono de alsanta in constantes de alsanta in constante	CALIDO CALORO CON EN CALIDAD DE HAZIBAD DE HAZIBAD DE CALORO DE LA CALORO DEL CALORO DE LA CALORO DEL LA CALORO DEL LA CALORO DE LA CALORO DE LA CALORO DEL LA CALORO DE LA CALOR
2º OFICIO EXTRAJIDICIAL  TRANSCALED Branco Idioni - Oficial  RECONNECIMENTO TO 155084  Reconneci a sufficient - Oficial  RECONNECIMENTO TO 155084  Reconneci a sufficient - Oficial  Reconneci a sufficient - Ofic	Gratic Carrido Broat - Estera - Chr.(s)  Gratic Carrido Broat - Estera - Chr.(s)  Gratic Carrido Broat - Estera - Chr.(s)  Gratic Carrido Broat - Chr.(s)  MARIA VIANEY PINHEIRO BRINGEL Rec Firma: Semelburga  Total R\$ 4,04 Emol R\$ 4,40 FERC.R\$ 0,10  FADEP R\$ 0,17 FEMP R\$ 0,17 Consults
EANDES BARROS VIDAS - Excrevente Autonzedo - TJMA/FERJ	Extrajudicial Communication (Communication (Communi

CERTIFICO que foi registrado no Livro C-9. fl 137, o Atestado de Capacidade Ténica previsto neste termo aditivo, em 27/01/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA Fls. nº:		
Fls. nº: _	146	
Proc. nº:	181201/2023	
Rubrica:		



#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edifício Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, prestou os serviços ESPECIALIZADOS DE ADOVCACIA PARA CONSULTORIA E PATROCÍNIO DAS DEMANDAS EXTRAJUDICIAIS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SANTA INÊS.

Atestamos que houve cumprimento fiel das obrigações discriminadas no CONTRATO Nº. 095/2017 (12 meses), com vigência no ánd de 2020 patra visa de la ambienta del la ambienta de la ambient

Por fim, informamos que os serviços foram executados satisfatoriamente, com regularidade, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Santa Inês/MA, 31 de dezembro de 2020.

Maria Vianey P Bringel

Maria Vianey Pinheiro Bringel

Prefeita Municipal

CPF nº. 126.821.283-00

Antônia Ximenes Sousa
Chefe de Gabinete da Prefeita
do Município de Santa Inês
CPF nº. 236.977.413-49

AV. LUIZ MUNIZ, 1005 - CENTRO - SANTA INÊS/MA



Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasilia, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6°, caput, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#2546094

Certidão de informação - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por ELIANE DAVID SILVA, em 28/01/2021, às 16:05. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <a href="https://validador.oab.org.br">https://validador.oab.org.br</a>, informando o código 2546-0945-0D.

PREFEITURA MUNICIPAL ABAL: MA
FIS. nº: 18101 hous
Proc. nº: 18101 hous



#### Comissão de Sociedade

# CERTIDÃO

PREFEITURA MI	UNICIPAL DE BACABAL - MA
FIS. NY:	IUAZ
Proc. ne:	18/201/2023
Rubrica:	10

CERTIFICO que o Contrato de Capacidade Técnica celebrado entre a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, e a "PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INES", foi registrado no Livro LV. C-9 FL. 137, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, desde 27 de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um), conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil(EAOAB), pelo seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Eu Eliane David Silva, funcionária lotada à Comissão de Sociedades de Advogados, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral desta Seccional.

ANANDA TERESA FARIAS DE SOUSA Assinado de forma digital por ANANDA TERESA FARIAS DE SOUSA Dados: 2021.01.27

17:41:23 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA				
Fls. nº:	149			
Proc. nº: _	18120/1013			
Rubrica: 👡	<b>X</b>			

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS C.N.P.J 06.113.682/0001-25 PRAÇA DIAS CARNEIRO, Nº. 402 – CENTRO

#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para todos os fins de direito, que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, situado na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edificio Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, prestou os serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica especializada em Direito Público, atuando na área do Direito Administrativo Municipal, sendo demonstrado bom desempenho técnico-jurídico e operacional, bem como idoneidade e capacidade técnica, cumprindo fielmente com suas obrigações perante a Prefeitura Municipal de Colinas/MA, no ano de 2020, com execução no prazo de 12 meses, através de Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 25/2017/SEMAG.

Colinas/MA, 11 de janeiro de 2021.

VALMIRA MIRANDA DA SILVA BARROSO

Prefeita Municipal de Colinas/MA CPF n°. 265.705.993-72

RØGÉRIO LIMA DA COSTA

Secretário de Administração Geral CPF nº. 038.456.453-42

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO - 1910, COLINAS - MARANHÃO, TEL (97) 3552-1880

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE YADMIRA MIRANDA DA SILVA BARROSO. EM TEST. DA DA VERDADE. DOU FÉ. COLINAS, 25/01/2021 14/2020 DE SELO RECFIROZBS18SZAZSTTMZKONNENSIAITUM DA DE YADMIRA

Escrevente Autorizado La Coloras-MA

Ykaro Natarruan Barbosa Dias - Escrevento Empl RS 4.3775: RS 0.68 FADEP: RS 0.18 FEMP: RS 0.18 FERC: RS 0.13 Soto: PS 0.00 Tolai: RS 6.13 SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFICIO DE COLINAS-WA REVLANE SILVA DE SQUEA - OFICIALA QUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO - N° 181, COLINAS - MARAHHAO, TEL. (95) 1682-1633

RECONHECO POR SEMELHANDA A FIRMA DE ROGERIO LIMA
DA COSTA. EM TEST.

COLINAS, 26/01/2021 14/28/2
SELO RECFIROZSSISKYPVIKZCEKHRECHENIZATIVATI DA VIDOSTA DI DELLA AUTO-ITA DA VIDOSTA DI DELLA AUTO-ITA DE

Escrevente Autorizado 画記 Factevente Autorizado 画記 いたれるない。今の記む中の記述

Ykaro Natarrush Barbose Dias - Escrevento
Emol RS 4.07 TJ: RS 0.55 FAQIP: RS 0.15 FEMP: RS 0.16 FERC: RS 0.13 Salo: RS 0.03 Tole: RS 0.12



Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no ámbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6°, caput, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#3708114

Certidão de Informação - pags. 1-1



Documento essinado eletronicamente por GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA, em 05/04/2022, às 14:56. ELIANE RODRIGUES MACEDO, em 05/04/2022, às 14:56. A sutenticidade deste documento pode ser verificada no site <a href="https://vaildador.oab.org.br">https://vaildador.oab.org.br</a>, informando o código 3708-114D-9C.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL • MA
F's. n?: 180
Frog. nº: 181201/2005
Rubrica: 8



#### DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE HISTÓRIA DE VALOR CONSTRUÍDA POR MUITAS MÃOS.

PREFEITURA I	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Proc. nº:	18/201/2013
Rubrica; 💂	

## CERTIDÃO

CERTIFICO, que o Instrumento Particular de Atestado de Capacidade Técnica celebrado entre a "PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS-MA", e a Sociedade denominada "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", foi registrado no Livro C-13, de Registros Integral de Títulos, Documento e Outros Papéis, à fl. 02 desde (04) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil(EAOAB), pelo seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Eu Eliane Rodrigues Macedo, Funcionária da Comissão de Sociedades de Advogados, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai assinada por Gustavo Mamede Lopes de Souza, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil -Seção Maranhão.

> **GUSTAVO** MAMEDE LOPES LOPES DE SOUZA DE SOUZA

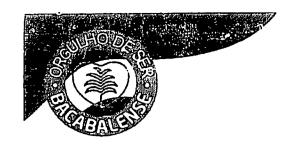
Assinado de forma digital por GUSTAVO MAMEDE Dados: 2022.04.05 15:01:31 -03'00'

#### COMISSÃO DE SOCIEDADE

E-mail: sociedade@oabma.org.br WhatsApp: 98 99161-1092 Endereço Sede OAB Rua Dr. Pedro Emanoel de Oliveira, Nº 01 - CEP 65076-908 - Calhau - São Luís, MA - Brasil

Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429

Proc. 10.0000.2022.004828-0 - ID#3705114 - Página 1 de 1. ELIANE RODRIGUES MACEDO - COMISSÃO DE SOCIEDADES DE ADVOGADOS - 05/04/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA				
Fls. nº:				
Proc. nº:	18/201/2013			
Rubrica:	2			

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, com sede na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edifício Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, possui capacidade técnica para atuação na área do Direito Público.

Destacamos, ainda, que o escritório realizou serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica na área do Direito Administrativo, Constitucional, Financeiro, Orçamentário, Fiscal e Gestão Municipal, no ano de **2019**, através do termo contratual nº. 191101-01/2019.

Atestamos, ainda, que os serviços foram prestados e executados satisfatoriamente, não havendo nada que desabone a conduta do referido escritório.

Município de Bacabal/MA, 16 de setembro de 2020.

Edvan Brandão de Farias Prefeito Municipal

Davi Brandão Farias

Secretário Municipal de Administração

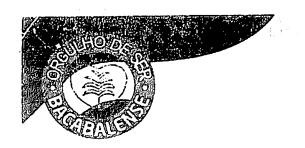
Portaria nº. 434/2018.

4º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE BACABAL OFICIAL: CAROLINA GRAZIELA SOUZA MENDES RO

Poder Judenhor TJBA Selo RECFIREGORIABHIE CXTILSZEWOOZ, 12(61/2021-16-26-01 Aby 10-1/2, Partegy EDVAZ (BIADDACOD), LANAS, Test Ferma Senichanica, Total HE (122 mid HS 1,6011-180-HS 0,10 FADED DE O 18 FEMD RS 0-10 Cerebula em







PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA				
Fls. nº:	153			
Proc. nº:_	18/201/1013			
Rubrica:	0			

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, com sede na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edifício Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, possui capacidade técnica para atuação na área do Direito Público.

Destacamos, ainda, que o escritório realizou serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica na área do Direito Administrativo, Constitucional, Financeiro, Orçamentário, Fiscal e Gestão Municipal, no ano de <u>2020</u>, através de Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº. 191101-01/2019.

Atestamos, ainda, que os serviços foram prestados e executados satisfatoriamente, não havendo nada que desabone a conduta do referido escritório.

Município de Bacabal/MA, 04 de janeiro de 2021.

Edvan Brandon de Farias

Edvan Brandão de Farias

Prefeito Municipal

Davi Brandão Farias

Secretário Municipal de Administração

Portaria nº. 434/2018.

4º OFÍCIO EXTRAILÍNGA OFICIAL: CAROLINA GRAZIELA SO

Poder Judiciario 1,1/14, 90to: RECFIRGO0901 CSXX9XXC3 (7921X65, 12/01/2021 10:09 15, Ato: 13.17.2, Pario(e), EDVAN BRAIDAO DE FARIAS, Rec Fuma: Senetranca, Total RS 5.12 Emol RS 4.63 FERC RS 0.13 FADEP RS 0.18 FEMP RS 0.18 Consulte em https://www.brass.aus.br.



Dow Bra



sus Darlic di Copanema, 193 A - Centra - Bacabal - MA - Teli 195 3623 4273 - e mai i caltoriobacabal D'hotmal cum



#### Comissão de Sociedade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA				
Fls. nº:				
Proc. nº:	81201/2023			
Rubrica:	e e			

# CERTIDÃO

CERTIFICO que o Contrato de Capacidade Técnica celebrado entre a Sociedade "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, e a "PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL", foi registrado no Livro LV. C-9 FL. 138, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, desde 27 de janeiro de 2021(dois mil e vinte e um), conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil(EAOAB), pelo seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Eu Eliane David Silva, funcionária lotada à Comissão de Sociedades de Advogados, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral desta Seccional.

ANANDA TERESA FARIAS DE SOUSA Assinado de forma digital por ANANDA TERESA FARIAS DE SOUSA Dados: 2021.01.27 17:41:02 -03'00'





Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6°, caput, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#2546116

Certidão de informação - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por ELIANE DAVID SILVA, em 28/01/2021, às 16:07. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <a href="https://validador.oab.org.br">https://validador.oab.org.br</a>, informando o código 2546-116E-99.







PREFEITUR	A MUNICIPAL DE BACABAL - MA 156
Proc. nº:	181201/2023
Rubrica:	8

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que o escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.652.130/0001-58, com sede na Avenida dos Holandeses, Sala 1007, Torre II, Edifício Lagoa Corporate & Office, Ponta D'areia, São Luís/MA, possui capacidade técnica para atuação na área do Direito Público.

Destacamos, ainda, que o escritório realizou serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica na área do Direito Administrativo, Constitucional, Financeiro, Orçamentário, Fiscal e Gestão Municipal, no ano de <u>2021</u>, através de Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº. 191101-01/2019.

Atestamos, ainda, que os serviços foram prestados e executados satisfatoriamente, não havendo nada que desabone a conduta do referido escritório.

Município de Bacabal/MA, 06 de janeiro de 2022.

Edvan Brandao de Farias

Edvan Brandão de Farias Prefeito Municipal

Davi Brandão Farias Secretário Municipal de Administração Portaria nº. 434/2018.

> CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL RUA DR. PAULO RAMOS.122 - BACABAL - MA - FOZO: (99)3621 1951

RECONHECIMENTO

N°\_BELO RECFIRO30585Q1XWRL5UVHMLH21

Reconheço e dou ié por semelhance a assinatura de 
DAVI BRANDAO FARIAS. BACABAL/MA. 18/04/2022.

BACABAL/MA. 18/04/2022. Ato: 13.17.2. Total R\$ 5.69

Emci R\$ 5,14 FERC R\$ 0,15 FADEP R\$ 0.20 FCMP R\$ 0,20 Consulte em https://selo.tjma.jus.br. Consulte a 
Autenticidade do Selo Digital em: https://selo.tjma.jus.br.

NATALIA T. RODRIGUES REISTESCREVENTE SUBSTITUTA



extrajudicial de Brandão candro Marcus Brandão Tabelião e registrador titular Tabelião e Registrador Tabelião e Registrador Tabelião e Registrador Tabelião e Registrador Tabelião e Regis





Rua 15 de Novembro - 229 Telefone (99) 3621-0533 (



DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE; HISTÓRIA DE VALOR CONSTRUÍDA POR MUITAS MÃOS.

# CERTIDÃO

PREFEITURA I	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	154
Proc ng:	157
Rubrica:	of

CERTIFICO, que o Instrumento Particular de Atestado de Capacidade Técnica celebrado entre a "PREFEITURA DE BACABAL-MA", e a Sociedade denominada "LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS", foi registrado no Livro C-13, de Registros Integral de Títulos, Documento e Outros Papéis, à fl. 40 desde (02) de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois), conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil(EAOAB), pelo seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que vai assinada por Gustavo Mamede Lopes de Souza, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.

GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA Assinado de forma digital por GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA Dados: 2022.05.03 14:24:57 -03'00'

#### COMISSÃO DE SOCIEDADE

E-mail: sociedade@oabma.org.br WhatsApp: 98 99161-1092
Endereço Sede OAB
Rua Dr. Pedro Emanoel de Oliveira, Nº 01 - CEP 65076-908 - Calhau - São Luís, MA - Brasil
Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429



Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6°, caput, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#3776554

Certidão de declaração - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por ELIANE RODRIGUES MACEDO, em 03/05/2022, às 14:22. GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA, em 03/05/2022, às 14:23. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código 3776-554A-0F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA				
Fls. nº:	158			
Proc. nº:	18/201/2013			
Rubrica;	•			



FACAM

# FACULDADE DO MARANHÃO

Diretoria Acadêmica Coordenação de Pós-Graduação

AUTENTICACÃO
Conferido e achado conformipaticidal apresentado
São Luis. 19/02/2021 15:25:217365
Im Justemunito
PODEMI (DICAMA)
Selo: AUTENTICACÃO
Conferido e achado conformipaticidal apresentado
São Luis. 19/02/2021 15:25:217365
Im Justemunito
PODEMI (DICAMO) - IAMA
Selo: AUTENTISO/11 (RIGOPHESO 18 FEMP/RSO 18 Total-RSS, 12
Consulte a validade deste selo en site https://selo.tjma.jus.tr

**CERTIFICADO** 

O Diretor Acadêmico da Faculdade do Maranhão, no uso de suas atribuições, confere a MARCONI DIAS LOPES NETO, o presente Certificado de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em GESTÃO PÚBLICA E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, com 384 horas, realizado no âmbito da Coordenação de Pós-Graduação, da Diretoria Acadêmica, da Faculdade do Maranhão.

São Luís, 12 janeiro de 2007.

DIRETOR ACADEMICO

Morcon du los Nos

COORDENADOR DE POS-GRADUAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - M
FIs. nº: 381201/12027

Proc. nº: 381201/12027

AND VIOLENDIAS PROGRAMS AND THE AND STREET WHEN

CURSO DE PÓS-GRADUAC	CÃO <i>LATO SENSU</i> E	M GESTÃO PÚBLICA	E LEI DE RESPONSABLIDADE FISCAL

NOME DO(A) ALUNO(A): MARCONI DIAS LOPES NETO

NATURALIDADE: TERESINA-PI

DATA DE NASCIMENTO: 22/09/1979

TOTAL DE HORAS-AULA: 384

PERÍODO: 10/10/2003 A 12/12/2004.

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO: GRAU IGUAL OU SUPERIOR A 7,0 (SETE) / FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 75% NAS AULAS MINISTRADAS

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	NOTA OBTIDA	FREQUÊNCIA (%)	NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO
Metodologia da Pesquisa Científica	24 ha	10,0	100	Lílian Doussou Romero	Mestra
O Papel do Conhecimento nas Organizações do Terceiro	24 ha	9,0	100	Carlos Roberto Holguin Vélez	Especialista
Oppanização Governamental Brasileira e a Reforma do Estado	24 ha	9,0	100	Euzilânia Trindade de Souza	Especialista
Gestão Pública Empreendedora	24 ha	10,0	190	. Walter Cezar Nunes	Mestra
Rollticus Públicas	24 ha	9,0	100	Aurora Amélia Brito de Miranda	Mestra
Visão e Raciocínio Estratégico	24 ha	10,0	100	Maria das Graças Corrêa Mendes	Mestre
Gestão da Qualidade e Produtividade no Serviço Público	24 ha	10,0	100	Lícia Cláudia Lopes Rios	Especialism
Marketing no Setor Público	24 ha	10,0	100	Lúcia Helena Saraiva de Oliveira	Mestra
Economia do Setor Público	24 ha	9,0	100	Orlando Oscar Rosar	Mestre
Direito Administrativo	24 ha	9,0	100	Juraci Guimarães Júnior	Especialista
Lei de Responsabilidade Fiscal I	24 ha	8,5	100	Antonio Blacout Costa Barbosa	Especialista
Lei de Responsabilidade Fiscal II	24 ha	10,0	100	Antonio Blacout Costa Barbosa	Especialista
Lei de Responsabilidade Fiscal III	24 ha	10,0	100	Antonio Blacout Costa Barbosa	Especialist2
Sistema de Controle da Administração Pública	24 ha	10,0	100	Juraci Guimarães Júnior	Especialista
Licitações e Contratos	24 ha	10,0	100	Delza Abreu Silva	Mestra
Docência do Ensino Superior	24 ha	9,0	75	Aracy Bezerra Palhano	Mestra
Trabalho de Conclusão de Curso: O controle interno nas prefeituras municipais: uma abordagem sobre as principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.	-	9,0	-	Juraci Guimarães Junior	Especialista

O presente curso cumpriu todas as disposições da Resolução CES Nº 1 de 3 de abril de 2001. Credenciado pela Portaria Ministerial 2111 de 05/08/2003

Disciplinas cursadas durante o período em que a instituição denominava-se FACULDADE CANDIDO MENDES DO MARANHÃO

Registrado sob o nº 17 no livro A solha 10 em 06/00 / 2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA

Departamento de Pós-Graduação

## CERTIFICADO

Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO

concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratações Públicas realizado no período de 18 de outubro de 2021 a 23 de janeiro de 2023 com carga horária total de 360 horas.

Assinado por: GUILHERME MARZOL MONTANDON SARAWA

Papet DIRETOR

Data/Hora da Assinatura, 30/01/2023 | 11:07:28 PST

6DB58D2F32614FDD989A8B5D2CE37C9F

Prefeitura municipal de Bacabal - m/

#### **FACULDADE CERS**

Credenciada pela Portaria nº 370 de 20 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

Área de Conhecimento: DIREITO

Nome: MARCONI DIAS LOPES NETO

CPF: 847.655.343-91

Registro do Certificado:

Página de nº: 11423

Livro de nº: 123938

\* Número do registro corresponde ao número descrito, na parte superior da página, como Envelope ID

Direção Geral: Guilherme Marzol Montandon Saraiva Departamento de Pós-Graduação: Andréa da Silveira Bemfica Secretária de Pós-Gradunção: Janaina Dias Marçal da Silva

Goldene Harrie Harlandon Sarana Assinato por GUILHERME MARECL MONTANTON SARANA CPF: 00707020496 Papel: DIRETOR Defa-Hore de Assentare: 30/01/2023 | 11 07:32 PST [CP:)-6D856D2F32614FCD989A685D2CE37C9F

## HISTÓRICO ESCOLAR Pós-Graduação Lato Sensu



Nome: MARCONI DIAS LOPES NETO

Curso\_Turma: LICITACOES E CONTRATACOES PUBLICAS\_2021.4

Carga horária Total do Curso: 360 horas

CPF:847.655555TURA MUI Fls. nº:	NCIPAL DE BACABAL-MA
Proc. nº: 18	1201/2023
Rubrica:	<i>∞</i>

Disciplina E Patrono	СН	Nota	
O Planejamento da Licitação			
Jorge Ulisses Jacoby - Mestre	42	10.0	
O Processo Licitatório	140	<u> </u>	
Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0	
Licitações Especiais	F/		
Murilo Jacoby - Especialista	56	10.0	
Regimes Licitatórios Internacionais	14	10.0	
Rafael Sergio Oliveira - Mestre	14	10.0	
Regime Jurídico dos Contratos Administrativos	49	10.0	
Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0	
Obras e Serviços de Engenharia	28	10.0	
Hamilton Bonatto - Mestre	20	10.0	
Contratos Especiais, Convênios e Instrumentos Congêneres	21	7.5	
Jaques Reolon - Mestre	21	د./	
Parcerias Contratuais da Administração Publica	14	7.5	
Marcelo Bruto - Doutor	14	/.3	
Sanções Administrativas e Medidas Anticorrupção	42	7.5	
Anderson Sant'ana Pedra - Doutor	42		
Metodologia da Pesquisa	45		
Oton De Albuquerque Vasconcelos Filho - Doutor	43	-	
Didática no Ensino Superior			
Lais Gomes Bergstein - Doutora	20	•	
Média Final	10	.0	
Trabalho de Conclusão de Curso		Nota	
Tipo: _			
Tema:			
1 Cilia.		-	
cormo de avallação. A maliação do autoroniamento assá suntesca em praise transido atima escala de cero a d	O albara		

Forma de avallação: A avaliação do aproventamento será expressa em graus, variando numa escala de zero a dez. O aluno para ser aprovado deverá alcançar a média final de aproventamento não inferior a sete em cada disciplina e frequência infinima de 75%(setenta e cinco por cento) no Curso em processo formal de avaliação.

Observação: O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1/2018 do Ministério da Educação, publicada em Diário Oficial da União em 06/04/2018.

COLD GOND DY

AND THE PROPERTY OF THE PROPERTY

PREFEITURA MUNICIPAL DE SACABAL - MA				
Fls. nº: _	164			
Proc. nº:	18/201/2023			
Rubrica:	9			

#### Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 94AC11A69570451989E6E2AF871D57/3

Assunto: DocuSign: Licitações.pdf

Envelope fonte:

Assinaturas: 3 Documentar páginas: 3 Rubrica: 0 Certificar páginas: 3

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope: Janaina Dias Marçal da Silva

R DONA MARIA CESAR, 170, SALA 0102 SALA

102 E - RECIFE Recife, PE 50.030-140 janainamarcal@cers.com.br Endereço IP: 45.173.101.6

#### Restreamento de registros

Status: Original

30/01/2023 05:48:34

Portador: Janaina Dias Marçal da Silva janainamarcal@cers.com.br

Usando endereco IP: 187.32.210.57

Guillerme Marad Montandon Saraina

Local: DocuSign

#### Eventos do signatário

Guilherme Marzol Montandon Saraiva

ertificadopos@cers.com.br

**OPERACIONAL** 

COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA Adoção de assinatura: Estito pré-selecionado

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC OAR G3 CPF do signatário: 06707628496 Cargo do Signatário: DIRETOR

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/04/2021 06:00:56

Eventos de entrega do editor

ID: 5d70d96b-6a96-4618-84d2-c9d16edd16b0

Nome da empresa: COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

#### Registro de hora e data

Enviado: 30/01/2023 05:48:42 Visualizado: 30/01/2023 11:07:09 Assinado: 30/01/2023 11:07:38

Eventos do signatário presencial Assinatura

Evento de entrega do agente

Eventos de entrega intermediários Eventos de entrega certificados

Eventos de cópia

**Eventos com testemunhas** 

Eventos do tabelião

Eventos de resumo do envelope

Envelope enviado Entrega certificada Assinatura concluida

Concluido

Eventos de pagamento

**Assinatura** 

Status

Status

Status

**Status** 

**Status** 

**Assinatura Assinatura** 

Status

Com hash/criptografado Segurança verificada Segurança verificada Segurança verificada

Registro de hora e data

Carimbo de data/hora

30/01/2023 05:48:43 30/01/2023 11:07:09 30/01/2023 11:07:38 30/01/2023 11:07:39

Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 06/05/2020 15:34:20 Partes concordam em: Guilherme Marzol Montandon Saraiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA				
Fls. nº:	165			
Proc. nº:	165 18101/2023			
Rubrica: .	9			

#### VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Docusign.

Para verificar a(s) assinatura(s) clique no link: validator.docusign.com e siga as orientações para verificação de validade do documento, ou ainda no Adobe ou no Foxit.

Os nomes indicados para assinatura e seus critérios de criptografía seguem no teor dos documentos e no certificado de conclusão que segue junto ao documento.

A(s) assinaturas(s) tem validade jurídica como original no ambiente virtual, e, para conhecer um pouco mais sobre o assunto, lhe convidamos a ler a reportagem seguinte: https://www.docusign.com.br/legislacao

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FACULDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE TERESINA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

# **CERTIFICADO**



CERTIFICAMOS QUE MARCONI DIAS LOPES NETO CONCLUIU O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO MUNICIPAL, OFERECIDO PELA FACULDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE TERESINA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, NO PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2008 A JUNHO DE 2009, COM CARGA HORÁRIA DE 405 HORAS/AULA, OBEDECENDO ÀS DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Nº 01, DE 08 DE JUNHO DE 2007.

TERESINA (PI), 15 DE JULHO DE 2011

Catarina Maria dos Santos Coordenadora de Pós Graduação Tatyana Gouvela Eulálio

Secretária Geral

Concludente

FACULDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE TERESINA	FAETE	Coordenação Geral de Pós-Graduação
	HISTÓRICO ESCOLAR	

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO MUNICIPAL			DURAÇÃO TOTAL	: 405 h/aula		PERÍODO DE REALIZAÇÃO Fevereiro de 2008 a Junho 2009
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CONCEITO	PROFESSOR	·	7	<u> </u>
Metodologia da Pesquisa Jurídica	30 h/a	7,0	NOME	TITULO	<u> </u>	(a) (a)
Teoria Jurídica do Estado	30 h/a	9,0	Emerson Carlos Valcarenghi Antonio Aécio Bandeira da Silva	Douter	Dr	
Orçamento e Responsabilidade Fiscal e Penal Aplicado aos Gestores Públicos Municipals	30 h/a	8,7	Nelson Nery Costa	Doutor Doutor	Dr Dr	Fidow so on worth
Controle Interno e Externo da Administração Pública	30 h/a	9,5	Delano Carneiro da Cunha Camara	Mestre	Ms	
Federalismo e Município na Constituição	30 h/a	10,0	Eduardo Albuquerque Rodrigues Diniz	Especialista	Esp	
Temas de Direito Tributário Municipal	30 h/a	8,5	Antonio de Moura Borges	Doutor	Dr	
Técnica Legislativa	30 h/a	9,0	Marcelo Martins Eulálio	Especialista	Esp	
Direito Ambiental Aplicado so Município	30 h/a	8,0	Francisca Juliana Castelo Branco Evaristo de Paiva	Especialista	Esp	S. HE S. VITTLE STATES A DE STATES STATES A DE STATES STATES A DE
Processo Administrativo	30 h/a	9,0	Newton de Oliveira Lima		Ms	
Licitação nos Contratos Municipais	30 h/a	9,0	Maria Yonice Pimentel	Especialista		
Temas Atuais de Direito Administrativo	30 h/a	7,0	Paulo Roberto Fagundes	Mestre	Ms	
Metodologia do Ensino Superior Apresentação de Artigo Jurídico	30 h/a	9,0	Maria Luiza Lima do Vale	Mestre	Ms	CACAO CACAO
spresentação de Anigo Jundico	45 h/a	8,5	Joseli Lima Magalhäes IRSO: APROVADO	Mestre	Ms	
PROGRAMA PE VÕIGERA PROGRAMA PE VÕIGERA  "LATO SELVICE REGISTRO DE CLATIFICAE Livro, OS 113, 266 Data Cilene Alvas Varul  Comes Administrativo - FAETE	3 11° 5, 45 / 07	0	OBSERVAÇÃO: Apresentou Artigo JURÍDICA DOS TRIBUNAIS DE O DECISÕES.	Cientifico: NA D Proc ne: 101 CONTAS E Rubrica:	SUA PREFEITURA MUNICIPAL DE I	Por A Constitution of the

# SERMAPI CERTIFICADO

Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participou do 1º Seminário Regional Maranhão-Piaul de

Contratações Públicas: O Impacto da Nova Lei de

Licitações nos Municípios, realizado nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2021; na modalidade on-line e ao vivo, com carga horária de 09 horas.

mperium Assessoria e Tr

Imperium Assessoria e Treinamento CNPJ 37/280/007/0001≤14





Valide através do QR code ao lado ou com o código 626a7d97e0f2ac3f951a58a9e62cea1c em gerarcertificado.com.br

# Certificado localizado

# SERMAPÍ CERTIFICADO

Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participordo 1º Seminário Regional

Maranhão-Pjaul de Contratações

Públicas: O limpacto da Nova Lei de

Licitações nos Municipios realizado nos dias 27,

28 e 29 de julio de 2021, na modalidade on line e ao vivo, com

carga norâna de 08 figras.

impundre 455 spania e Treinamento CNPU 37 280.0076001:14



Espaço reservado para código, enderago e instruções de validação do centica

♠ Fazer download do certificado

## Dados do responsável pela emissão:

- Data e hora: 16/03/2022 às 17h25
- Razão social: Imperium Assessoria é Treinamento
- CNPJ: 37.280.007/0004=14.
- Nome do responsável; Rodrigo Freie
- CPF: 031.101.619-74
- E-mail: imperium treinamento@gmail.com

Fis. nº: \_\_\_\_\_\_\_\_

ne: 181201/1012

# CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

# MARCONI DIAS LOPES NETO

TABLE LONATO DE NOTAS DE SAO LEIS RADRICERATARANTE LA CANTROL DE NOTAS DE SAO LEIS RADRICERATARANTE LA CANTROL DE NOTAS DE SAO LEIS RADRICERATARANTE LA CANTROL DE NOTAS DE LA CANTROL DE NOTAS DE LA CANTROL DE NATURA DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DE LA CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DEL CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DE LA CANTROL DE LA CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTROL DEL CANTROL DE LA CANTROL DEL CANTRO

participou, com êxito, do curso Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021, com carga horária de 24 horas, realizado nos dias 10 a 13 de agosto de 2021, na modalidade a distância (EAD), por meio da Plataforma Zoom.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luis (MA), 16 de agosto de 2021.

instituto CERTAME

A B YAVIER TREINAMENTO

A B XAVIER TREINAMENTOS CNPJ - 11.669.032/0001-09



#### Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei, Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para acocao da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12 462/2011. Ámbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

#### Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação, visão geral. Documento de formalização/oficialização da demanda. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas a elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? A questão do ETP nos convenios celebrados com a União. ETP para transporte; cuigados fundamentais. Prática de elaboração de ETP. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Existência de dotação orçamentária suficiente, Pesquisa pretiminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa pretiminar de preços. Sistema de Registro de Precos. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo, existe diferença? Publicação do ato convocatóno iveículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Junidica. Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Tecnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14 133/2021 Declaração de faturamento do licitante ME/EPP, Preços inexequiveis na contratação de obras, servicos e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violéncia domestica, ou empregados priundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações (Lei Complementar nº 123/2006), prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME. EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas for al ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatono Junspruder da do STF, STJ. 1: bunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas

#### Emol.:R\$5.14 FERC.:R\$0.15 FADEP:R\$0.20 FEMP:R\$0.20 Total:R\$5,69 Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.b. Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: aínda existem diferencas essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Multiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado, e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência. cia x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras, atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência, fase externa,

AUTENTICAÇÃO Conferido e actado conforme ortainal apresentado São Luía, 07/03/2022 10:54:16 16549

Theys Brito dos Santos Sāva - Escrivant PODER JUDICIÁRIO - TIMA Selo: AUTENT156711V4KUW837195XXD08 - Ato: 13.18

Módulo IV: Mudanças essenciais nas contratações diretas e nos contratos administrativos. Licitação dispensada, dispensavel e inexigivel. Formalização do processo de contratação direta.

#### Módulo V: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos instrumentos de contratação e cláusulas obnigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referencia, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Liculações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, servico ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança bancana. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferencia na aplicação de multas. Momentos de exigencia e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal de objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

#### Módulo VI: Alterações contratuais

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetaria e compensação financeira. Reajuste de preços previsão editalicia, adoção de indice pertinente. marco inicial de contagem e concessão automática (de oficio). Reajuste nos contratos de opras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilibrio econômico-financeiro. recomposição de preços, realinhamento, ou revisão, álea extraordinária. Caso fortuito, força major, fato do principe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos 'ucros. Prorrogação de prazo necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta

#### Módulo VII: Sanções administrativas

Sanções administrativas. Quem determina a abertura do processo de apenação Quem é a autoridade responsavel por aplicar tais sanções? Necessidade de defesa prévia e cuidados na polificação



# Wednatio Leovemanard fransparenous Controles Internos Minitelpais

-- Certificado --







Certificamos que Marconi Lopes participou do Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.



São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.

Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior Conselheiro Nacional do Ministério Público Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP (s)!

Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau Procurador-Goral de Justiça do Maranhão 172 172 183201/102/3

Dra. Katla Adriana Itolanda Farias Vieira Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

# Verificação do Certificado

			at.n
Curso	Oblido para	Data da emissão	Código
(* 表記録)できます。 かんこうかい いねんさいんけっとくをがかれる	المراوي والمجهرة والمراوي والمعاورة فالمراوي والمعاورة والمعاورة والمعاورة والمراور والمراور والمراور والمراور		franciska – Willer Balan och bold 444
Webliatilo - Governanca: Transparencia a	Controles Morconi	Wadgesday, 29 Sep 2021, 11:09	81547392-468c=4671-al07;
Internos Atunicipais	(opes @ Web	InditoGavernança,_Transparencia_e_Cantroles_Internos_Municipals-	0520ac1200D3
		Certificado_de_porticipação_3116.pdf	

Fis. ne: 18170170170



# ESTADO DO MARANHÃO MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

PREFEITURA ML	JNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	121
Proc. nº: 18	1201/2023
Rubrica:	

#### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que MARCONI DIAS LOPES NETO, participou do Seminário sobre transparência fiscal: Como Construir o Programa Contas na Mão, no período de 09 a 11 de dezembro de 2003, no horário das 16h às 18:30 horas, no Auditório das Promotorias de Justiça da Capital.

São Luis, 10 de fevereiro de 2004

PROMOTOR DE JUSTICA Márcio Thadeu Silva Marques SECRETÁRIO PARA ASUNTOS INSTITUCIONAIS







LE. DE RESPONSABILIDADE FISCA.

NO CUTINO ANO DEMANDATE

DOS EESTORES MUNICIPATE

# CERTIFICADO

Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO

participou do SEMINÁRIO "LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO DOS GESTORES MUNICIPAIS", realizado no dia 05 de dezembro de 2003, no Rio Poty Hotel, na cidade de São Luís, Maranhão.

Oswaldo dos francintho

São Luís, 95 de dezembro de 2003

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão Presidente

**ORGANIZAÇÃO** 

ADOLO



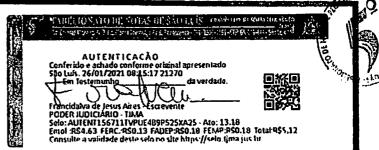






Procuradoria Geral





# ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL CERTIFICADO

Certificamos que o(a) Sr(a). Marconi Dias Loopes 17cTo , participou do "SEMINÁRIO SOBRE IMPLANTAÇÃO DE CONTROLADORIA MUNICIPAL" realizado no dia 17 de fevereiro de 2004, no Auditório do Hotel Praiamar, com carga horária de 6:00hs e proferido pelo Sr. José Carvalho da Silva Neto.

São Luís(MA), 17 de fevereiro de 2004

Hildo Augusto da Rocha Neto
Presidente da FAMEM

Christian Ernesto Silva Noronha

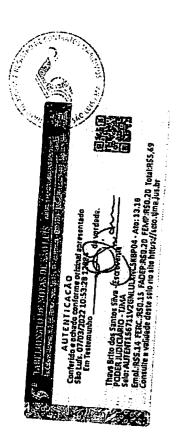
Coordenador da Escôla de Gestão Municipal

José Carvalho da Silva Neto
Palestrante

Fis. ne: 121501 /101

# Modelo

Apresentudor



Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO

Participou do Curso PREGÃO - Presencial e Eletrônico Curso de Formação de Pregoeiro nos termos do Decreto 3.555/2000

Ministrado por JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES e ALEXANDRE CAIRO

No período de 16 A 18 DE MAIO DE 2007

Com duração de 24 HORAS

São Luís/MA, 18 de maio de 2007



#### PREGÃO Presencial e Eletrônico

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### PRIMEIRO DIA

Prof. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

#### Módulo I - Considerações Iniciais

- Normatização do Pregão
- Características peculiares do pregão
- Aplicação subsidiária da Lei nº8.666, de 1993.
- Impugnação do Edital
- O pregociro e suas Atribuições
- Sessão Pública do Pregão Presencial
- Habilitação

Módulo II — PREGÃO PRESENCIAL — Recursos, Adjudicação, Homologação e Penalidades

Recursos no Pregão Presencial

#### SEGUNDO DIA

Prof. Alexandre Cairo

## Módulo III- PREGÃO ELETRÔNICO - A Forma Virtual de Licitar

Peculiaridades do pregão na forma eletrônica

#### Modulo IV - Fase Interna

- Preparando a Licitação
- Exigências a serem observadas
- Atribuições da Autoridade Competente
- O Edital
- Objeto
- Horário padrão a ser adotado no pregão eletrônico
- Importância da correta estimativa de preço.

#### Modulo V - Fase Externa

- Convocação dos Interessados
- Publicação do aviso
- O Governo Federal poderá ceder o uso de seu sistema a outro órgão ou entidade dos demais poderes e para os demais entes?
- Credenciamento
- Impugnação do Edital
- Sessão Pública do Pregão
- O problema da desconexão responsabilidades
- . Abertura da sessão
- Propostas e Lances
- Como são encaminhadas as planilhas, quando exigidas no editai?
- Fase de Julgamento
- Ata da sessão pública emitida pelo sistema eletrônico

#### Módulo VI - Recursos

A Interposição de Recursos no Pregão Eletrônico.

#### **TERCEIRO DIA**

#### Simulações

- Especialistas técnicos convidados, com supervisão do Prof.
   Alexandre Cairo
- Simulações no sistema eletrônico COMPRASNET com uso de recursos da internet para um pregoeiro e três fornecedores.
- Simulações no sistema eletrônico do Banco do Brasil com uso de recursos da internet para um pregoeiro o três fornecedores.

Proc. no. 1877

FEITURA MUNICIPAL DE BACABAL · MA

TREIDE APOIO EMPRESARIAL LTDA Av. Braz de Aguiar, 322 — 2º Andar - Bairro Nazaré - Belém/PA CNPJ 01.920,819/0001-30 - Inscrição Municipal 139.518-9

TABILITY ATT IN EXULYS DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF THE PROP



A Escola Brasileira de Gestão Pública – EGEP certifica que o Sr.(a) MARCONI DIAS LOPES NETO do Município de SÃO LUÍS/MA, participou do Seminário FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO – O QUE MUDA COM O FUNDEB, realizado no dia 19 de Março de 2007, na cidade de São Luís/MA, com carga horária de 08 horas, promovido pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, com apoio da Associação dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – APREMERJ.

São Luís, 19 de Março de 2007.

A.m

Paulo Ziulkoski Presidente da CNM

Fernando Guimarães Ferreira Presidente da EGEP

Doolisaala













Promocão

























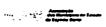






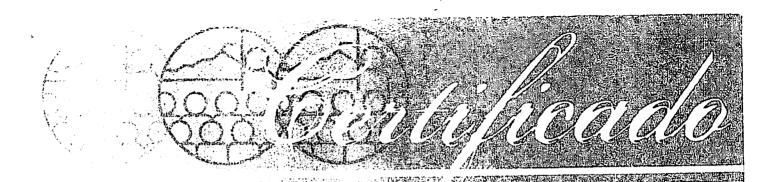














Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO

Participou do Curso LICITAÇÕES, CONTRATOS E ELABORAÇÃO DE EDITAIS

Ministrado por ANTÔNIO MILITÃO SILVA

Nos dias 09 a 11 DE JULHO DE 2007

Com duração de 24 HORAS

São Luís/MA, 11 de julho de 2007

Diretor da TREIDE

RA MUNICIPAL DE BACABAL - M

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

#### Curso

## LICITAÇÕES, CONTRATOS E ELABORAÇÃO DE EDITAIS

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### INTRODUÇÃO

- Objetivo da licitação
- Principios da Licitação
- Quando licitar?
- Que é licitar?
- · Por que licitar?

#### O PROCESSO E O PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

A Constituição Federal, as Licitações e os Contratos Administrativos.

- As Obras e os Servicos
- · Prazo de Execução
- Plano Plurianual de Ações
- As Compras
- As Modalidades de Licitação
- Os Regimes de Execução
- Os Tipos de Licitação
- A Publicidade e a Divulgação
- Diferenca e seus prazos
- A Dispensa. A Dispensabilidade e a Inexigibilidade de

Licitação. Suas profundas diferenças

- Habilitação nas Licitações
- O Registro Cadastral de Licitantes
- O Edital da Licitação e o Convite
- Procedimento e Julgamento das Licitações
- Declassificação das Propostas
- A Comissão de Licitação

#### **O CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Prazo de Vigência

- Prorrogação do prazo do contrato
- O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos
- Alteração dos Contratos
- Recebimento do Obieto do Contrato
- Motivos de rescisão do Contrato Administrativo
- Sancões Administrativas
- Recursos Administrativos.

#### PLANEJAMENTO DA ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

Elaboração do edital de Licitação

- A requisição. Conteúdo.
- Quem requisita.
- O que requisita
- Como quer o objeto da requisição
- Por que quer o objeto requisitado
- Onde quer o objeto requisitado
- Quando pretende receber o objeto da requisição
- O projeto básico e/ou executivo (no caso de compras)
- Quando se propõe a pagar
- Condições de reajuste de preços
- A cláusula de atualização e compensação financeira
- A fonte de recursos orcamentários e financeiros.

#### ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

Escolha da modalidade de licitação.

- Escolha do regime de execução
- · Escolha do tipo de licitação
- Fatores específicos ao tipo de licitação
- Conhecimento do mercado e das eventuais licitantes
- Definição das cláusulas básicas do ato convocatório
- Equipe multidisciplinar.

#### ESTUDO DE CASO PRÁTICO

Concorrência para Obras (adaptando-se para as modalidades)

- Convite e Tomada de Precos, bem como para Compras e Serviços.

DEBATES Tira dúvidas Contribute strings beautiful and strings of the str

. ne: 181201/100

TREIDE APOIO EMPRESARIAL LTDA

Av. Broz de Aguiar, 322 - 2º Andar - Bairro Nazaré - Belèm/FA CNP) 01,920,819/0001-30 - Inscrição Municipal 139.51



# CERTIFICADO



Certificamos que	Marconi Dias Lopes Neto	
participou <b>do Se</b> i	minário: Defesa e Recursos n	os Tribunais de Contas
realizado em Bra	asília/DF, nos dias 16 e 17 de a	agosto de 2007
Carga	Horária: 16 (dezesseis) horas/ativ	vidade
Dr. Jorge Ulisses Jacob	by Fernandes	Carmen Camilo DIRETORA GERAL
্বেশ্য সংক্ষা কর্ম		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

FIS. ns: 181701/1000

# Certificado



Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO

participou das atividades de Capacitação Presencial a Partir de Sorteios

Públicos, relativas ao Programa de Fortalecimento da Gestão

Pública, no município de São Luis no período de 13 a 17 de abril de

2009.

DA GESTAO PÚBLICA

Roberto César de Oliveira Viégas

Chefe da Controladoria-Regional da União

no Estado do Maranhão

Controladoria-Geral da União







ENCONTRO PARA CAPACITAÇÃO DE CONTROLADORES INTERNOS DO MARANHÃO 12 a 14 de agosto de 2009 • São Luís • Maranhão

Certificamos que

## Marconi Dias Lopes Neto

participou do CON1NTER - Encontro para Capacitação de Controladores Internos do Maranhão, realizado no período de 12 a 14 de agosto de 2009, no Rio Poty Hotel, São Luís/MA, com carga horária de 24 horas.

AUTENTICACÃO
Confinido e actuado conforme orialmal apresentado
São Luis, 07(03/2022 10:55:16 16564
Augustamenho

Micrel Levi Barposa Linck

RODER ILIDICIÁRIO - TIMA

Selo: AUTENTI-SETI 19NGF FEUCSIEBET14 - Ato: 13.18

Emisi 1855, 14 FERC..R\$0.15 FADEF/R\$0.20 FEMP/R\$0.20 Total:R\$5,69

Contullo e validada deste selo no site https://selo.tima.jus.bt



São Luis, 14 de agosto de 2009.

André Araújo Olretor da JAM JURIDICA

APOIO INSTITUCIONAL









REALIZAÇÃO







### Conteúdo Programático

#### 12 DE AGOSTO

- Experiências da Controladoria Geral do Estado do Maranhão
- Experiências de Sucessa no aprimoramento das Unidades de Controle
- Sasema de Centrole Interno Estruturação e Implantação.

#### 13 DE AGOSTO

- est esferas do serve as pillandes da controladas
- traprobidade Adiaie strativo
- Controlle of Telephones & Controlle has Controlledes Diestris

#### 14 DE AGOSTO

- A responsabiliriada será Controle e no Controla Os conceltos de Unidade de Controle; Controlado: . na Gestão Governamental e Auditoria e a relação destes conceitos nã organização de Sistema de Controle.
- As funces, da da sale de Controle Interno; és prerregativos es vedeções dos servidores que des e penham função en Unidade de Controle Interno
- Auditoria Galerran ventat.
- Prestocão de Cercas



٠	States of the state of the stat
Pro Pro	VO U.IS
PREFEITURA Fis. nº: Proc. nº:	TASDES Meters
PREFEITURA MUNICIP	ATO DE NOTAS DE SÁO UNESTADOS DE SANTOS DE SAN

A informação necessária

CNPJ 00 803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42,831,132





## Orçamento Público

Sob a Égide da Lei de Responsabilidade Fiscal

28 a 30 de outubro de 2009 São Luís • Maranhão

Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso **ORÇAMENTO PÚBLICO - Sob a Égide da Lei de Responsabilidade Fiscal** realizado no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 180 no período de 28 a 30 de outubro de 200 no período de 28 a 30 de outubro de 200 no período de 200 no

São Luís, 30 de outubro de 2009.

Licurgo Mourão

André Araujo
Diretor da JAM Jurídica

JAM:
JURIDICA
"A informação necessária



Cursos InCompany

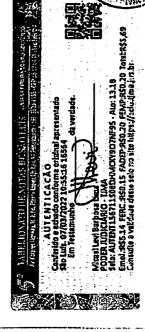
'A JAM Juridica presente na sua instituição



### Conteúdo Programático

- 1. Conceito
- 2. Origens
- 3. Atribuições Econômicas do Estado Finição Albrativa / Distributiva / Finição Estabilizadora
- 4. Aspectos Orçamentários
- 5. Natureza Juridica
- 6. Tipos de Orçamentos
  - A. Orgamento Participativo
    - Concerto
    - A Experiência Brasileira
    - Caracteristicas
  - B. Criamento Programa
    - Concerto

    - II. Caracteristicas
- 7. Principins Orçamentários
  - A. Legalidade
  - C. Universalidade
  - C. Unidade
  - D. Anualidade
  - Asteneridade
  - F. Exclusividade
  - G. Especificação
  - H. Não Afetação das Receitas
  - Proibição do Estorno de Verbas
  - eirdil·up3
  - Principio da Publicidade
  - Principio do Orcamento-Bruto
  - M. Principio da Transparência



8. As Leis Orçamentárias

- A. Introducão
- B. A Lei do Plano Plurianual
  - Elaboração do Plano Plutianual
  - Etapas de Elaboração do Plano Plunanual
  - Base Estratégica
  - Programas
  - Estrutura do Progrema
  - Tipos de Programas
  - Inventário de Ações e Chação dos Programas
  - Étapas de Criação dos Programas
  - Val dução dos Programas e Consolidação
  - Geranciamento e Avaliação do PPA
  - Anexo; do PPA
- C. A Lei de Diretrizes Orçamentárias
  - Anexo de Metas Fiscais
  - Resultado Piimano
- Resultado Numinel
- Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Antenor
- Demonstrativo das Metas Anuais
- Evolução do Patrimônio Equido e Aplicação dos Fecursos
- Avaliação da Situação Financeira e Atuarial
- Renuncia de Receitas
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias
- Anexo de Riscos Fiscais
- Questões Relevantes na Elaboração da LDO
- D. A Lei Orcamentária Anual
  - Matérias Abrangidas
  - **Forma**
  - Vigência
  - Vedações Constitucionais
  - Modelo de Lei Orçamentária Anual Estadual
  - VI. Inovações na Lei Orçamentária Anual

- 9. Classificações Orçamentárias
  - A. Classificação Institucional
  - Classificação Quanto à Natureza da Despesa
  - Ciassificação Funcional . :
  - Ciassificação Funcional-programatica
  - Tabelas das Classificações Orçamenamos
  - Local zação Especial Regionatização 1
- 10. Ciclo Orçamentário
- 11. Processo Legislativo Orcamentário
  - A. Discussão e Votação da Proposta Orçamentario
  - Sancão e Veto
  - Prazos Orçamentários
- 12. Créditos Adicionais
  - A. Crèdito Suplementar
  - B. Cred tos Especiais
  - Cred tas Extraordinanos
- Autorização e Abertura
- Vigência
- Recursos para Abertura
  - Superavit Financeiro
  - Ercesso de Arrecadação
  - Anulação Total ou Parcial de Dotações
  - Operações de Crédito
  - Veto
  - VI. Reserva de Contingência
- 13. Realocações Orçamentárias
- 14. Casos Especiais
  - A. Contratos de Prestação Continua Artigo 57 da Lei N. 8.666/93:
  - B. Obrigações de Despesa ao Final do Mandato Artigo 42 da LRF.
- 15. Exercícios e Prática



A informação necessária



JAM Juncies Federação e Evertos Loda CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831,183





Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

Participou do curso RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OU TRIBUNAIS DE COMYAS - SOS A ÓTICA DO AUDITOR E DO AUDITADO,

realizado nos días 25 e 26 de março de 2010, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luis, 26 de março de 2010.

Odilon Cavallati de Oliveiro

André Araújo Diretor do JAM Juridico



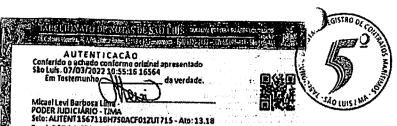








Proc. no: 18/201/201/2



Emol.:RSS.14 FERC.:RSD.15 FADEP:RSD.20 FEMP:RSD.20 Total:RSS,69

Consulte a validade deste sele no site imps://sele.time.jus.br

Conteúdo Programático

- 1. Estrutura e organização dos tribunais de contas
- 2. Responsabilização perante os tribunais de contas
- 3. A responsabilização pelos tribunais de contas diante dos Poderes da República
- 4. Atos processuais praticados pela parte nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- 5. Provas que podem ser produzidas nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- 6. Medidas Cautelares que os tribunais de contas podem prolatar
- 7 Sanções aplicadas pelos tribunais de contas
- 8. Recursos cabiveis contra as decisões dos tribunais de contas
- 9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

16h

B







JAM Autoco Edizubção o Eventos Lisa: .

CNPJ 00.803.368/0001-98
INSC. ESTADUAL 42.831.183



REFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL



# Aposentadoria e Pensão

As Novas Jurisprudências do TCU quanto aos Cálculos Proporcionais dos Proventos.

13 e 14 de maio de 2010

Hotel Luzeiros • São Luís • Maranhão





Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso APOSENTADORIA E PENSÃO - As Novas Jurisprudências do TCU quanto aos Cálculos Proporcionais dos Proventos, realizado nos dias 13 e 14 de maio de 2010, em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 14 de maio de 2010.

JAM









Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participou do Curso PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CONVÊNIOS E PRÁTICA DO SICONV,

realizado no período de 16 a 18 de junho de 2010, em São Luis/MA,

com carga horária de 24 horas.

São Luís, 18 de junho de 2010.

Alexandre Valente Xayler

Emol. RSS.24 FERC. RSO.15 FADEP: RSO.20 FEMP: RSO.20 Total: RSS.69 Consulto a validade deste acto no site http://ecto.tjma.jus.br

16 a 18.de junho de 2010 São Luís • MA

Prestação de

**Contas nos** 

Convênios e

Prince

3 (9 6) X

#### Módulo I - Noções e fundamentos básicos

- a) Noções básicas sobre Orçamento, Plano Plunamial PPA e Lei cir Diretrizes Orcamentárias - LDO:
- by fundamentos que recem os convênios:
- c) normas regulamentadoras dos convênios;
- b) principios constitucionais que regem os convênios.

#### Mádula II - Convênios

- a) Definições convênio, concedente, convenente, interveniente, executor contribuição, auxilio, subvenção social, nota de movimentação de crédito. termo aditivo, objeto, meta;
- b) natureza dos recursos:
- c) tipos de transferências voluntárias, legais e constitucionais,
- ci) instrumentos utilizados nas transferências voluntárias termo de convênio. contrato de repasse e termo de parceria:
- oj fasos dos convênios solicitação, formalização, execução, fiscalização, prestação do contas o exame da prestação de contas.

#### Módulo III - Ita Solicitação

- a) Previsão de recursos no Orçamento Geral da União:
- b) atendimento das exigências para a realização de convêrios Constituição Federal, Loi de Diretrices Orçomentàrias - LDO, Loi de Responsabilidade Fiscal - LPF, Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional -STN, Docreto nº 6.170/07, Portaria Interministerial nº 127/08 o domais
- ci elaboração do Plano de Trabalho;
- d) aplicabiliciade da contrapartida;
- comprovação da situação de regularidade do convenente.

#### Módulo IV - Da Formalização

- a) Elaboração do termo de convênio;
- b) cláusulas obrigatórias;
- c) dáusulas não admitidas;
- d) termo de convênio simplificado:
- e) situações que impedem a celebração de convênios:
- n publicidade dos convénios.

#### Módulo V - Da Execução

- a) Eberação dos recursos financeiros.
- b) movimentação dos recursos financeiros,
- c) obediência às regras de movimentação finance ra:
- d) aguisição de bens e equipamentos:
- e) casos de suspensão da liberação de recursos:
- f) despesas não aceitas:
- q) nexo de causalidade entre as despesas e o objeto do convênio:
- h) aplicação das Leis nºs 8.666/93 o 10.520/02;
- causas de rescisão do convênio.

#### Módulo VI - Da fiscalização e da controle

- a) Orgaos competentes para acompanher e fiscalizar os convenios:
- b) momentos para o exercicio do controle:
- q instrumentos de controle,
- d) consequências das ações de controle (administrativa, civis e ponais);
- e) p controle social.

#### Módulo VII - Da prestação de contas

- a) Prestação de contas finat
- b) obrigatoriedado de sua apresentação;
- c) ônus da prova sobre a boa e regular aplicação dos recursos:
- d) composição da prestação de contas:
- f) prestação de contas parcial definição e processamento.

#### Módulo VIII - Do exame da prestação de contas

- a) Órgão competente para o exame da prestação de contas;
- b) prazos:
- d) emissão de pareceres;
- d) registros nos sistemas informatizados:
- e) consequências do exame aprovação/rejeição;
- f) omissão no dever de prestar contas:
- q) fatos geradores da Tomada de Contas Especial TCE.

#### Módulo IX - Da Tomada de Contas Especial - TCE

- a) Conceito;
- b) elementos necessários à instauração da Tomada de Contos Especial TCE:
- c) fatos geradores da TCE:
- d) órgãos competentes para a sua instauração;
- e) fases interna e externa da TCE;
- f) consequências da instauração da TCE:
- g) apuração da responsabilidade do convenenta.
- h) registros nos sistemas informatizados:
- encaminhamento da TCE ao Inbunal de Contas da União TCU;
- consequências do julgamento pelo TCU:



#### TABLETION ATO DE MOTAS DE SAU LUIS by Controllers to J. Sa Pieto Controller ( Resistory) - 14.

AUTENTICAÇÃO Conferido e echado conforme prizinal São Luís. 07/03/2022 10:57:56 27:560 Em Testemunho

Micael Levi Barbosa Dma. 7.1 PODER JUDICIÁRIO - TIMA

Salo: AUTENT1567110U68O6LIONDC1X46 - Are: 13:10 Emol. 955.14 FERC. 950.15 FADEP 950.20 FEMP: RSD 20 Total 955.69 Consulte a validade deste selo que pla plup 1// selo. ijma jus. br

#### SICONV - Portal dos Convênios

- Credenciamento e cadastramento de ente ou entidade;
- Cadastro de proposta;
- Envio paro análise;
- · Consultar:
- Execução do objeto do convênto;
- Prestação do centas (caso já tenha sido disponibilizado no SICONV





a and Juridica presente na sua instituição

JAM Artism Eddoracka a Evantos Lida CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42,831.143



A informação n.





Gertificado

Marconi Dias Lopes Neto

participou do

### CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

realizado no período de 26, 27, 28, 29 e 30 de julho de 2010

São Paulo, 30

de

julho

de 2010

SAOTIUMO) I ENHEIV

### PROGRAMA



- 1. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO I
- 2. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO II
- 3. CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO / REGISTRO CADASTRAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 4. AS LICITAÇÕES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS / PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS E INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LC 123/06 e DECRETO 6204/07
- 5. O PREGÃO PRESENCIAL
- 6. O PREGÃO ELETRÔNICO E O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E VIAS JUDICIAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30/04/2008 E TODAS SUAS ATUALIZAÇÕES POSTERIORES.
- 8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SUA GESTÃO

Professores Ricardo Ribas da Costa Berloffa Luiz Claudio de Azevedo Chaves

CARGA HORARIA: TRINTA E DUAS HORAS





São Luís. 07/03/2022 10:53:28 1288

Certificado

Governo do Estado do Maranhão certifica que Marcani Dias Lopes Nela

participou do SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DO ESTADO COM OS MUNICÍPIOS, realizado em parceria com a Federação des Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Controladoria Geral da Uniao (CGU) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nos dias 19 e 20 de novembra de 2012, no Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana.

São Luis, 20 de novembro de 2012

Luís Fernando Silva Secretário-Chefe da Casa Civil











### ERTIFICADO



Certificamos que

Curso de Capacitação

Processo nos

Tidurais de Contas

JAM, JURÍDICA

Acuŝação, Contraditório, Julgamento e Recursos.

Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso **Processo nos Tribunais de Contas** 

Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos, realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2015,

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA; 11 de setembro de 2015.

Odilon Cavallari de Oliveira

REALIZAÇÃO

jam-juridica.com.br



Rrocessonos Iribunais de Contes Especial Diribica Juribica Juribic

PURCA JURIOLA JURIDICA JURIDICA JURIDICA JURIDICA JURIDICA JURIDICA

UKIDICA JÜRIDIÇA JÜRIDIÇA JÜRIDIÇA JÜRIDICA JÜRIDICA

#### 1. Acusação

- 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas
- 1.1.1. Jurisdição e competência
- 1.1.2. Indapendência das instâncias
- 1.2. Princípios processuais gerais e específicos
- 1.3. Requisitos de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
- 1.4.1. Processo de contas
- 3.4.1.1. Contas ordinárias
- 1.4.2.2. Termidada Contas Especial.
- 24.12. Conta: de convénios e instrumentos congêneres
  - 3.4.2. Processo de fiscalização
  - 1.4.2.1: Auditorias e inspeções
  - 1.4.2.2. Denúncias e representações

#### 2. Contraditório

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas. segundo o STF
- 2.2. Meios de prova
- 2.2.1. Forma de apresentação
- 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.2.3. Ônus da prova
- 2.2.4. Prova emprestada
- 2.2.5. Prova de preço adequado
- 2.2.6. Prova por fotos
- 2.2.7. Prova por declaração de terceiro
- 2.2.8. Prova indiciária

- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.6. Juntada de documentos
- 2.7. Sustentação oral

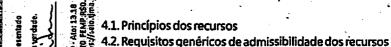
#### 3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes.
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsávei
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabíveis
- 3.3. Nulidades processuais



JORIDICA JÜRIDICA JÜR

- 2.8. A defesa produzida por advogado



4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade 4.4. Efeitos dos recursos

4. Recursos

4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar

ANNORA JURIDICA JURIDICA JÜRIDICA JÜRIDICA

RIDICA JURIERA WWW.iamejuridica.com.bc/ A JURIDICA JURIDICA JURIDICA JURIDICA

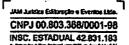
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
- 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de
- 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
- 4.7.3. Embargos de Declaração
  - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
  - 4.7.5. Agravo
  - 4.8. Coisa julgada administrativa
  - 4.9. Execução administrativa

#### 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas

- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões 🍪s 🖥 tribunais de contas
- 5.3.1. Mandado de Segurança
- 5.3.2. Outras acões









### CERTIFICADO





Certificamos que

### Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,

realizado nos días 28 e 29 de outubro de 2015, · em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 29 de outubro de 2015.

Ismar Barbosa Cruz

Luiz Felipe Bezerra A. Simões

André-Araille

T FORE HEX VIOLDE NOTAS DE SÁOL U

AUTENTICAÇÃO

Conferidor ochado conforme organismo spresa tado

Frantidava de Jesus Aires PODSR AUDICIÁRIO - TIMA

da verdado.

JURIDICA

4 E 8

jam-juridicacombi

## Auditoria de Licitações e Contratos



### **APRESENTAÇÃO**

Os principais procedimentos de auditoria de licitações e contratos, baseados na melhor metodologia de controle e associados aos conceitos e à jurisprudência fundamentais para a correta fiscalização e execução dos atos administrativos nessa área.

A área de licitações e contratos na administração pública representa, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, assim como para o profissional de controle e auditoria. Por um lado, a complexidade e variedade das regras estabelecidas pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais superiores exigem do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais. De outro, compete ao auditor, ou controlador, a partir do conhecimento especializado da matéria, identificar corretamente quais dos processos licitatórios e contratos devem ser fiscalizados prioritariamente, considerando o grau de risco, materialidade e relevância de cada um deles. Em função disso, este curso foi concebido para propiciar, tanto ao gestor, quanto ao auditor, uma visão ampliada dos conceitos e procedimentos de controle aplicados à área de licitações e contratos, especialmente destacados a partir das orientações do Tribunal de Contas da União. Treinamento baseado na mais moderna metodologia de controle público no Brasil e realizado de forma dinâmica, por meio da apresentação da base teórica e de estudos de caso.

"Licitações e Contratos – conceitos e jurisprudência para efeito de auditoria"

#### 1. Licitação: conceitos importantes

- 1.1 Observância de princípios
- 1.2 Objetivos a serem perseguidos:
- seleção da proposta mais vantajosa

#### 2. Fases da licitação

- 2.1 Elaboração do edital:
- 2.1.1 Definição do objeto da licitação:
- parcelamento do obieto x fracionamento da despesa
- indicação de marca/características restritivas
- 2.2 Proieto básico e termo de referência
- 2.3 Critério de aceitabilidade do preço global e dos preços unitários
- iogo de planilha
- · preço manifestamente inexequível
- responsabilidade da comissão de licitação e do preapeiro
- 2.3 Exigências de habilitação
- regularidade fiscal e trabalhista
- qualificação técnica

#### 3. Contrato administrativo: conceitos importantes

- 3.1 Formalização
- cláusulas exorbitantes
- 3.2 Vigência e prorrogação
- · serviços de natureza contínua
- justificativas para a promogação

#### 4. Alteração contratual

- 4.1 Alteração unilateral quantitativa/qualitativa
- 4.2 Alteração consensual
- revisão contratual/teoria da imprevisão
- reajuste/repactuação

#### 5. Contratação direta (sem licitação)

- 5.1 Espécies: dispensa e inexigibilidade
- 5.2 Dispensa em razão do valor
- 5.3 Contratação emergencial
- 5.4 Prestação de serviços de natureza singular
- 5.5 Justificativa do preco

#### "Metodología de auditoria aplicada à área de licitações e contratos"

#### 6. O controle de licitações e contratos

#### 7. Auditoria governamental

- 7.1 Conceitos básicos
- 7.2 Finalidades
- 7.3 Abrangência
- 7.4 Auditoria de Conformidade
- 7.5 Auditoria Operacional

#### 8. Normas de auditoria

- 8.1 Finalidades e fontes das normas
- 8.2 Normas relativas à pessoa do auditor
- 8.3 Normas de execução do trabalho
- 8.4 Normas relativas à opinião do auditor

#### 9. Visão geral de controles internos

- 9.1 Definicões
- 9.2 Obietivos
- 9.3 Princípios
- 9.4 Avaliação de controles internos
- 9.5 Conceitos de risco em auditoria

#### 10. Planeiamento da auditoria

- 10.1 Procedimentos de auditoria
- 10.2 Matriz de Planeiamento

#### 11. Execução da auditoria

- 11.1 Técnicas de auditoria
- exame documental; inspeção física; conferência de cálculos: observação; indagação escrita: indagação oral; confirmação externa: correlação das informações obtidas; teste laboratorial; rastreamento: entrevista; circularização; conciliação; análise de contas contábeis; revisão analítica.

#### 12. Achados e evidências em auditoria

- 12.1 Matriz de Achados
- 13. Relatório de auditoria





TARCLIONATO OF ADDING DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF THE





Certificamos que Marconi Dias Lopes Neto participe Les Jornada Junidica de Direito Administrativo com carga horania de seis notas, realizada no Teatro Zenira Fiquene, Faculdade Pitagoras, com o palestrante José Aras, advogado e diretor do Centro de Estudos José Aras (Cejas), que ministrou a palestra "Inforsbidade Administrativa"

São Luís (MA), 04 de Outubro de 2016

Yndara Vasques

Inspirar Inovação & Comunicação

Francidalva Monteles

Inspirar Inovação & Comunicação







INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDO SOBRE RESPONSABILIDADE PÚBLICA

Certificada



Toustitute Maranhense de Estudas sabre Respansabilidade Pública - IMERP tem a hanra de canceder e titula de MEMBRO - HONORÍFICO a

Marconi Lopes Weto

Em homenagem ao seu notório conhecimento acadômico e relevante aluação profissional com os quais irá contribuir com o desenvolvimento dos objetivos institucionais do Instituto.

São Luis - MA, 11 de Agasta de 2017

Mazi Genes Gedean Vico Providento da IMERP

> Amarda III Amanda Almbida Usaquim Presidente de IMERP

Fis. no. 2014

Proc. no. 18/201/109/2

arras Rêga Meta

Direter Administrativa da IMERP

## COVERS

25 ANOS DA LEI DE Improbidade administrativa

l Congresso Marante de l'aludo Sobre Responsabilidade Publica

## CERTIFICADO

"O Instituto Maranhense de Estudos sobre Responsabilidade Pública - IMERP agradece imensamente aos (às) palestrantes, debatedores (as) e mediadores (as) que contribuíram para a realização do I Congresso Acadêmico de Estudos sobre Responsabilidade Pública, nos dias 9 e 10 de novembro de 2017 na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, o qual teve como tema "Os 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa na ordem política brasileira". Entre àqueles (as), certifica a participação de MARCONI LOPES NETO no Painel II ("O Tribunal de Contas do Estado e a Proteção da Probidade na

Administração") São Luís, 10 de novembro de 2017.

Imanda My

Amanda Almeida Waquim Presidenta - IMERP



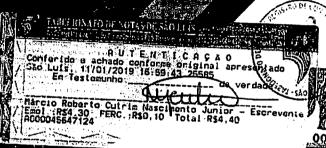
MERP

INSTITUTO MARAPHENE CO ESTUDO
SOBRE RESPONSABILIDAD PROTICO

Mizzi Gomes Gedeon Vice-Presidenta - IMERP PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAI.
Fis. no: 109
Proc. no: 181201/101/2

CERTIFICAD 2018





Poder Judiciário
Tiburad de Intige
do Marambie
AUTENTICAÇÃO
000045647124

Certificamos que

### Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: Acusação, Defesa,

Julgamento e Recurso, realizado nos dias 4 e 5 de Junho de 2018, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária de 16 horas.

Rio de Janeiro/RJ, 5 de Junho de 2018.

Odilon Cavalia de Oliveira

André Araújo Diretor da JAM Jaridica

JAM JURÍDICA A informação necessária

A Mormação Necessaria

www. jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br SIGA-NOS **f v 6**  Fis. nº: 18/20/10/2

#### **CURSO**

PROGRAM

### PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO, RECURSO

#### 1. Acusação

1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas

- 1.1.1. Jurisdição e competência
- 1.1.2. Independência das instâncias
- 1.2. Princípios processuais gerais e específicos
- 1.3. Requisitos de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
- 1.4.1. Processo de contas
- 1.4.1.1. Contas ordinárias
- 1.4.1.2. Tomada de Contas Especial
- 1.4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
- 1.4.2. Processo de fiscalização
- 1.4.2.1. Auditorias e inspeções
- 1.4.2.2. Denúncias e representações

#### 2. Defesa

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
- 2.2. Meios de prova
- 2.2.1. Forma de apresentação
- 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.2.3. Ônus da prova
- 2.2.4. Prova emprestada
- 2.2.5. Prova de preco adequado
- 2.2.6. Prova por fotos
- 2.2.7. Prova por declaração de terceiro

- 2.2.8. Prova indiciária
- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiências
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. Adefesa produzida por advogado

#### 3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sancões cabíveis
- 3.3. Nulidades processuais

- 45 Recursos
- 1. Princípios dos recursos
- 4.2. Regulsitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal.
- 4.7. Principais tiposté recursos nos tribunais de contas\*
- 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
- 4.7.2. Recurso contra decisão que Julga processo de fiscalização
- 4.7.3. Embargos de Declaração
- 4.7.4. Recurso ou impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
- 4.7.5. Agravo
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais
- 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas
- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunai contas
- 5.3.1. Mandado de Segurança
- 5.3.2. Outras acões









SIGA-NOS

71 3342-4531 - 3379-8191 www.jam-juridica.com.br PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAI





A informação necessária

www. jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br SIGA-NOS f 💟 🔯

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 24 de julho de 2018.

Instrutor

Diretor da JAM Jurídica

#### **CURSO**

### RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

PRC	GR	AMA

8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avallação da culpa

9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico

9.1. Controvérsias em torno da delegação de competência

51.	0:	sistema	Juridico de	: imputação	de responsabilidad	2

- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 1.3. Responsabilidade penal
- 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
- 2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade
- 2.1. Processos de contas ordinárias
- 2.2. Tomada de Contas Especial
- 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros
- 3. Espécies de responsabilidade
- 3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
- 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
- 3.3. Responsabilidade solidária
- 4. Hipóteses de responsabilização do particular
- 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
- 4.2. Responsabilidade do sócio da empresa contratada pelo Poder Público
- 5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
- 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
- 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem enseiar a responsabilização
- 6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fatoilícito
- 6.1. Natureza jurídica do ilícito administrativo e/ou financeiro
- 6.2. Desaños a serem superados na caracterização do ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especiais
- 7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por ofizzimo
- 7.1. Concelto jurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta poração
- 7.4. Conduta por omissão

9.2. Falha na supervisão hierarquica 9.3. Má escolha do subordinado 10. Nexo de causa!idade 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito 10.2. Controvérsias no Direito em torno do tema 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo 11. Circunstâncias que podem isentar o agante público de : : sponsabilidade 11.1. Legitima defesa 11.2. Estado de Necessidade 11.3. Exercicio Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal 11.4. Caso fortuito e forca major 11.5. Fato de terceiro 11.6. Culpa exclusiva da Administração 12. Causas que justificam a não aplicação de sanções 12.1. Boa-fé 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude 12.3. Inexigibilidade de conduta diversa 1.1 13. Causas que impedem a aplicação de sanção

13.1. Morte

13.2. Prescrição

8.1. Culpa lato sensu

8.3. Dolo

8.2. Culpa strictu sensu

14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente público

14.1. Matriz de responsabilização

14.2. Cautelas esperadas do agente público

15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados.

- 15.1. Responsabilidade do agente político,
- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4. Responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municipios
- 15.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
- 15.6. Responsabilidade do parecerista juffdico ou técnico 15.7. Responsabilidade de quem age amplinado em parecer jurídico ou técnico
- 16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações o contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casos julgado:
- 16.1. de quem elabora o edita!
- 16.2. do membro de comissão de licitação
- 16.3. do pregociro e da equipe de apolo
- 16.4, de que elabora projeto básico ou termo de referência
- 16.5. de quem aprova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.B. de quem assina terrop aditivo
- 16.9. do fiscal do contrato
- 16.10, do licitante fraudador

17. Responsabilidade decorrente de recurrence repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos confedentes e convenentes, do prefeito e de seu sucessor, e do amisso no dever de prestar contas: Estudo de Casa julgados.

- 17.1. dos agentes públicos do órgão repressador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omisso no dever de prestar contas
- 18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contils
- 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou confianca
- 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação

AUTENTICAÇÃO

Conferido e achado conferme priesad apresentado São Luis, 22/02/2021 17:02543226

Francisches av Jesus Ales - Esquente
PODER JUDICIARIO - TIMA
Scio: AUTENT 15571100 JIDAN ANSSE 461 - ALO: 13.10
Empl. ESA 6.3 FEIC. ESO. 13 FADDP. RSO. 18 FEMP. RSO. 18 Total 155, 12
Consulte 2 validade deste selo no alte https://selo.igma.jim.br

FABELION VILLE SOLAS DE SÃO LOS ELECTROS ELECTROS ELECTROS.



JAM Artifica Estimacio e Eventos Lista. CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831,183

SIGA-NOS

71 3342-4531 · 3379-8191 www.jam-juridica.com.br



#### Token de verificação:

72936b7950740491

#### Informações do certificado

Tipo de certificado:

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Nome do participante:

MARCONI DIAS LOPES NETO

Atividade:

OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS - TURMA 2

Evento:

OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS (2º DIA)

Carga horária:

1h30min

Proc. nº: 1X

2 1

## CERTIFICADO



Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO participou do curso "A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO" no dia 07/06/2019 com carga horária de 08 hora(s).

São Luís (MA), 07 de junho de 2019





Erlânio Fuel Luna Xavier
Presidente

Antonio Portilho Fonseca Filho
Direcor Executivo

Fls. no: 232 Proc. no: 181201/1019

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO





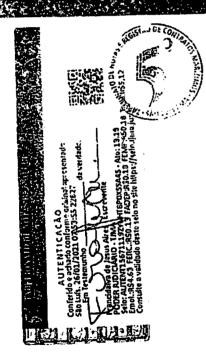


Jorge Ferreira Lobo

Conferido e achado conforme criainal apresentado
São tuís, 26/01/20/2 07:53:55 22/82/
Em Testemanho
Aumentaria de Jesus Alvei - Escrevente
PODER AIDICASIO - ILIA
Selo: AUTEM156711CO-EZE48KU5979A15 - Ato: 13.18
Emol. RS4.63 FERC RS0.13 FADIFE/RS0 18 FEMP/RS0.18 Total/RS5.12
Consulte a validario deste selo no site https://selo.tima.jus.ks

FIS. ne: 183 203/16

# CERTIFICAD



Certificamos que

Marcani Dias Lopes Meta

participou do curso AUDITORIA GOVERNAMENTAL - Incluindo tópicos avançados de controle, realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 23 de agosto de 2019.

Fecilitador

Diretor da JAH Juridica

www jam-juridica.com.br 300@jamjuridica





AUTENY ICACAO
Conferido e achado conforme original aprosentado
Isto Lus. 26/01/2021 (V.53-55 22827 er Ridiciánio - Tirki | Autent15671111/1426157ANBEO75 - A10: 1318 | LRS4.63 FERC.RSO.13 FADEPRSO.18 FEMPRSO.18 TotalRS5,12

isulte a validade deste selo no site https://selo.tima.jus br

### Conteúdo Programático

### **AUDITORIA GOVERNAMENTAL** Incluindo tópicos avançados de controle

#### CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Fundamentação legal do controla na administração pública
- Controle interno
- Controle externo
- Órgãos de controle interno e externo
- 2. GOVERNANCA DO SETOR PÚBICO

#### AIRODUCÃO À AUDITORIA

- Azzinoria: conceitos básicos, origem e evolução
- Finalidades da auditoria governamental
- Objetivos da auditoria governamental
- Abranzencia da auditoria governamental
- Cassificação

#### 4. NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E **CONDUTA ÉTICA DO AUDITOR**

- Finalidades, fontes e classificação das normas
- Novas normas de auditoria da Intosai
- Normas de auditoria dos tribunais de contas (NAGs) e do

Poder Judiciário (CNJ)

#### **CONTROLES INTERNOS**

- Definição e objetivos
- **Princípios**
- Fontes de informação

#### **RISCOEM AUDITORIA**

- Conceilos de risco em auditoria
- Gestão de risco

#### PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

- A importância do planejamento para o sucesso do trabalho
- Instrumentos de planejamento das atividades de Auditoria
- Matriz de planejamento

#### EXECUÇÃO DA AUDITORIA

- Procedimentos de auditoria
- Técnicas de auditoria

- 9. . ACHADOS EM AUDITORIA
- Matriz de achados

#### 10. EVIDÊNCIAS EM AUDITORIA

#### 11. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

- Requisitos do relatório
- Estrutura do relatório

#### 12. TÓPICOS AVANCADOS DE AUDITORIA DO SETOR **PÚBLICO**

- Auditoria baseada em risco
- Auditoria integrada
- Auditorias temáticas
- Auditoria coordenada como instrumento de governança
- Utilização de indicadores de governança e auditorias
- Auditoria forense
- Governança da auditoria



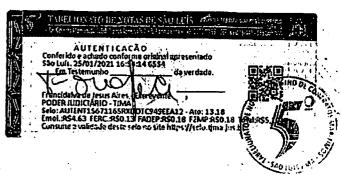
IAM cursos

CNPJ 00.803,368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831.183









### **CERTIFICADO**

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por sua Escola Judiciária Eleitoral, juntamente com a Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com as entidades abaixo identificadas, confere a MARCONI DIAS LOPES NETO, CPF nº 847.655.343-91, certificado por sua participação no Congresso Nacional de Direito Eleitoral - Democracia, Eleições Municipais e Pandemia, realizado no dia 8 de junho de 2020, mediante plataforma virtual, com carga horária de 12 horas.

São Luís - MA, 8 de junho de 2020.

esembargador Tyrone José Silva Presidente do TRE/MA

Membro e Diretora da EJE do TRE/MA

Membro e Diretor da EJE do TSE

Realização:

Parceiros:

















#### Conteúdo programático:

AUTENTICAÇÃO Conferido e achado conforme original apresentado 30 Luís. 25/01/2021 17/29:21 9474

da vardade.

ido: AUTENT 15671170010222RUR7K411 - Ato: 13.18 imol:R\$4.63 FERC:R\$0.13 FADEP:R\$0.18 FEMP:R\$0.18 Total:R\$\$,17 Consulte a validade destr selo no site https://selo.tjma.jurs.br

9h15 - 1º Painel: Democracia brasileira: seus avanços, conquistas e desafios

Debatedor -- Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto (Diretor da EJE/TSE e membro do TSE)

Debatedor → Procurador da República Juraci Guimarães Junior (Procurador Regional Eleitoral no TRE-MA)

Debatedor --- Desembargador Cleones Carvalho Cunha (ex-presidente do TRE-MA e ex-presidente do COPTREL)

Mediação → Juíza Lavinta Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJE/TRE-MA)

10h45 - 2º Painel: Convenções, registro e o fim das coligações proporcionais

Debatedora → Dra. Marilda Sliveira (Advogada eleitoralista OAB/DF e membro da ABRADEP)

Debatedora -- Dra. Isabel Mota (Advogada eleitoralista OAB/CE e membro da ABRADEP)

Debatedor -- Ministro Carlos Bastide Horbach (Ministro do TSE)

Mediação → Julz Bruno Duallibe (Advogado e membro do TRE-MA)

14h - 3º Painel: Segurança jurídica, Eleições Municipais, pandemia e seus impactos

Debatedor → Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Professor, ex-presidente da AJUFE e ex-membro do TRE-MA)

Debatedor → Procurador da República Luiz Carlos Gonçaives (Professor e ex-Procurador Regional Eleitoral no TRE-SP)

Debatedora -- Dra. Vânia Siciliano Aleta (Prosidente da Escola Superior de Direito Elatoral e Coordenadora Geral Adjunta da ASRADEP)

Mediação → Dr. Eduardo José Leal Moreira (Advogado, membro da ABRADEP e ex-membro do TRE-MA)

15h30 - 4º Painel: Inelegibilidades, financiamento e prestação de contas

Debatedom -- Desembargadora Elaine Harzhelm (professora e ex-Presidente do TRE-RS)

Debatedora -- Dra. Maria Claudia Bucchianeri (Advogada, ex-assessora chefe da Presidência do TSE e membro da ABRADEP)

Debatedora → Dra. Denise Schlickmann (Secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE-SC)

Mediação → Dr. Mauro Ferreira (Advogado e Presidente da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)

17h30 - 5º Painel: Propaganda Eloitoral, lake news e o combate à desinformação

Debatedor - Dra. Luciana Nepomuceno (Advogada, Conselheira Federal OAB/MG e ex-membro do TRE-MG)

Debatedor -- Dr. Diogo Rais (Advogado, professor e membro fundador da ABRADEP)

Debatedor → Dr. Roberth Seguins Feitosa (Advogado, professor e membro da ABRADEP)

Mediação → Juiz Federal Clodomir Reis (ex-membro do TRE-MA)

19h - Cerimônia de encerramento

Mesa Solene:

Juíza Lavinia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJE/TRE-MA)

Prof. Me. Marcelo de Carvalho Lima (Advogado, professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMATRE-MAVEJE)

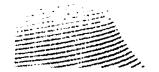
Prof. Dr. Márcio Aleandro Correla Teixelra (Advogado, professor e Vice-Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMATRE-

MA/EJE, membro da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)

Conferencistas de honra:

Prof. Me. Agostinho Ramalho Marques Neto (professor aposentado do Departamento de Direito da UFMA, psicansiista e membro da Academia Maranhense de Letras)

Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da UFMA, professor, ex-presidente da AJUFE e exmembro do TRE-MA) Fis. no: 218



## Certificadu

Certificamos que

### MARCONI DIAS LOPES NETO

Participou do curso "II MARATONA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS realizado no período de 28/07/2020 a 13/08/2020, com carga horária de 14 horas.

Vila Velha, 02 de outubro de 2020.

Alexandrina dos Santos





VI CON INTERN DE CON

VI CONGRESSO

Selic APTICAL SELICIONAL INTERNACIONAL DE CONTROLE E
POLÍTICAS PÚBLICAS

### Certificado

Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO participou do VI Congresso Internacional de Controle e Politicas Públicas, promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), por meio da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), com carga horária de quatro horas.

Salvador, 24 de Novembro de 2020.

han Lotte Bonitha Presidente do IRB Sebastião Helvético Ramos de Castro Vice-presidente de Relações Institucionais do IRB Glidásio Penedo Filho Conselheiro-Presidente do TCE/BA EFETTURA MUNKCIPAL DE BACABAL · HJ ,, nº: 1/8/2/2//1/2/2 brica: 6

Resitração

Instituto Rui Barbosi

R ECPL











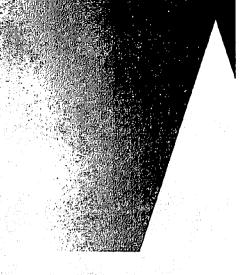








# CERTIFICADO



Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO, participou com êxito do evento I Congresso Estadual do Municipalismo Maranhense realizado em 13/03/2023 a 14/03/2023, na cidade de São Luís, contabilizando carga horária total de 10 horas.

São Luís, 13/03/2023 a 14/03/2023



Prefeito Ivo Rezende
Presidente da Famem

Realização:



Patrocínio:

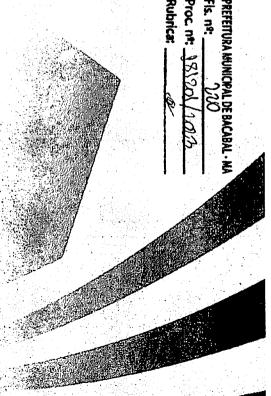
Apoio:













Certificamos para os devidos fins, que

MARCONI DIAS LOPES NETO,

participou com êxito do Curso de *LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ÊNFASE EM PREGÃO ELETRÔNICO*, de acordo com a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), com carga horária de 16 (dezesseis) horas, realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2023.

O conteúdo ministrado, encontra se no verso deste certificado.

ANTONIO JACKSOM LOPES Assinado de forma digital por ANTONIO
/ JACKSOM LOPES DA SILVA:92041256320
DA SILVA:92041256320
Dados: 2023.04.04 18:06:47-03:00'
AJ&M TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme disposição prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Fls. no: 22/

S. ns: 920 Toc. ns: \8\20\110i3

#### -Módulo I: LICITAÇÕES GERAIS:

Princípios básicos de licitação. Dever constitucional de licitar. Contratações diretas. Legislações aplicável. Modalidade de licitação. Vinculação ao instrumento Convocatório. Esclarecimentos e impugnações ao edital e Recursos Administrativos.

#### -Módulo II: NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 14.133/21:

Conceitos e Diferenças entre as modalidades. Responsabilidades: Pregoeiro/Autoridade Competente. Exigência de estudo técnico preliminar nas contratações públicas (novo). Fases interna e externa do pregão. Principais erros/vícios cometidos pelos fornecedores. Decreto 10.024/2019. Cadastramento no SICAF e Comprasnet. Acesso à plataforma Comprasnet. Inclusão de proposta na licitação, cadastramento e operação de processos via sistema. Etapa de lances. Julgamento de proposta e análise da documentação dos concorrentes. Sanções administrativas, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar.

Tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas.

#### - Módulo III: SIMULAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRASNET)

Consultas à licitações publicadas (abertas para propostas), cadastramento de proposta e simulação na sala de disputa.

Conforme disposição prevista na Lei nº 9:394, de 20 de dezembro de 1996.



Consultoria | Auditoria | Treinamentos

Certificamos que

### MARCONI DIAS LOPES NETO

concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luís/MA, 22 de março de 2023

Jacqueline Aguian da Silva Jacqueline Aguiar da Silva Sócia-administradora da Crhescer Marcoi D. Lopes Nesso

(98) 97020-1243 contato@crhescerconsult.com.br | www.crhescerconsultoriama.com.br @@vemcrhescer @ Rua dos Azulões, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060









### MARCONI DIAS LOPES NETO

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luis/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luis, 17 de outubro de 2023

Jacqueline Agular da Silva Sócia-administradora da Crhescer



#### CONTEÚDO DO CURSO:

AULA 1 - O PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES: Planejamento da Contratação - os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência; A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência; Elementos essenciais do Termo de Referência; Impropriedades das informações que compõem o TR; Principais pontos sobre a descrição do objeto e sobre a possibilidade de indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Padronização e Pré-qualificação; Exigência de laudos e amostras; A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens; Justificativa da Contratação; Responsabilidades decorrentes da produção do Termo de Referência; Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema.

AULA 2 - FASE INTERNA E EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO - Mecanismos da governança nas contratações; A importância do Planejamento das Contratações; Plano de Contratação Anual; Das Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Concurso; Leílão e Diálogo competitivo-novidade; Inversão das fases, Modos de Disputa, Orçamento Estimado e Sigiloso; Da Divulgação do Edital de Licitação; O Portal Nacional de Compras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Critérios de julgamento - menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior lance, maior retorno econômico; O Julgamento e a (In)Exequibilidade das Propostas; Apresentação das propostas; Direito de Preferência das ME/EPPs; Julgamento e habilitação; Fase recursal e homologação.

AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: O Agente de Contratação e a equipe de contratação; A Gestão por Competência; O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Aplicação da Lei e as Definições que irão Nortear a Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos agentes de contratação; Segregação de funções; A defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública; Sobre o responsável pela condução do certame — O pregceiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições; Equipo de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESQUISA DE MERCADO: Importância de Pesquisa Mercadológica; Pesquisa de Preços na Lei nº 14.133/21; Onde realizar a pesquisa; Como tratar os preços e avaliar suas variações; Principais falhas na elaboração da pesquisa de preços à luz da jurisprudência do TCU. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso de registro de preço para obras; A possibilidade de vigência da ata por até dois anos; O SRP para hipóteses de contratação direta; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, conteúdo, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços; Assinatura da ata concemitante por mais de um fornecedor; Alteração e Revisão da ata de registro de preços; Reajuste e repactuação dos preços registrados; Cancelamento dos preços registrados; Adesão à Ata de Registro de Preços: limites, procedimento, adesão por entidades de esferas federativas distintas; Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente penalizar o fornecedor ou prestador; Aditivos a ata de registro de preços?

AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA: Planejamento da Contratação Direta: os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A Dispensa de Licitação; A Inexigibilidade de Licitação; O procedimento da Contratação Direta; Formalização do Processo de Contratação Direta.

AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais; Alocação de Riscos e Matriz de riscos; Duração e Execução dos contratos — com ênfase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados; Extinção e Nulidade contratual; Casos de modificação contratual; Reajuste de Preços, Repactuação, Reequillbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão; Tipos de infrações Infração administrativa e competência para aplicação de sanções; As Regras sobre a Aplicação das Sanções — Declaração de Inidoneldade e Impedimento de Licitar e Contratar; Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais.



# Educação Sebrae

# Certificado

APRENDER SEMPRE É UM BOM NEGÓCIO



Participou do Curso Capacitação em Licitações e Contratos
Promovido pelo SEBRAE/MA-Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no período de 07 a 09 de junho de 2004, com carga horária equivalente a 24 horas.

São Luís (MA)., 09 de Junho de 2004

Locale Data

SEBRAE
Parceiro dos brasileiros

Facilitador

Dr. Diogenes Gasparini

cescota

Claudia Cristina Sampaio Costa Educação Empreendedora do SEBRAE/MA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA

Rubrica: Proc na: Fls. nº:

participa de I Cido de Estudos sobre Infrostos Municipais, realizado Centificamos que Manconi Dias Lopes Neto

em Fão Luts (MA), nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2004.

Fão Luto, 8 de outubro de 2004. Canga hondria - 14 honas

do Consolho Cientifico Tresidente Elud José Porto da Costa

SOJAATUAIRT 2000T23 30 32MHARAM OTUTTT2NI

Owner Course of Survey of the Course of the

Micsel Lavi Batoota Dana (Anti-Organia Resolution Micsel Lavi Control Micsel Lavi Control Micsel Micsel Control Micsel Micsel Control Micsel M

manipul per de la partir de la SALO ANG Mentral de la proposition del la proposition del la proposition de la propositio

da verdade.

Confession e autre of ACAC AC Confession e c





Gerțificamos	que
--------------	-----

MARCONI DIAS LOPES NETO

Representante da Empresa

PESSOA FÍSICA

Barticipou do Seminário

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E ORÇAMENTO PÚBLICO

Realizado em SÃO LHÍS, DE 28/02 À 04/03/2005

\_com duração de \_\_\_

22 Irlanda.

Instrutor (a)
Prof. Caldas Furtado

"B "Treinamento Empresarial Lida



Fls. ne: 128 Proc. ne: 18/20/1023

# Seminário Gestão Pública Responsável fortalecendo a municipalidade

# Certificado

Certificamos que

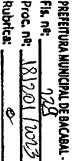
Marconi Dias Lopes Neto

participou do Seminário Gestão Pública Responsável Fortalecendo a Municipalidade realizado nos dias 17 e 18 de março de 2005 no Rio Poty Hotel – Ponta D'Areia.



São Luís, 18 de março de 2005





# I SEMINARIO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS Uma oportunidade para o crescimento das cidades do Maranhão

# Certificado

Certificamos que Marconi Dias Lopes Neto

participou do I SEMINÁRIO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS, realizado

nos dias 07 e 08 de abril de 2005.

Carga horária: 16 horas.

AUTENTICACAO

Conferido e achado conforme original apresentado
São Luti. 07/03/2022 10:56:12 28770

Em Testemunho

Micael Lovi Barbotes Linha
PODER ADICLARIO - TIMA
Selo: AUTENTISE71199DS9N3AIERTIS24 - Ato: 13.18
Emol. RSS.14 FERC. 950.15 FADEP-RSO. 20 FEMP-RSO. 20 Total-RSS.69

Consulte a validade deste selo no site https://scio.sjme.jos.b/

São Luís, 8 de abril de 2005

Secretaria Municipal da Fazenda de São Luís é cerdificada pelo Programa de Qualidade no Serviço Público Federal

REALIZAÇÃO.

Prefeitura

SÃO LUÍS

compromisso e ação

secretaria Municipal da Fazenda

Sueli Bedê
Sueli Bedê
Secretária Municipal da Fazenda



# d i á l o g o Público

2005

O TCU em conversa com o Cidadão

# Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que

# Marconi Dias Lopes Neto

participou do evento Diálogo Público 2005

"Qualidade dos gastos públicos:

contribuições dos órgãos de controle à gestão municipal"

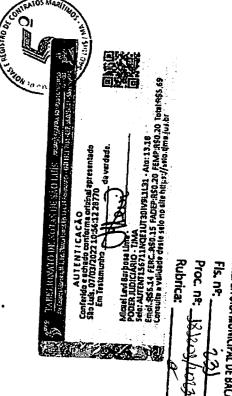
no Estado do Maranhão, nos dias 12 e 13 de abril de 2005, em São Luís/MA, com duração de 12 horas.

São Luís, 13 de abril de 2005.

ALEXANDRE VALENTE XAVIER

Diretor-Geral







# Certificado

Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO

Participou do Curso SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ministrado por JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

No período de 20 E 21 DE MAIO DE 2005

Com duração de 12 HORAS

São Luis/MA, 21 de maio de 2005.

Apresentador

Diretor da TREIDE

## SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O que é o Sistema de Registro de Preços - SRP?

Quando deve ser utilizado?

Como garantir qualidade no SRP?

Como registrar preços diferentes:

a) pela localidade de entrega?

b) pela qualidade do produto?

c) para diferentes quantidades?

Quando um órgão pode ser carona em outro SRP?

Quando se faz contrato no SRP?

Por quanto tempo vale o SRP?

Quais serviços podem ser registrados?

O SRP vale só por um exercício?

O que acham os órgãos que já implantaram o SRP?

Quais as garantis que são dadas aos fornecedores?

Quais as vantagens para os fornecedores?

Quais os limites de venda para os fornecedores?

Como se faz a pesquisa de preços?

Qual modalidade: concorrência ou pregão?

Onde obter modelos de edital do SRP?

Como manter um SRP quando os preços mudam?

TREIDE APOIO EMPRESARIAL LTDA Av. Braz de Aguiar, 322 – 2º Andar - Bairro Nazaré - Belém/PA CNPJ 01.920.819/0001-30 - Inscrição Municipal 139.518-9



# Certificado

Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO

Participou do Seminário Especial CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ministrado por BENJAMIN ZYMLER

Nos dias 09 E 10 DE OUTUBRO DE 2006

Com duração de 12 HORAS

São Luís/MA, 10 de outubro de 2006

Diretor da TREIDE

AGENTALE AND DE MOTAS DE SAU LEIS PRINCIPARA COMO PARA LA COMPANIO DE MOTAS DE SAU LEIS PRINCIPARA COMO PARA LA COMPANIO DE LA COMPANIO DE COMPANIO DE

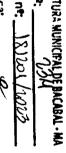
AUTENTICACÃO. Conferido e achado conforme original apresentad Sia Luis, 07/03/2022 10:56:12 28770

This is sold of helded

Micael Levi Berbosa Little - VIII PODER JUDICIÁRIO - TIMA

PODER JUDICIARIO - TIMA Selo: AUTENT156711 QUX4D23HNLS8E932 - Ato: 13.10

Emol. R\$\$.14 FERC. R\$0.15 FADEP R\$0.20 FEMP R\$0.20 Total R\$5,69 Consults a validade deste selo no sile https://selo.tjma.lvs.br





### CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### I - ATO ADMINISTRATIVO

- 1- Definição de Ato Administrativo
- 2- Características do Ato Administrativo
- 3- Elementos/requisitos do Ato Administrativo
- 4. Atributos do Ato Administrativo
- 5- Formas de extinção dos Atos Administrativos
- 5.1 Anulação
- 5.2 Revogação
- 5.3 Efeitos temporais.
- 6-Teoria das nulidades do Ato Administrativo.

#### II - CONTROLE

- 1- Controle
- 2- Controle Estata!
- 3. Controle da Administração Pública
  - 3.1 Autotutela
  - 3.2 Sistema de Controle
  - 3.3 Controle Administrativo Externo
- 3.4 Controle Externo exercido pelo Judiciário, Ministério Público e Sociedade Civil

- 3.5 Controle Externo exercido pelo Legislativo
- 3.6 Controle Parlamentar Direto.

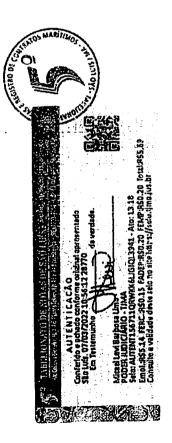
#### III - CONTROLE PARLAMENTAR INDIRETO

- 1- Controle operacional e de legalidade
- 2- Controle objetivo e subjetivo
- 3- Controle de atos e contratos
- 4- Controle prévio.

#### IV - LICITAÇÕES . CONTRATOS . CONVÊNIOS

- 1- O autocontrole das licitações na Lei 8666/93
  - 1.1- A verificação dos requisitos mínimos: arts. 7°, § 2° e 6°, e art. 14
- 1.2 A adequada instrução do Processo Administrativo: arts. 26, § único, e 38
- 1.3 Revogação e anulação: art. 49.
- 2- O controle dos licitantes
- 3- O controle externo popular o direito de representação
- 4- Convênios
  - 4.1 Conceitos básicos
  - 4.2 Tópicos específicos.

TREIDE APOIO EMPRESARIAL LTDA Av. Braz de Aguiar, 322 - 2º Andar - Bairro Nazaré - Belém/PA CNPJ 01.920.819/0001-30 - Inscrição Municipal 139.518-9



Fls. ne: 18/20/14/3

# Entitied of the second of the

Orçamento Público

Sob a Égide da Lei de Responsabilidade Fiscal

28 a 30 de outubro de 2009 São Luis • Maranhão

Certificamos que

Marconi Dias Lopes Noto

participou do curso C/CCAMENTO PÚBLICO - Sob a Égide da Lei de Responsabilidade Fiscal realizado no período de 28 a 30 de outubro de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horária de 18 horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, com carga horas formado de 2009, em São Luís/MA, c

São Luis, 30 de outubro de 2009.

Licurgo Mourão

André Araujo

Diretor da JAM Jurídica

JAM: JARIDICA



Cursos InCompany



Control September 1984 1 Control September 198

## Conteúdo Programático

- 1. Conceito
- 2. Origens
- 3. Atribuições Econômicas do Estado Função Albrativa / Distributiva / Função Estabélizadora
- 4. Aspectos Orçamentários
- S. Natureza Juridica
- 6. Tipos de Orçamentos
- A. Orcamiento Participatevo
  - Concesto
  - A Experiência Brasileira
  - III Caracteristicas
- B. Organiento Programa
  - Conceito
  - Elapas
  - Caracteristicas
- 7. Principios Orcamentários
  - A. Legalidade
  - B. Universalidade
  - C. Un dade
  - D. Anualidade
  - E. Anterioridade
  - F. Exclusividade
  - G. Especificação
  - H. Não Afetação das Receitas
  - Proibição do Estorno de Verbas
  - Equilibrio
  - Principio da Publicidade
  - Principio do Orcamento-Bruto
  - M. Principio da Transparência



#### 8. As Leis Orçamentárias

- A. Introducão
- A Lei do Plano Plurianual
  - Elaboração do Plano Plurianual
- Étapas de Elaboração do Plano Plunanual
- Base Estratégica
- Programus
- Estrutura do Programa
- Tinos de Programas
- Inventário de Ações e Criação dos Programas
- Etapas de Criação dos Programas
- IX Val dação dos Programas e Consolidação
- Gerenciamento e Avaliação do PPA
- XI. Anexos do PPA

#### A Lei de Diretrizes Orcamentárias

- Anexo de Metas Fiscais
- Resultado Primano
- Resultado Nominal
- Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior
- Demonstrativo das Metas Anuais
- Evolução do Patrimônio Liquido e Aplicação dos Recursos
- Avaliação da Situação Financeira e Atuarial
- Penúncia de Receitas
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatorias
- Anexo de Riscos Fiscais
- Questões Relevantes na Elaboração da LOO

#### D. A Lei Orçamentária Anual

- Matérias Abrangidas
- forma
- Vigencia
- Vedações Constitucionais
- Modelo de Lei Orcamentána Anual Estadual
- Inovações na Lei Orcamentária Anual

- Classificações Orcamentárias
  - A. Classificação Institucional
- Classificação Quanto à Natureza da Despesa
- C. Cassificação Fonciona:
- Classificação Funcional-programatica
- . f. labelas das Christikocoes Orcamentarias
- cocal cacao Especial. Reportables de
- 10: Ciclo Orcamentário

#### 11. Processo Legislativo Orcamentário

- A. Discussão e Votação da Proposta Orcamentaria
- B. Sancão e Veto
- Prazos Otcamentarios

#### 12. Creditos Adicionais

- A. Crèd to Suplementar
- B. Créd tos Especiais
- Creditos Extraordinários
- Autonzacão e Abertura
- Vigência.
- Recursos para Abertura
  - Superavit Financeiro
  - Excesso de Arrecadação
  - Anulação Total ou Parcial de Dotações
  - Operações de Crédito
  - Veto
  - V). Reserva de Contingência
- 13. Realocações Orcamentárias

#### 14. Casos Especiais

- A. Contratos de Prestação Continua Artigo 57 da Lei N. 8.666/93:
- B. Obrigações de Despesa ao Final do Mandato Artigo 42 da LRF.

#### 15. Exercícios e Prática



A informação necessário



CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831.183





Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

PENÍCIPOU do curso RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE

OS TRIBUNAIS DE CONTAS - SOS A ÓTICA DO AUDITOR E DO AUDITADO,

realitado nos dias 25 e 26 de março de 2010, em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luis, 26 de março de 2010.

Odilon Cavallari de Oliveira

André-Araújo

Diretor de JAM Juridica



JAM
JURIDICA
Antomiasão nécessánia







oc. nº: <u>181201/1023</u> Ibrica: AUTENTICAÇÃO
Conferido e achado conforme orizinal apresentado
São Luis. 07/03/7022 10:55:16:16564

Em Tostemunho da verdada.

Model Levi Berbosa Lima .

PODER RUDICIÁRIO - TIMA .
Selo: AUTENT 15671 1847 50ACF01ZUT715 - Ato: 13.18 .
Emol.:RSS.14 FERC.:RSO.15 FADEP:RSO.20 FEMP:RSO.20 Total:RSS.69 .
Cunsullo a validado desta selo i/ú sito intps://selo.tjma jus.bi



## Conteúdo Programático

- 1. Estrutura e organização dos tribunais de contas
- 2. Responsabilização perante os tribunais de contas
- 3. A responsabilização pelos tribunais de contas diante dos Poderes da República
- 4. Atos processuais praticados pela parte nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- 5. Provas que padem ser produzidas nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- 6. Medidas Cautelares que os tribunais de contas podem prolatar
- 7 Sanções aplicadas pelos tribunais de contas
- 8. Recursos cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
- 9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

16h









LIMA Autoca Estimação o Evento 1144 CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831.183



181201/1015

# tificado

Certificamos que

## Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso APOSENTADORIA E PENSÃO - As Novas Jurisprudências do TCU quanto aos Cálculos Proporcionais dos Proventos, realizado nos dias 13 e 14 de maio de 2010, em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 14 de maio de 2010.

13 e 14 de maio de 2010

Hotel Luzeiros • São Luís • Maranhão

Aposentadoria e Pensão

As Novas Jurisprudências do TCU

्धanto aos Cálculos Proporcionais

dos Proventos.





# Prestação de Contas nos Convênios e Prática do SICONV

16 a 18 de junho de 2010 São Luís • MA



Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participou do Curso PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CONVÊNIOS E PRÁTICA DO SICONV,

realizado no período de 16 a 18 de junho de 2010, em São Luís/MA, com carga horária de 24 horas.

São Luís, 18 de junho de 2010.

Alexandre Valente Xavier

Antôgio Vidal

André-Araújo

TUBELIOS MODE MOTAS DE SÃO LA ÍS

AUTENTICACÃO

conferido e actuado conforma original dorse

Sao Luis: 07/03/2022 10:57:56 27560 d

Micael Levi Barbosa Lina -

Septial Edit Service (Company of the Company of the

Cursos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA

#### Módulo I - Neções e fundamentos básicos

- a) Noções hás cas sobre Orçamento, Flano Plurianual PPA e Lei de Diretrizes Orgamentárias - LDO:
- b) fundamentos que regem os convênios:
- c) normas regulamentadoras dos convênios,
- b) principios constitucionais que regem os convénios

#### Mádulo II - Convénios

- a) Definições convênio, concedente, convenente, interveniente, executor. contribuição, auxilio, subvenção social, nota de monmentação de crédito, termo acitivo, objeto, meta;
- b) natureza dos recursos:
- c) tipos de transferências voluntários, legais e constitucionais,
- d) instrumentes utilizados nas transferências voluntárias termo de convênio, contrato de repasse e termo de parceria:
- o) fases dos convénios solicitação, formalização, execução, liscalização, prestação de contas o exame da prestação de contas.

#### Módulo III - Da Solicitação

- a) Previsão de recursos no Orçamento Geral da União;
- b) atendimento das exigências para a realização do comênios Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Loi de Responsabilidade Fiscal - LRF, Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria do Tescuro Nacional - STN, Decreto nº 6.170/07, Portana Interministerial nº 127/08 e domais
- c) elaboração do Plano de Trabalho;
- d) aplicabilidade da contrapartida;
- e) comprovação da situação de regularidade do convenente.

#### Módulo IV - Da Formalização

- a) Elaboração do termo de convênio;
- b) cláusulas obrigatórias:
- c) cláusulas não admitidas;
- d) termo de convênio simplificado:
- e) situações que impedem a celebração de convênios;
- f) publicidade dos convênios.

#### Módulo V - Da Execução

- air Liberação dos recursos financeiros
- b) movimentação dos recursos financeiros.
- c) obediência às regras de movimentação financeira;
- d) aquisição de bens e equipamentos:
- e) casos de suspensão da liberação de recursos:
- f) despesas não aceitas:
- q) nexo de causalidade entre as despesas e o objeto do convênio;
- h) anicação das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02;
- i) causas de rescisão do convênio.

#### Módulo VI - Da fiscalização e do controle

- a) Órgãos competentes para acompanhar e fiscalizar os convênios;
- b) momentos para o exercício do contrele;
- c) instrumentos de controle:
- d) consequências das ações de controle (aciministrativa, civis e penais);
- e) a controle social

#### Módulo VII - Da prestação de contas

- a) Prestação de contas finat
- b) obrigatoriedade de sua apresentação:
- c) ônus da prova sobre a boa e regular aplicação dos recursos:
- d) composição da prestação de contas:
- f) prestação de contas parcial definição e processamento.

#### Módulo VIII - Do exame da prestação de contas

- a) Orgão competente para o exame da prestação de contas;
- b) prazos;
- c) emissão de pareceres;
- d) registros nos sistemas informatizados:
- e) consequências do exame aprovação/rejeição;
- omissão no dever de prestar contax:
- g) fatos geradores da Tomada de Contas Especial TCE.

#### Módulo IX - Da Tomada de Contas Especial - TCE

- a) Conceito.
- b) elementos necessários á instauração da Tomada de Contas Especial TCE:
- c) fatos geradores da TCE
- di órgãos competentes para a sua instauração;
- e) fases intorna e externa da-TCE:
- A consequências da instauração da TCE
- o) apuração da responsabilidade do convenente
- h) registros nos sístemas informatizados:
- i) encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas da União TCU:
- consequencias do julgamento pelo TCU.



## FARELIONATO DE NOTAS DE SAULISTS - SAUGERMOSSIMBRES

AUTENTICAÇÃO to Luis-07/03/2022 10:57:55 27560

Selo: AUTENT1567110U6806LIOXOCIX46 - AIB: 13:18

Emol. RSS.14 FERC. RSO.15 FADEP.RSO.20 FEMP.RSO.20 Total RSS.59 Consulte a validade deste selo no site fittps://selo.tima jus br

#### SICONV - Portal dos Convênios

- Credenciamento e cadastramento de onto eu entidade;
- · Cadastro de proposta;
- · Envio para análise;
- · Consultar:
- · Execução do objeto do convânio;
- · Prestação de contas (caso já tenha sido disponibilizado no SICONV).





e and furidica presente na sua instituição

JAM Austica Editorecho e Eventos Lido CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831.123



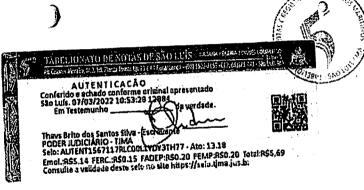
BACABAL - MI



A informação n







Gertificado

Marconi Dias Lopes Neto

participou do

## CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

realizado no período de 26, 27, 28, 29 e 30 de julho de 2010

São Paulo . 30

de

julho

de 2010

SAOTINIAD & CONSULTORES

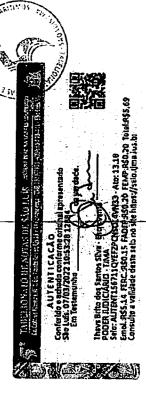
### **PROGRAMA**



- 1. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO I
- 2. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO II
- 3. CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO / REGISTRO CADASTRAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 4. AS LICITAÇÕES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS / PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS E I:10VAÇÕES TRAZIDAS PELA LC 123/06 e DECRETO 6204/07
- 5. O PREGÃO PRESENCIAL
- 6. O PREGÃO ELETRÔNICO E O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E VIAS JUDICIAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30/04/2008 E TODAS SUAS ATUALIZAÇÕES POSTERIORES.
- 8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SUA GESTÃO

**Professores** Ricardo Ribas da Costa Berloffa Luiz Claudio de Azevedo Chaves

CARGA HORÁRIA: TRINTA E DUAS HORAS





TABLELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS (MIGREPISMA DIEMPIA Conferido e achado conforme original 580 Luís, 07/03/2022 10:53:28 12884

Certificado

Governo do Estado do Maranhão certifica que Marconi Dias Lopes Neto

participou do SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DO ESTADO COM OS MUNICÍPIOS, realizado em parceria com a Federação

Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Contas do Estado (TCE),

Controladora Geral da União (CGU) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nos dias 19 e 20 de

novembre de 2012, no Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana.

São Luís, 20 de novembro de 2012

Meranhão

Secretário-Chefe da Casa Civil











# CERTIFICADO



Certificamos que

# Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso Processo nos Tribunais de Contas

Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos, realizado.

nos dias 10 e 11 de setembro de 2015,

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luis/MA, 11 de setembro de 2015.

Odilon Cavallari de Oliveira

Andre Araulo Buggi sa Anguna

JURÍDICA

Curso de Capacitação

Processo nos

Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos.

inais de Contas

REALIZAÇÃO







FIDELA JURIDICA JURIDICA JURIDICA (L'ARIDICA JURIDICA JURIDICA JURIDICA

Merenca juridica suridica suridica juridica

TRIDICA JURIERA WWW.jamejuridica.com.br.a. Juli A JÜRIDICA JÜRIDICA JÜRIDICA JÜRIDICA

1. Acusação

1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas

1.1.1. Jurisdição e competência

1.1.2. Independência das instâncias

1.2. Princípios processuais gerais e específicos

1.3. Requisitos de uma acusação válida

1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada

1.4.1. Processo de contas

1.4.1.1. Contas ordinárias

1.4.1.2. Tomada de Contas Especial

1.4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres

1.4.2. Processo de fiscalização

1.4.2.1. Auditorias e inspeções

1.4.2.2. Denúncias e representações

2. Contraditório

2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas. segundo o STF

2.2. Meios de prova

2.2.1. Forma de apresentação

2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos

2.2.3. Ônus da prova

2.2.4. Prova emprestada

2.2.5. Prova de preço adequado

2.2.6. Prova por fotos

2.2.7. Prova por declaração de terceiro

2.2.8. Prova indiciária

2.3. Tipos de defesa

2.4. Prazos processuais

2.5. Pedido de vista e de cópia dos autos

2.6. Juntada de documentos

2.7. Sustentação oral

2.8. A defesa produzida por advogado

3. Julgamento

3.1. Tipos de provimentos existentes.

3.1.1. Monocráticos

3.1.1.1. Despachós de mero expediente

3.1.1.2. Decisões interlocutórias

3.1.2. Colegiádos

3.1.2.1. Cautelares

3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento

3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo

3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável

3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado

3.1.2.2. De mérito

3.1.2.2.1. Julgamento de contas

3.1.2.2.2. Corretivos

3.1.2.2.3. Condenatórios

3.2. Sanções cabíveis

3.3. Nulidades processuais

4. Recursos

4.1. Princípios dos recursos

4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos

4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade

4.4. Efeitos dos recursos

4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar

4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal

4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas

4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de

4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização

4.7.3. Embargos de Declaração

4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado

4.7.5. Agravo

4.8. Coisa julgada administrativa

4.9. Execução administrativa

5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas

5.1. Pelo Poder Legislativo

5.2. Pelo Poder Judiciário

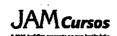
5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões tribunais de contas

5.3.1. Mandado de Segurança

5.3.2. Outras ações











Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,

realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 2015, · em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 29 de outubro de 2015.

# Auditoria de Licitações e Contratos



# **APRESENTAÇÃO**

Os principais procedimentos de auditoria de licitações e contratos, baseados na melhor metodologia de controle e associados aos conceitos e à jurisprudência fundamentais para a correta fiscalização e execução dos atos administrativos nessa área.

A área de licitações e contratos na administração pública representa, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, assim como para o profissional de controle e auditoria. Por um lado, a complexidade e variedade das regras estabelecidas pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais superiores exigem do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais. De outro, compete ao auditor, ou controlador, a partir do conhecimento especializado da matéria, identificar corretamente quais dos processos licitatórios e contratos devem ser fiscalizados prioritariamente, considerando o grau de risco, materialidade e relevância de cadá um deles. Em função disso, este curso foi concebido para propiciar, tanto ao gestor, quanto ao auditor, uma visão ampliada dos conceitos e procedimentos de controle aplicados à área de licitações e contratos, especialmente destacados a partir das orientações do Tribunal de Contas da União. Treinamento baseado na mais moderna metodologia de controle público no Brasil e realizado de forma dinâmica, por meio da apresentação da base teórica e de estudos de caso.

"Licitações e Contratos – conceitos e jurisprudência para efeito de auditoria"

#### 1. Licitação: conceitos importantes

- 1.1 Observância de princípios
- 1.2 Objetivos a serem perseguidos:
- seleção da proposta mais vantajosa

#### 2. Fases da licitação

- 2.1 Elaboração do edital:
- 2.1.1 Definição do objeto da licitação:
- parcelamento do objeto x fracionamento da despesa
- indicação de marca/características restritivas
- 2.2 Projeto básico e termo de referência
- 2.3 Critério de aceitabilidade do preço global e dos preços unitários
- jogo de planilha
- preco manifestamente inexeguivel
- responsabilidade da comissão de licitação e do pregoeiro
- 2.3 Exigências de habilitação
- regularidade fiscal e trabalhista
- qualificação técnica

### 3. Contrato administrativo: conceitos importantes

- 3.1 Formalização
- cláusulas exorbitantes
- 3.2 Vigência e prorrogação
- servicos de natureza continua
- justificativas para a prorrogação

#### 4. Alteração contratual

- 4.1 Alteração unilateral quantitativa/qualitativa
- 4.2 Alteração consensual
- revisão contratual/teoria da imprevisão
- reajuste/repactuação

#### 5. Contratação direta (sem licitação)

- 5.1 Espécies: dispensa e inexigibilidade
- 5.2 Dispensa em razão do valor
- 5.3 Contratação emergencial
- 5.4 Prestação de serviços de natureza singular
- 5.5 Justificativa do preço

## "Metodologia de auditoria aplicada à área de licitações e contratos"

#### 6. O controle de licitações e contratos

#### 7. Auditoria governamental

- 7.1 Conceitos básicos
- 7.2 Finalidades
- 7.3 Abrancência
- 7.4 Auditoria de Conformidade
- 7.5 Auditoria Operacional

#### 8. Normas de auditoria

- 8.1 Finalidades e fontes das normas
- 8.2 Normas relativas à pessoa do auditor
- 8.3 Normas de execução do trabalho
- 8.4 Normas relativas à opinião do auditor.

#### 9. Visão geral de controles internos

- 9.1 Definições
- 9.2 Objetivos
- 9.3 Princípios
- 9.4 Avaliação de controles internos
- 9.5 Conceitos de risco em auditoria

#### 10. Planejamento da auditoria

- 10.1 Procedimentos de auditoria
- 10.2 Matriz de Planejamento

#### 11. Execução da auditoria

- 11.1 Técnicas de auditoria
- exame documental; inspeção física;
   conferência de cálculos; observação;
   indagação escrita; indagação oral;
   confirmação externa; correlação das
   informações obtidas; teste laboratorial;
   rastreamento; entrevista; circularização;
   conciliação; análise de contas contábeis;
   revisão analítica.

#### 12. Achados e evidências em auditoria

12.1 Matriz de Achados

13. Relatório de auditoria

brica: NOTO LOCA

JAM JURÍDICA A informação necessária



JAM cursos

Confordo a actuado conforme oria nal apresentado Sagillas. 22/02/2021, 1647-56, 21/164

Aprilestrinium o de verdade.

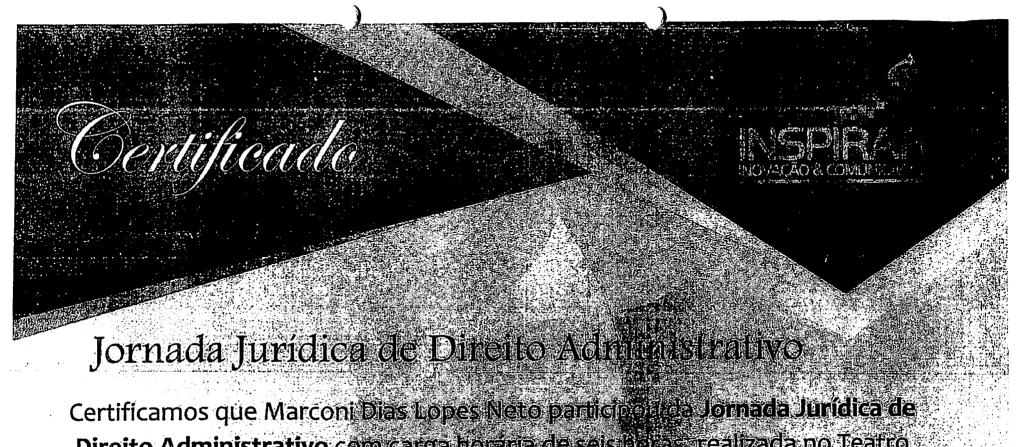
Franctido de la des actual de la verdade.

Franctido de la des actual de la verdade.

PODER TUDICIARIO - IDAA
Sedo: AUTRITISO 1157WOFKIM-0P43671 - Aro: 13.18

Levy BARELINS STO DESIRED BUT SACIALS GODDING CO.





Certificamos que Marconi Dias Lopes Neto particip de Jornada Jurídica de Direito Administrativo com carga horaria de seis horas, realizada no Teatro Zenira Fiquene, Faculdade Pitagoras, com o palestrante José Aras, advogado e diretor do Centro de Estudos José Aras (Cejas), que ministrou a palestra

"Infinitibilitarde Ardministrativa".

São Luís (MA), 04 de Outubro de 2016

Yndara Vasques
Inspirar Inovação & Comunicação

Francidalva Monteles

Fls. no: 261 Proc. no: 181201/108







SOBRE RESPONSABILIDADE PÚBLICA

	/	/ Salar	pegg	) <sup>(2)</sup>	
	(C) TABELUISATO OLEDTAS DES AD LOS Abrahamanas. V. manusena a comica minaralismostropo a unici	ionick Sales	î di		
	A UTENTICA CÃO  Conferido e actado conforme original apresentado \$40 Luis. 22/02/2021 16:97:56 28064	<u> </u>	-320 W	النزاع	•
	Eur Festemunho da verdade.				
	Francidida di polibares scrolofo L'ODER ILDICIARIO TIMA Selo: AUTENTISSTIL FAUGPPRISTROCE 11 - Ato: 13.18 Emol:R\$4.63 FERC.R\$0.13 FADEP R\$0.18 FEMP R\$0.18 Total:R\$5.	72 12		1	
SA P	Consulte a validade deste seto no sito https://seto.ijma jus.m	••	• 2	,	

O'Instituto Maranhense de Estudas sabre Responsabilidado Pública - IMERP tem a hanta de conceder o lítido de MEMBRO - HONORÍFICO a

Marcani Lopes Meta
--------------------

Em homenagem ao seu nalária conhecimento acadêmica o relevante aluação profissional com os quais irá cantribuir com a desenvolvimenta dos objetivos institucionais do Instituto.

São Luís - MA, 11 de Agasta de 2017

Barras Rêgo Meta

Dirder administrativa da IMERP

# I COMESTO

## 25 ANOS DA LEI DE Improbidade administrativa

Concresso Meichlicher de l'etudo Sobie Responsabilidade Pública

# CERTIFICADO

"O Instituto Maranhense de Estudos sobre Responsabilidade Pública - IMERP agradece imensamente aos (às) palestrantes, debatedores (as) e mediadores (as) que contribuíram para a realização do I Congresso Acadêmico de Estudos sobre Responsabilidade Pública, nos dias 9 e 10 de novembro de 2017 na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, o qual teve como tema "Os 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa na ordem política brasileira". Entre àqueles (as), certifica a participação de MARCONI LOPES NETO no Painel II ("O Tribunal de Contas do Estado e a Proteção da Probidade na

Administração") São Luís, 10 de novembro de 2017.

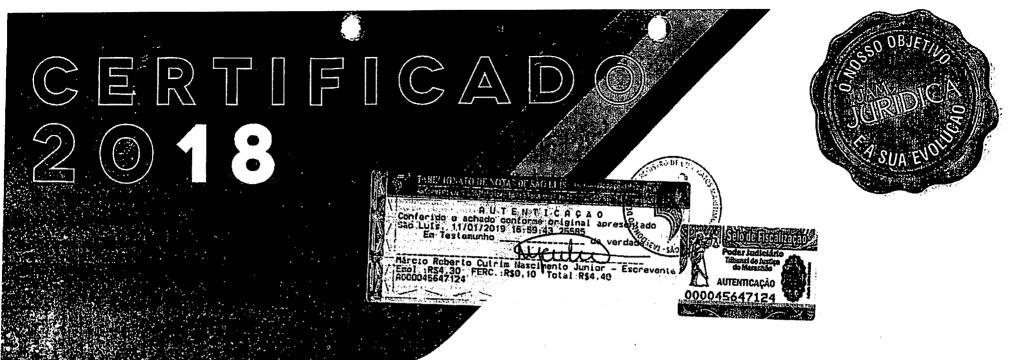
Imandally

Amanda Almeida Waquim Presidenta - IMERP



Mizzi Comes Gedeon Vice-Presidenta - IMERP





Certificamos que

# Marconi Dias Lopes Neto

participou do curso PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: Acusação, Defesa,

Julgamento e Recurso, realizado nos dias 4 e 5 de Junho de 2018, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária de 16 horas.

Rio de Janeiro/RJ, 5 de Junho de 2018.

www. jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br

A informação necessária

SIGA-NOS 1 D





Instrutor

# **CURSO**

PROGRAN

# PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO, RECURSO



#### 1. Acusação

- 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas
- 1.1.1. Jurisdição e competência
- 1.1.2. Independência das instáncias
- 1.2. Princípios processuais gerais e específicos
- 1.3. Requisitos de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
- 1.4.1. Processo de contas
- 1.4.1.1. Contas ordinádas
- 1.4.1.2. Toranda de Contas Especial
- 1.4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
- 1.4.2. Processo de fiscalização
- 1.4.2.1. Auditorias e inspectos
- 1.4.2.2. Denúncias e representações

#### 2. Defess

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
- 2.2. Meios de prova
- 2.2.1. l'orma de apresentação
- 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.2.3. Onus da prova
- 2.2.4. Prova emprestada
- 2.2.5. Prova de preco adequado
- 2.2.6. Prova por fotos
- 2.2.7. Prova por declaração de terceiro

- 2.2.8. Prova indiciária
- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiências
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. A defesa produzida por advogado

#### 3. Julgamento

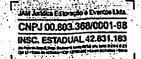
- 3.1. Tipos de provimentos existentes
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabíveis
- 3.3. Nulidades processuais

- சு வெய்கி. Principios dos recursos
  - 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
  - 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
  - 4.4. Efeitos dos recursos
  - 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
  - 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
  - 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas:
  - 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
  - 4.7.2. Recurso contra decisão que Julga processo de fiscalização
  - 4.7.3. Embargos de Declaração
  - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
  - 4.7.5. Agravo
  - 4.8. Coisa julgada administrativa
  - 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais
  - 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas -
  - 5.1. Pelo Poder Legislativo
  - 5.2. Pelo Poder Judiciário
  - 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
  - 5.3.1. Mandado de Segurança
  - 5.3.2. Outras ações









SIGA-NOS



71 3342-4531 • 3379-8191 www.jam-juridica.com.br





A informação necessária

www. jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br SIGA-NOS F 💟 📵

PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 24 de julho de 2018.

Odilon Cavallari de Oliveira Instrutor

Diretor da JAM Jurídica

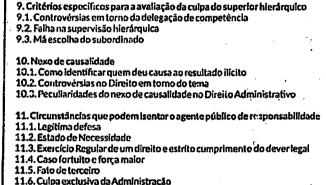
# **CURSO**

# RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avallação da culpa

# PROGRAMA

- s1. O sistema jurídico de imputação de responsabilidade
- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 1.3. Responsabilidade penal
- 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
- 2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas seculiaridades no tocanto à imputação de responsabilidade
- 2.1. Processos de contas ordinárias
- 2.2. Tumada de Contas Especial
- 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros
- 5. Especies de responsabilidade
- 3.1 Responsabilidade contratual e extracontratual
- 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
- 3.3. Nesponsabilidade solidária
- 4. Hilaóteses de responsabilização do particular
- 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Peder Público
- 4.2. Responsabilidade do sócio da empresa contratada pelo Poder Público
- 5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
- 5.1. Ciuai: agentes públicos podem ser responsabilizados
- 5.2 Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização
- 6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato licito
- 6.1. Natureza jurídica do ilícito administrativo e/ou financeiro
- 6.2. Desafios a serem superados na caracterização do ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especiais
- Como os Tribunais de Contas devem avallar a conduta por ação ou por omissão
- 7.1. Concelto jurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta poração
- 7.4. Conduta por emissão



- 12. Causas que justificam a não aplicação de sanções
- 12.1. Boa-fé

8.1. Culpa lato sensu

8.3. Dolo

8.2. Culpa strictu sensu

- 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
- 12.3. Inexigibilidade de conduta diversa
- 13. Causas que impedem a aplicação de sanção
- 13.1. Morte
- 13.2. Prescrição
- 14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente público
- 14.1. Matriz de responsabilização
- 14.2. Cautelas esperadas do agente público
- 15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

- interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados.
- 15.1. Responsabilidade do agente político
- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4: Responsabilidade de Estados. Distrito Federal e Municipios
- 15.5. Responsabilidade das emidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
- 15.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico
- 15.7. Responsabilidade de quem age amparado em parecer jurídico ou técnico
- 16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusivo de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casogiulgadosa

귾

- 16.1. de quem elabora o edital
- 16.2. do membro de comissão de licitação
- 16.3. do pregociro e da equipe de apolo
- 16.4. de que elabora projeto básico ou termo de referência
- 16.5. de quem aprova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.8. de quem assina termo aditivo
- 16.9. do fiscal do contrato
- 16.10. do licitante fraudador
- 17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante dinvento no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenentes do prefe to es de seu sucessor, e do omisso no dever de prestar contas: Estudo de casos lugados.
- 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omisso no dever de prestar contás
- 18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas
- 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
- 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
- 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação

TARREST TO THE MILLIAN COLUMN TO THE PARTY OF THE PARTY O

Conferido e actado conforma estada aprocentado são (usa: 22/02/2021 17:02:54,9225

da verdade.

Francidates de Josus Aires - Expressite
PODER JUDICIÁRIO - TIMA
Solo: AUTENT 15671100 HOPH KR65F461 - AIO: 13.18
Empl. BS 4.63 FERC. RSO.13 FAUDE RSO.18 FEMP RSO.18 Total RSS.72
Comsulto a validado deste solo no sito hitos

JAM Curs

CNPJ 00.803,368/0001-98
INSC, ESTADUAL 42.831.183



71 3342-4531 • 3379-8191 www.jam-juridica.com.br



# Token de verificação:

72936b7950740491

## antormações do certificado

Tipo de certificado:

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Nome do participante:

MARCONI DIAS LOPES NETO

Atividade:

OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VINCULOS - TURMA 2

Evento:

OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VINCULOS (2º DIA)

Carga horária:

1h30min

Rubrica:

TURA MUNICIPAL DE BACABA

# CERTIFICADO



Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO participou do curso "A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO" no dia 07/06/2019 com carga horária de 08 hora(s).

São Luís (MA), 07 de junho de 2019





Erlânio Furl A Z Erlânio Furtado Luna Xavier Presidente Antonio Portilho Fonseca Filho
Oliretor Executivo

ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO





# MINISTRANTE(S) DO CURSO:

Jorge Ferreira Lobo

AUTENTICAÇÃO

Conferido e achado conferme estimal apresentado
São Luis, 26/01/20/A 07:53:55 22927
Em Testemunho
April - Eurevente
PODER AUDICARIO - LUAS
Selo: AUTENTISARIO - LAST escrevente
PODER AUDICARIO - LUAS
Selo: AUTENTISARIO - LAST ABRUS 979:A15 - Ato: 13.18
Emol.:S64.63 FIEIC RS0.13 FADIP-28:S0 18 FEMP-28:O.18 TouringS5.12
Consulte a validade deste selo no site https://selo.ijma.lur.by

Fls. ns: 26 Proc. ns: 1812

TURA MUNICIPAL DE BACABAL - 1



Certificamos que

Marcani Dias Lopes Meta

participou do curso AUDITORIA GOVERNAMENTAL - Incluindo tópicos avançados de controle, realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 23 de agosto de 2019.

Facilitador

Diretor da JAM Jurídica

www\_jam-juridica.com.br 600@jamjuridica





AUTENTICAÇÃO

Conferido e actuado conforme original apresentado

ISOLUM, 76/01/2021 D.53:55 22827

John Testemunho

Conferido e actuado conforme original apresentado

ISOLUM, 76/01/2021 D.53:55 22827

John Testemunho

Conferido e actuado conforme original apresentado

ISOLUM, 76/01/2021 D.53:55 22827

John Testemunho

Conferido e actuado de la conferido de la verdade.

Entra Propose de la conferido de la verdade.

Conferido e actuado de la conferido de la verdade.

Conferido e actuado de la conferido de l

# Conteúdo Programático

# AUDITORIA GOVERNAMENTAL Incluindo tópicos avançados de controle

# 1. CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Fundamentação legal do controle na administração pública
- Controle interno
- Controle externo
- . Órgãos de controle interno e externo

# 2. GOVERNANÇA DO SETOR PÚBICO

## 3. INTRODUÇÃO À AUDITORIA

- . Auditoria: conceitos básicos, origem e evolução
- . Finalidades da auditoria governamental
- Objetivos da auditoria governamental
- Abrangência da auditoria governamental
- · Classificação

# 4. NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONDUTA ÉTICA DO AUDITOR

- . Finalidades, fontes e classificação das normas
- Novas normas de auditoria da Intosai
- . Normas de auditoria dos tribunais de contas (NAGs) e do

#### Poder Judiciário (CNJ)

## 5. CONTROLES INTERNOS

- Definição e objetivos
- · Princípios
- Fontes de informação

## 6. RISCO EM AUDITORIA

- Conceitos de risco em auditoria
- Gestão de risco

## 7. PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

- A importância do planejamento para o sucesso do trabalho
- · Instrumentos de planejamento das atividades de Auditoria
- Matriz de planejamento

# 8. EXECUÇÃO DA AUDITORIA

- Procedimentos de auditoria
- Técnicas de auditoria

- 9. ACHADOS EN AUDITORIA
- Matriz de achados

## 10. EVIDÊNCIAS EM AUDITORIA

# 11. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

- Requisitos do relatório
- Estrutura do relatório

## 12. TÓPICOS AVANÇADOS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

- Auditoria baseada em risco
- Auditoria integrada
- Auditorias temáticas
- Auditoria coordenada como instrumento de governança multinível
- Utilização de indicadores de governança e gestão para auditorias
- Auditoria forense
- . Governança da auditoria











71 3342-4531 • 3379-8191 www.jam-juridica.com.br

TO CONTRACTION TO LE ON TO LE





# AUTENTICAÇÃO Conferido e actuado conformo o platiful apresentado São Luis, 25/01/2021 16-32-14-6554 Em Testentumbo Princidador de Jesus Aŭ es Elercyonne PODER HUDIO/ARIO - JIMA Sobo: AUTENTISS/RICHO(2949EA12 - Alo: 13-18 Emol. 354-63 - FERC. 350. 13 FADEP RSO. 18 FEMP RSO. 18 Emol. 354-63 - FERC. 350. 13 FADEP RSO. 18 FEMP RSO. 18 Cunsulte a validade deste selo no site https://scto.tjma.jes.18

# **CERTIFICADO**

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por sua Escola Judiciária Eleitoral, juntamente com a Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com as entidades abaixo identificadas, confere a MARCONI DIAS LOPES NETO, CPF nº 847.655.343-91, certificado por sua participação no Congresso Nacional de Direito Eleitoral - Democracia, Eleições Municipais e Pandemia, realizado no dia 8 de junho de 2020, mediante plataforma virtual, com carga horária de 12 horas.

São Luís - MA, 8 de junho de 2020.

Desembargador Tyrone José Silva Presidente do TRE/MA

Juíza de Direito Lavinia Helena Macedo Coelho Membro e Diretora da EJE do TRE/MA Ministro **Tarcísio Vielra de Carvalho** Neto Membro e Oketor da EJE do TSE

Realização:

Parceiros:

卷 EJE















\_

TDE

# Conteúdo programático:

AUTENTICACÃO Conferido e actuado conforme original apresentado São Luis. 25/01/2021 17/29:21 9474

9h15 - 1º Painel: Democracia brasileira: seus avanços, conquistas e desafios

Debatedor -- Ministro Tarcíslo Vieira de Carvalho Neto (Diretor da EJE/TSE e membro do TSE)

Debatedor → Procurador da República Juraci Guimarães Junior (Procurador Regional Eleitoral no TRE-MA)

Debatedor -- Desembargador Cleones Carvalho Cunha (ex-presidente do TRE-MA e ex-presidente do COPTREL)

Mediação → Juíza Lavinia Coetho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJE/TRE-MA)

10h45 - 2º Painel: Convenções, registro e o fim das coligações proporcionais

Debatedora -- Dra. Marilda Sliveira (Advogada eleitoralista OAB/DF e membro da ABRADEP)

Debatedora -- Dra. Isabel Mota (Advogada eleitoralista OAB/CE e membro da ABRADEP)

Debatedor -- Ministro Carlos Bastide Horbach (Ministro do TSE)

Mediação → Juiz Bruno Dualilbe (Advogado e membro do TRE-MA)

14h - 3º Painel: Segurança jurídica, Eleições Municipais, pandemia e seus impactos

Debatedor -- Julz Federal Roberto Carvalho Veloso (Professor, ex-presidente da AJUFE e ex-membro do TRE-MA)

Debatedor -- Procuredor da República Luiz Carlos Gonçalves (Professor e ex-Procuredor Regional Eleitoral no TRE-SP)

Debriteriora -- Dra. Vânia Siciliano Aleta (Presidente da Escola Superior de Direito Eleitoral e Coordenadora Geral Adjunta da ASRADEP)

Mediação -- Dr. Eduardo José Leal Moreira (Advogado, membro da ABRADEP e ex-membro do TRE-MA)

15h30 - 4º Painei: Inelegibilidades, financiamento e prestação de contas

Debatedora -- Desembargadora Etaina Harzheim (professora e ex-Presidente do TRE-RS)

Debatedora -- Dra. Marta Claudia Bucchtaneri (Advogada, ex-assessora chefe da Presidência do TSE e membro da ABRADEP)

Debatedora -- Dra. Denise Schilckmann (Secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE-SC)

Mediação → Dr. Mauro Ferreira (Advogado e Presidente da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)

17h30 - 5º Painel: Propaganda Eloitoral, lake news e o combate à desinformação

Debatedor → Dra. Luciana Nepomuceno (Advogada, Conselheira Federal OAB/MG e ex-membro do TRE-MG)

Debatedor → Dr. Diogo Rais (Advogado, professor e membro fundador da ABRADEP)

Debatedor → Dr. Roberth Seguins Feitosa (Advogado, professor e membro da ABRADEP)

Mediação → Juiz Federal Clodomir Reis (ex-membro do TRE-MA)

### 19h - Cerimônia de encerramento

#### Mesa Solene:

Juiza Lavinia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJE/TRE-MA)

Prof. Me. Marcelo de Carvalho Lima (Advogado, professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMA/TRE-MA/EJE)

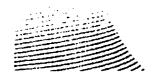
Prof. Dr. Márcto Aleandro Correla Telxelra (Advogado, professor e Vice-Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMATRE-

MA/EJE, membro da Comissão de Advocacla Eleitoral da OAB/MA)

Conferencistas de honra:

Prof. Me. Agostinho Ramalho Marques Neto (professor aposentado do Departamento de Direito da UFMA, psicanalista e membro da Academia Maranhense de Letras)

Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da UFMA, professor, ex-presidente da AJUFE e exmembro do TRE-MA)



# Certificadu

Certificamos que

# MARCONI DIAS LOPES NETO

Participou do curso "II MARATONA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, realizado no período de 28/07/2020 a 13/08/2020, com carga horária de 14 horas.

Vila Velha, 02 de outubro de 2020.

Edna Alexandrina dos Santos

Diretora





PREFEITURA MUNICIPAL BEBNOABAI EIS. THE TOTAL BEBNOABAI Proc. THE TOTAL BEBNOABAI



# Certificado

Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO** participou do VI Congresso Internacional de Controle e Politicas Públicas, promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), por meio da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), com carga horária de quatro horas.

Salvador, 24 de Novembro de 2020.

tyan Lotis Bonitha Presidente do IRB

Sebastião Helvático Ramos de Castro Vice-presidente do Relações institucionais do IRB Gildásio Penedo Filho Conselheiro-Presidente do TCE/BA

NA COMPANIES

<u>,</u>















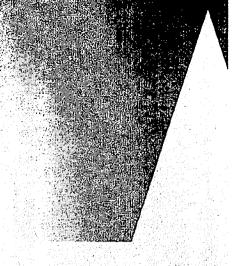








# CERTIFICADO



Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO, participou com êxito do evento I Congresso Estadual do Municipalismo Maranhense realizado em 13/03/2023 a 14/03/2023, na cidade de São Luís, contabilizando carga horária total de 10 horas.

São Luís, 13/03/2023 a 14/03/2023



Prefeito Ivo Rezende Presidente da Famem

Realização:



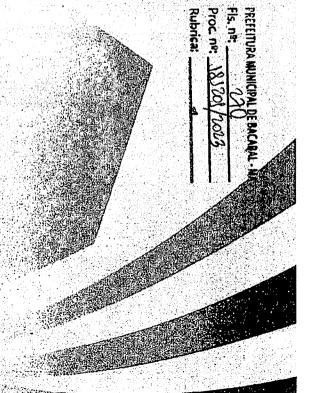
Patrocínio: Apoio:











# Certificado



Certificamos para os devidos fins, que

MARCONI DIAS LOPES NETO,

participou com êxito do Curso de *LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ÊNFASE EM PREGÃO ELETRÔNICO*, de acordo com a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), com carga horária de 16 (dezesseis) horas, realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2023.

O conteúdo ministrado, encontra se no verso deste certificado.

ANTONIO JACKSOM LOPES Assinado de forma digital por ANTONIO JACKSOM LOPES DA SILVA:92041256320 DA SILVA:9204125632

Conforme disposição prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



# -Módulo I: LICITAÇÕES GERAIS:

Princípios básicos de licitação. Dever constitucional de licitar. Contratações diretas. Legislações aplicável. Modalidade de licitação. Vinculação ao instrumento Convocatório. Esclarecimentos e impugnações ao edital e Recursos Administrativos.

# -Módulo II: NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 14.133/21:

Conceitos e Diferenças entre as modalidades. Responsabilidades: Pregoeiro/Autoridade Competente. Exigência de estudo técnico preliminar nas contratações públicas (novo). Fases interna e externa do pregão. Principais erros/vícios cometidos pelos fornecedores. Decreto 10.024/2019. Cadastramento no SICAF e Comprasnet. Acesso à plataforma Comprasnet. Inclusão de proposta na licitação, cadastramento e operação de processos via sistema. Etapa de lances. Julgamento de proposta e análise da documentação dos concorrentes. Sanções administrativas, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar.

Tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas.

# -Módulo III: SIMULAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRASNET)

Consultas à licitações publicadas (abertas para propostas), cadastramento de proposta e simulação na sala de disputa.

Conforme disposição prevista na Lei nº 9.394, de 20 de descinbro de 1996.

Fig. ner. CAC.
Proc. ner. 22 22 22 100 7



Consultoria | Auditorio | Treinamentos

Certificamos que

# MARCONI DIAS LOPES NETO

concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luís/MA, 22 de março de 2023

Tacqueline Aguiar da Silva Jacqueline Aguiar da Silva

Sócia-administradora da Crhescer

Marcoi D. Lopes Nels

(98) 97020-1243 contato@crhescerconsult.com.br | www.crhescerconsultoriama.com.br @@vemcrhescer @ Rua dos Azulões, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060





# MARCONI DIAS LOPES NETO

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luis/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luis, 17 de outubro de 2023

Ugaian da Silva Jacqueline Agular da Silva Sócia-administradora da Crhescer

**ALUNO** 



# CONTEÚDO DO CURSO:

AULA 1 - O PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES: Planejamento da Contratação - os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência; A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência; Elementos essenciais do Termo de Referência; Impropriedades das informações que compõem o TR; Principais pontos sobre a descrição do objeto e sobre a possibilidade de indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Padronização e Pré-qualificação; Exigência de laudos e amostras; A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens; Justificativa da Contratação; Responsabilidades decorrentes da produção do Termo de Referência; Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema.

AULA 2 - FASE INTERNA E EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO - Mecanismos da governança nas contratações; A importância do Planejamento das Contratações; Plano de Contratação Anual; Das Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Concurso; Leilão e Diálogo competitivo-novidade; Inversão das fases, Modos de Disputa, Orçamento Estimado e Sigiloso; Da Divulgação do Edital de Licitação; O Portal Nacional de Compras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Critérios de julgamento - menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior lance, maior retorno econômico; O Julgamento e a (In)Exequibilidade das Propostas; Apresentação das propostas; Direito de Preferência das ME/EPPs; Julgamento e habilitação; Fase recursal e homologação.

AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: O Agente de Contratação e a equipe de contratação; A Gestão por Competência; O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Aplicação da Lei e as Definições que irão Nortear a Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos agentes de contratação; Segregação de funções; A defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública; Sobre o responsável pela condução do certarne — O pregoeiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições; Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESQUISA DE MERCADO: Importância de Pesquisa Mercadológica; Pesquisa de Preços na Lei nº 14.133/21; Onde realizar a pesquisa; Como tratar os preços e avaliar suas variações; Principais falhas na elaboração da pesquisa de preços à luz da jurisprudência do TCU. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso de registro de preço para obras; A possibilidade de vigência da ata por até dois anos; O SRP para hipóteses de contratação direta; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, conteúdo, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços; Assinatura da ata concomitante por mais de um fornecedor; Alteração e Revisão da ata de registro de preços; Reajuste e repactuação dos preços registrados; Cancelamento dos preços registrados; Ada de Registro de Preços: limites, procedimento, adesão por entidades de esferas federativas distintas; Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente penalizar o fornecedor ou prestador; Aditivos a ata de registro de preços?

AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA: Planejamento da Contratação Direta: os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A Dispensa de Licitação; A Inexigibilidade de Licitação; O procedimento da Contratação Direta; Formalização do Processo de Contratação Direta.

AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais; Alocação de Riscos e Matriz de riscos; Duração e Execução dos contratos – com ênfase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados; Extinção e Nulidade contratual; Casos de modificação contratual; Reajuste de Preços, Repactuação, Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão; Tipos de infrações Infração administrativa e competência para aplicação de sanções; As Regras sobre a Aplicação das Sanções – Declaração de Inidoneidade e Impedimento de Licitar e Contratar; Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais.





# Facultaite Einstein



# Certificado

O Diretor da FACEI – Faculdade Einstein certifica que

# A UT ENTICACÃO Conterido e achado conforme original apresentado São Luís. 28/01/2021 12:38:40 9724 Em Testemunho Flantidaha de Jesus Aires - Escrevente PODER RIDICIÁNIO - TIMA Selo: AUJENT1567115DLMGB1N5M64573 - Ato: 13.18 Emcl.:RS4.63 FERC.:RS0.13 FADEP RS0.18 FEMP RSO 18 Total RS0.13 Familia - Ato: 13.18 Consulto a vabidade deste selo no site https://selo.tjma.jurs.hy.

# Silas Gomes Bras Junior

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1986 Filho de Silas Gomes Bras e Aurea Maria Barbosa Bras, RG nº 015915432000-4/SSP-MA e CPF nº 005.616.263-40

> Concluiu em 01 de agosto de 2015, o curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em:

# Gestão Pública

Com carga horária de 500 horas-aulas nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2007 publicada no D.O.U em 08 de junho de 2007 e da Portaria de Credenciamento da FACEI: Portaria MEC/SESu nº 6 de 7/1/2008 no DOU 8/1/2008.

Salvador, 10 de maio de 2017.

Prof. Dr. José Augusto Maciel Torres

Fis. ne: 276 Proc. ne: 181701/1023 Período: 05 de junho de 2014 à 01 de agosto de 2015

Critérios de avaliação: trabalhos, provas teóricas e práticas, seminários e estudos de casos.

Curso: PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

	NOME: Sila	s Gomes B	ras Junior
DISCIPLINAS	СН	NOTA	DOCENTES
Metodologia da Pesquisa	60h	8,5	Mestre Nilvanete de Lima Alves Cabral
E-Government	60h	9,5	Doutor Sofiane Labidi
Empreendedorismo, Inovação e Competitividade	60h	9,0	Doutora Maria Manuela dos Santos Natário
Sistemas de Administração Pública	60h	9,5	Doutor Ilmar Polary Pereira
Direito da Administração Pública	60h	9,0	Doutora Lucyléa Gonçalves França
Contabilidade e Auditoria Pública	60h	9,5	Mestre André Ricardo Batista de Barros e Silva
Finanças Públicas e Gestão Orçamental	60h	10,0	Mestre Raimundo Moacir Mendes Feitosa
Cultura Organizacional	60h	10,0	Mestre Alfredo Barbetta
Carga Horária Total	500h		T WOOD OF THE CAD DELDECTE

Título Monográfico	O CONTROLE SOCIAL E SUAS FERRAMENTAS: UM ESTUDO SOBRE A EFICIÊNCIA DAS FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	ļ
Nota	9,5	

Conferido e actuado conforme oficinal apresentado
São Lufs, 28/01/2021 12:38:40 9724

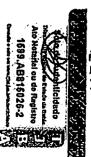
Funcida Arta de Sus Airos - Espavente

POPER INDICARIO - IMA
Seto: AUTENTISO - IPA MA GORGA GORGA - ATO: 13.18

Seto: AUTENTISO - IPA MA GORGA GORGA - ATO: 13.18

Emol. 854.63 FERC. RS0.13 FADEP MS0.18 FEMP RS0.18 Total RSS

Consulto a validade deste solo no site https://seto.htma.jus.br



13º Tabellonato de Nojac de Salvador. Des Cristina Maria Rocka da Algunta - Inbella a teo-içon (quaixa, 111 - Garyn) CD (100 algo gas salvato)

tecchieșo por Semelhança 2(6) fima(6) dex?;\* [9Kh£nàJ3]-Jose Augusto Maciel Torrie;

Salvadon BA 30 do Majo do 2017.

AMILA CARVALHO NASCIMENTO ESCREVENTE AUTORIZADA Seid; 1589AB815025

## FACEI - Faculdade Einstein

Entidade Mantenedora: Sociedade Soteropolitana de Ensino, Pesquisa e Extensão LTDA./ Entidade Mantida: Faculdade Einstein – FACEI

Endereço: Rua Arlindo Fragoso, nº 223, Matatu, Salvador -- BA

CEP: 40.255-041

Telefone: (71) 3481-7470 / 3019-5144

CNPJ: 04.953.429/0001-54

E-mail: josemtorres@ig.com.br Credenclamento: Portaria MEC/SESu nº6,

de 7/1/2008 (DOU: 8/1/2008)

Certificado registrado no dia 02 de setembro de 2015, folha nº 10863 do livro de registro nº 03 da FACE!

Sob registro nº 11371-N

Referente ao curso de Pós-Graduação em Gestão Pública à título de Pós-Graduação Lato Sensu.

Salvador, 10 de maio de 2017.

Ana Paula Portugal de Mello Secretária Acadêmica Proc. ne:

IS DE 127



# Universidade Anhanguera-Uniderp CERTIFICADO





Certificamos que **Silas Gomes Brás Júnior**, portador do RG 159154320004 e CPF 00561626340, concluiu o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em **Direito Público**, na área de Administração, aprovado pela Resolução n.º 01/07/CNE e pelas resoluções nº 001/CONEPE/2013-A e nº 001/CONSU/2013-B, realizado no período compreendido entre 01/02/2013 e 01/05/2014, com carga horária de 420 (quatrocentas e vinte) horas de atividades teóricas e práticas.

Campo Grande - MS, 21 de maio de 2014.

Profa Dra. Luciana Paes de Andrade Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

AUTENTICAÇÃO

Conferido e achado conforme cridinal apresentado
São Luis, 28/01/2021 12:31:30 22266
Em Impamucho

Francidahya de Jissus Altres - Escrevente
PODER AUTENTISO TIMA
Selo: AUTENTISO TIMA
S

Sels Car Briginis

SETTURA MUNICIPAL DEBACABA no: 7.78 1.003/1001/201/2

### Silas Gomes Brás Júnior

Disciplinas		Carga horária	Frequência	Grau	Resultado final	Pro(éssor(a)	13.0
Direito Administrativo		60	100%	10,0	Aprovado	Refael da Cás Malfini	
Direito Administrativo Aplicado		60	80%	9,5	Aprovado	Afice Bianchini	
Direito Constitucional	:	60	100%	10,0	Aprovado	André Ramos Tavares	
Direito Constitucional Aplicado		60	100%	10,0	Aprovado	André Ramos Tavares	
Direilo Tributário		60	100%	9,5	Aprovado	Renato Lopes Becho .	
Fazenda Pública em Julzo		60	100%	9,5	Aprovado	Cássio Modenesi Barbosa	
Metodología da Pesquisa		60	100%	10,0	Aprovado	Poliguara Acacio Pereira	
Monografia				10,0	Aprovado		
	Carga horário total:		ėdia das Disciplinas: onografia:		9,8 10,0		
					9,9	([Média das Disciplinas] + [Monografia]) / 2	

instituição de Ensino Superior que está devidamente credenciada no Ministério da Educação - MEC, por meio da Porteria nº 4.069/05

Título da Monografía: "O princípio da eficiência no serviço público",



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SEVSU CERTIFICADO REGISTRADO SOB Nº 65

> Bunone al Coordenador(a) Académico(a)

Sistema de Avaliação

Grau: (1 (zero) a 10 (dez)

. Grau .ninimo por disciplina: 7 (sele)

Froctiencia mínima: 75% por disciplina

UNIDERP

Universidade Anhanguera - Uniderp

**Douter** Doutor Douter Douter Mestre Douter Doutor



Certificamos que

Silas Gomes Bras Junior

participou do curso RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE
OS TRIBUNAIS DE CONTAS - SOB A ÓTICA DO AUDITOR E DO AUDITADO,

realizado nos dias 25 e 26 de março de 2010, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 26 de março de 2010.

Odilon Cavallari de Oliveira

André Araujo
Dictor da JAM Juridica



# Conteúdo Programático

- 1. Estrutura e organização dos tribunais de contas
- 2. Responsabilização perante os tribunais de contas
- 3. A responsabilização pelos tribunais de contas diante dos Poderes da República
- 4. Atos processuais praticados pela parte nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- 5. Provas que podem ser produzidas nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- 6. Medidas Cautelares que os tribunais de contas podem prolatar
- 7 Sanções aplicadas pelos tribunais de contas
- 8. Recursos cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
- 9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

16h













CNPJ 00.803.368/0001-98
INSC. ESTADUAL 42.831.183



# MACCALOR

# Prestação de **Contas nos** Convênios e Prática do SIGONV

16 a 18 de junho de 2010 São Luís • MA

Certificamos que

Silas Gomes Brás Júnior

participou do Curso PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CONVÊNIOS E PRÁTICA DO SICONV,

realizado no período de 16 a 18 de junho de 2010, em São Luís/MA,

com carga horária de 24 horas.

São Luís, 18 de junho de 2010.

Alexandre Valente Xavjer facilitados

Antônio Vidal



JURÍDICA 1**15** JAM



#### Miódulo I - Noções e fundamentos básicos

- a) Noções básicas sobre Orçamento, Plano Plurianual PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- b) fundamentos que regem os convênios;
- ci normas regulamentadoras dos convênios;
- b) princípios constitucionais que regem os convênios.

#### Mádula II - Convinios

- a) Definições convênio, concedente, convenente, interveniente, executor, contribuição, auxílio, subvenção social, nota do movimentação de crédito, rermo aditivo, objeto, meta;
- b) natureza dos recursos:
- c) tipos de transferências voluntárias, legan e constitucionals:
- d) instrumentos utilizados nas transferências voluntárias termo de convênio, contrato de repasse e termo de parceria
- e) fusei dos convêrios solicitação, formalização, execução, fiscalização. prestação de contas e exame da prestação do contas.

#### Médulo III - La Solicitação

- a) Previsão de recursos no Orçamento Geral da União:
- b) atendimento das exigências para a realização de convênios -- Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentàrias - LDO, Lei de Responsabilidado Fiscal – LRF, Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria do Tescuro Nacional -STN, Decreto nº 6.170/07, Portaria Interministerial nº 127/08 e demais Connas:
- c) elaboração do Plano de Trabalho;
- d) aplicabilidado da contrapartida:
- e) comprovação da situação de regularidade do convenente.

#### Mědulo IV - Da Formalização

- a) Elaboreção do termo de convênio;
- b) cláusulas obrigatórias;
- c) cláusulas não admitidas:
- di termo de convento simplificado:
- e) situações que impedem a celebração de convênios:
- f) publicidade dos convênios.

#### Módule V - Da Execução

- a) Liberação dos recursos financeiros;
- b) movimentação dos recursos financeiros:
- c) obediência às regras do movimentação financeira;
- d) aquisição de bens o equipamentos:
- e) casos de suspensão da liberação de recursos:
- A despesas não aceitas:
- g) nexo de causalidade entre as despesas e o ocjeto do convênio;
- h) aplicação das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02;
- i) causas de rescisão do convênio.

#### Módulo VI - Da fiscalização e de controle

- a) Órgãos compatentes para acompanhar o fiscalizar os convênios;
- b) momentos para o exercicio do controle:
- c) instrumentos de controle;
- d) conseqüências das ações de controle (administrativa, civis a panais);
- e) o controle social.

#### Módulo VII - Da prestação de contas

- a) Prestação de contas final;
- b) obrigatoriadade de sua apresentação;
- c) ônus da prova sobre a boa e regular aplicação dos recursos;
- d) composição da prestação de contas;
- e) prazos;
- f) prestação de contas parcial definição e processamento.

#### Módulo VIII - Do exame da prestação de contas

- a) Órgão competente para o exame da prestação de contas:
- b) prazos:
- c) emissão de pareceres;
- d) registros nos sistemas informatizados;
- e) consequências do exame aproveção/rejeição;
- (), amissão no dever de prestar contas;
- g) fatos geradores da Tomada de Contas Especial TCE.

### Módulo IX – Da Tomada de Contas Especial - TCE

PODER IUDICTARIO - TIMA Selo: AUTENT 156711EZID1222DIV/W75 - Ato: 13.18

AUTENTICAÇÃO Conferido e actiado conforme original apresentado São Luis. 22/02 2021 15:43:44 9944 m lestemunho

- a) Conceitor
- b) elementos necessários à instauração da Tomada de Contas Especial TCE;

Emol.:R\$4.63 FERC.:R\$0.13 FADEP.R\$0.18 FEMP.R\$0.18 loid::R\$5.12 Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma jus la

da verdade.

- c) fatos geradores da TCE:
- d) Amãos competentes para a sua instauração;
- g) fases interna o externa da TCE:
- f) consequências da instauração da TCE:
- n) apuração da responsabilidade do convenente;
- h) registros nos sistemas informatizados:
- i) encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas da União TCU:
- j) consequências do julgamento pelo TCU.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL -

# SICONV - Portal dos Convênios

- Credenciamento e cadastramento do ento eu entidado;
- Cadastro de proposta;
- · Envio para análiso;
- · Consultas:
- · Execução do objeto do convênio;
- Prestação da contes (caso já tenha sido disponibilizado no SICONV).



A informação necessária



**InCompany** A JAM Jurídica prosente na sua instituição JAM Ariston Editoração a Eventos Lica. CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831.183





pela Administração e suas soluções, de acordo com as orientações do TCU.

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 3 de dezembro de 2010.

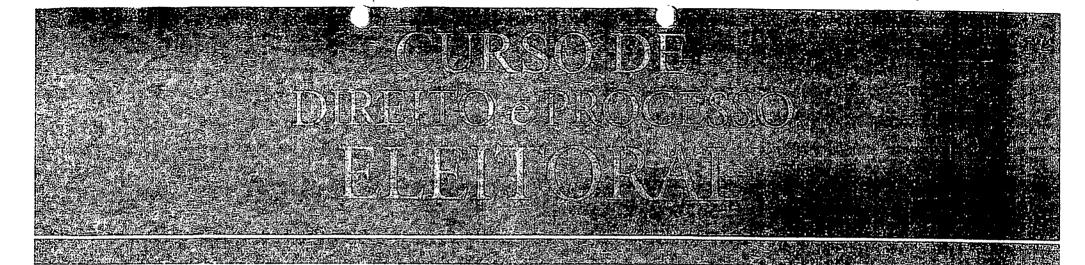
Ha 15 sanos levando informação nec













Certificamos SILAS GOMES BRAS JŪNIGR



participou do CDR 80 00 DIREITO E PROCESSO ELECTIONAL remzado nosidias 28 de abril e os demaio de 2012 no Rio Poty Hotel com carga horaria total de 20 minas.

Keleon Castelo Branco Presidente do Iniadeo



AUTENTICAÇÃO Conferido e actuado confurme original apresentado São Luís. 28/01/2021 12:10:51 63

Emplestemunha da verdade.

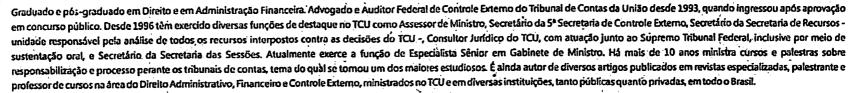
alva de Jesus Aires - Escrid PODER MUICIÁRIO - TIMA

Selo: AUTENT156711GF921WIU0DU8PE96 - Ato: 13.18 Emol. RS4.63 FERC. RS0.13 FADEP RS0.18 FEME RS0.18 Total RSS. Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br





# **ODILON CAVALLARI DE OLIVEIRA (DF)**





- 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribuneis de contas
- 1.1.1. Autodição e competência
- 1.1.2. Independência del instinci
- 2.7, Principios processosis gorais e esper
- 1.1. Requisitos de sens societifo velida
- 2.4. Tipos de processos em que a acuração pode ser formulada
- LAL Processo de contas
- TYTT COMM occupies 1.4.1.2. Torrede de Contas Espedal
- 1.4.1.1. Corres de cocadirãos e instrumentos congêneres
- 1.4.2. Processo de Racalização
- 1A21 Audiorius e impectes
- 1.4.2.2. Denoncies e repe

- 21. Contractitirio e ampla defesa nos tribunals do corres, segundo o STI
- 22. Meios de prova
- 2.2.1. Forma de aperumiação
- 2.22 Inadmissibilidade da provo obtida por a
- 2.2.2. Onut de prove
- 7.24 Prove amornidad
- 2.2.5. Prove de preço adequ
- 2.26 Prove por fates
- 227. Prova por declaração de tercairo
- 2.16 Prova indicinta
- 2.1. Tions de defesa
- 2.4. Pracos processivais
- 2.5. Responta a chaptes e auditorio
- 2.5.1. Algumes alegações recomerces e o
- 2511 Bos-4

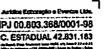
- 2.5.1.2. Felta de estratura administrati
- 25.1.J. Urgěncia
- 2.5.1.4. Cumprimento de ordani superto
- 25.15. Aglu de acordo com paracur jurídico ou téc 2516. Delegou a competincia para a prática do ato
- 2.6. Profedo de virta e de cópie dos autos
- 27. birrada de documentos

- 28 Supercardo cral
- 2.9. A delesa produzida por advogado

#### 1. JULGAMENTO

- 3.1. Tipos de pro-
- 111 Manadillas 3.1.1.1. Despeches de moro espo
- 11.12 Decides Interfecutóries
- 3 L2. Cooglades
- 1121 Cartelares
- 31211 Suspendo de eta ou eratediment
- 3.1.2.1.2 Afestamento cavisler do cargo
- \$ 1.2.1.3. Decretação de indisponibilida
- 31214 Soldtacko de arresto à AGU
- 3122 De mérito
- 2 1 7 2 3. Adcamento de conta
- 11222 Correlyos
- 11223 Condenstário
- 3.2. Senções cabilete
- 1.1. Maidades processes
- 3.4. Colea julgada administrativ
- 3.5. Escoyolo exiministrativo qui judicial des decisões dos tribumies de conces
- 1.6. Pressibilitades e limites à myislo des decisões dos tribuneis de contas
- 3.6.1. Pelo Poder Legislativo
- 262 Pelo Poder Ardickto

- 4. RECUESOS
- 4.1. Prindalas das recursos
- 4.2. Requisitos conérisos de admissibilidade dos recesos
- 4.3. Natureza jurídica dos requistos de admissib@dede
- 4.4. Cabimento
- 45 logkimided
- 4.6. Interesse on
- 47.1. Expecto
- 4.6. Regularidade forme
- 4.9, fette impeditivos ou extintivos do poder de recom
- AJD. Questões sobre o não-confestimento do recurso
- 412 Firiting day may no
- 4311 Devolution
- 4117 Semende
- 4113. Estensivo
- 4114 Tearstone
- 4115. Substitution
- 432. Recurso motre medida cautale
- 433. Audiência do MPTCU
- A.14. Recurso incerposto pelo Min
- 4.15. Tipos de mormos no TCU
- 4.15.1. Recurso de Reconsidores
- 4352. Embargos de Declaração
- 4.25.3. Recurso de Revisão
- 4.15.4. Pedido de Recorno
- 4.15.5. Agravo
- S. AÇÕES JUDICIAIS CASÍVEIS CONTRA AS DECISÕES DOS TREBUNAIS DE CONTRS
- \$2 Octres agrees







PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL.





JAM Avidne Ecoverilo e Prentes Little CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42,831,183









PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL · MA
Fis no:	188
Droc ng	181201/1013
	~
KADLIEN.	

# **CERTIFICADO**

Conferimos a SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR o presente certificado pela participação na palestra de Motivação Pessoal e Coletiva, Alta Performance e Alto Desempenho, realizado no dia 15/11/2014 em São Luís - MA, com carga horária de 03 horas/aulas, ministrada pelo professor e conferencista Daniel Godri.

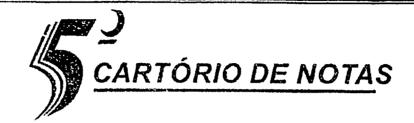
Curitiba, 04 de dezembro de 2014

Damiel Josi

Conferido e actuado conforme origanal apresentado
São Luís, 22/02/2021 14:8:16:16260
Francida ha de Jesus Airo, Estadande
Proficida ha de Jesus Airo, Estadande
Profice Municipario - TIMA
Selo: AUTENTISATI LUXARZAGESLIOS675 - Ato: 13.18
Emol. RSA.63 FERC. ISO.13 FADEP. RSO.18 FEMP RSO.18 Total RSS.12
Consulto a validade deste selo no site https://sela.tjma.jus.h

Daniel Godri Palestrante **Participante** 





# Silas Gomes Brás Junior

Agradecemos a sua participação no Projeto Social do 5º Ofício de Notas de São Luís/MA, na exposição do tema "Inventário Extrajudicial", ocorrido no dia 28 de novembro de 2015, com carga horária de 04 horas.

São Luís-MA, 28 de novembro de 2015.

Juliana Pereira Soares

Tabeliã

Conference Sto Limit Storage Sto Limit Storage Sto Limit Storage Sto

Conferido e achada conforme establida apresentado São Luis, 27/07/20 11 26/00:30 22176 da verdade.

idaka de jaw. Alves - bretevinis R LIDICIARIC - UMA AUTENTISOT I IDVANIST 44 FABUDA - ALD: 13.18 AUTENTISOT I IDVANIST 45 FABUDA - ALD: 13.18 .RS4.53 FERC RSD 13 FABUP RSD.18 FERM RSD.18 TOTAL RS5,12 .RS4.53 FERC RSD 450 no. site NULS: //zeio.jina.jivs.br

Confeido e achado conforme grisinal apresentado
São Luís, 28/01/2021 12:32:01/2044

da verdado.

Francida Nade Jesus Airos - Ecclebente
PODER JUDICIASIO - IJMA
Selo: AUTENTAS671 17V17W88 (DGF SRM07 - Ato: 13.18
Emol. RS 4.63 FERC. RS 0.13 FADEP RS 0.18 FEMP: RS 0.18 Total R\$ 5.12

TOP THE SAME OF THE SAME SAME



JURIDICA

# AUDITORIADE e Cortratos 28 e 29 de Outubro I São Luís • MA

Certificamos que 26

Silas Gomes Brás Junion

participou do cuiso AUDITORIA DE LIGITAÇÕES E CONTRATOS

realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 2015 em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas

São Luis/MA, 29 de outubro de 2015

AUTENTICACÃO
Conferido e achado conforme orizinal apresentado
São Luís, 22/02/2021 15/50:38 37478

JÜRIDICA

jam\_juridica:com!br



# **APRESENTAÇÃO**

Os principais procedimentos de auditoria de licitações e contratos, baseados na melhor metodología de controle e associados aos conceitos e à jurisprudência fundamentais para\_a correta fiscalização e execução dos atos administrativos nessa área.

A área de licitações e contratos na administração pública representa, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, assim como para o profissional de controle e auditoria. Por um lado, a complexidade e variedade das regras estabelecidas pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais superiores exigem do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos principios legais. De outro, compete ao auditor, ou controlador, a partir do conhecimento especializado da matéria, identificar corretamente quais\_dos processos licitatórios e contratos devem ser fiscalizados prioritariamente, considerando o grau de risco, materialidade e relevância de cada um deles. Em função disso, este curso foi concebido para propiciar, tanto ao gestor, quanto ao auditor, uma visão ampliada dos conceitos e procedimentos de controle aplicados à área de licitações e contratos, especialmente destacados a partir das orientações do Tribunal de Contas da União. Treinamento baseado na mais moderna metodologia de controle público no Brasil e realizado de forma dinâmica, por meio da apresentação da base teórica e de estudos de caso.

"Licitações e Contratos - conceitos e lurisprudência para efeito de auditoria"

- 1. Licitação: conceitos importantes
- 1.1 Observância de principios
- 1.2 Objetivos a serem perseguidos:
- seleção da proposta mais vantajosa
- 2. Fases da licitação
- 2.1 Elaboração do edital:
- 2.1.1 Definição do objeto da licitação:
- parcelamento do objeto x fracionamento da despesa
- Indicação de marca/características restritivas.
- 2.2 Projeto básico e termo de referência
- 2.3 Critério de aceitabilidade do preco global e dos preços unitários
- · jogo de planilha
- preço manifestamente inexeguível
- responsabilidade da comissão de licitação e do pregoeiro
- 2.3 Exigências de habilitação
- regularidade fiscal e trabalhista
- qualificação técnica
- 3. Contrato administrativo: conceitos **Importantes**
- 3.1 Formalização
- cláusulas exorbitantes
- 3.2 Vigência e promogação
- serviços de natureza contínua.
- justificativas para a prorrogação

- 4. Alteração contratual
- 4.1 Alteração unilateral quantitativa/qualitativa
- 4.2 Alteração consensual
- revisão contratual/teoria da imprevisão
- reajuste/repactuação
- 5. Contratação direta (sem licitação)
- 5.1 Espécies: dispensa e inexigibilidade
- 5.2 Dispensa em razão do valor
- 5.3 Contratação emergencial
- 5.4 Prestação de serviços de natureza singular
- 5.5 Justificativa do preco
- "Metodologia de auditoria aplicada à áreade licitações e contratos"
- 6. O controle de licitações e contratos
- 7. Auditoria governamental
- 7.1 Conceitos básicos
- 7.2 Finalidades
- 7.3 Abrangência
- 7.4 Auditoria de Conformidade
- 7.5 Auditoria Operacional
- 8. Normas de auditoria
- 8.1 Finalidades e fonte 8.2 Normas relativas à
- 8.3 Normas de execuc
- 8.4 Normas relativas à
- AUTENTICACÃO
  Conferido e achado conforme elizinil apresentado
  São Luís, 22/02/2021 15:50138 32478

Franchiva de Jests Alos : Edge brids
PODER RIDICIANO : INMA
PODER RIDICIANO : INMA
Selo: AMFANT 15673 1 M 13 YUF AVVICA 063 - Ato: 13.18
Emol: R64 63 FERC. R50.13 FAQUE R50.18 FEMP. R50.18 Total R55,12
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjmia.jus.br

9. Visão geral de controles internos

9.4 Avaliação de controles internos

9.5 Conceitos de risco em auditoria

10. Planeiamento da auditoria

10.1 Procedimentos de auditoria

· exame documental; inspeção física;

conferência de cálculos; observação;

confirmação externa; correlação das

informações obtidas; teste laboratorial:

rastreamento; entrevista; circularização;

conciliação; análise de contas contábeis:

12. Achados e evidências em auditoria

indagação escrita; indagação oral:

10.2 Matriz de Planejamento

11. Execução da auditoria

11.1 Técnicas de auditoria

revisão analítica.

12.1 Matriz de Achados

13. Relatório de auditoria

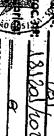
9.1 Definicões

9.2 Objetivos

9.3 Princípios

IAMcursos

JAM Jutina Econ CNPJ 00.803. INSC. ESTADUA



REFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL



Certificamos que Silas Gomes Brás Júnior participou da Jornada Jurídica de Direito Administrativo com carga horária de seis horas, realizada no Teatro Zenira Fiquene, Faculdade Pitágoras, com o palestrante José Aras, advogado e diretor do Centro de Estudos José Aras (Cejas), que ministrou a palestra

"Improbidade Administrativa".

São Luís (MA), 04 de Outubro de 2016

Yndara Vasques
Inspirar Inovação & Comunicação

Francidalva Monteles Inspirar Inovação & Comunicação



O Instituto Imadec certifica que

#### SILAS GOMES BRAS JUNIOR

Participou do CURSO DE ATUALIZAÇÃO E PRÁTICA "DIREITO BLEITORAL" realizado nos dias 62 e 16 de abril, 21 de maio, 11 de junho 2016 e 02 julho em SÃO LUIS MÁ, com carga horária total de 40h.

SÃO LUIS, 02 de JULHO de 2016

Kelson Castelo Branco
Diretor Geral

abio Castelo Branco Diretor Regional Fls. ns: 283 Proc. ns: 181 201/2012 Bulbrica:



## Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que SILAS GOMES BRAS JUNIOR, CPF 005.616.263-40, participou com aproveitamento do CURSO CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ministrado na modalidade a distância, de 02 a 30/06/2014, com 30 horas-aula.

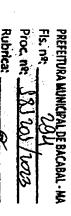
Conteúdo Programático

Prestação de Contas; Controle na Administração Pública; Controle Externo; Controle Interno; Controle Social.

Brasilia, 12 de maio de 2017.

#### MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY Diretor-Geral

Originalmente emitido em 07/07/2014 às 16:45:36 - Código de autenticação ISCC4020F5021.C30A1424.C3433F40





Com base nos dados informados, confirmamos que este certificado foi emitido para SILAS GOMES BRAS JUNIOR, CPF: 005.616.263-40, pela a sua participação no curso, controles na administração pública, promovido em Brasília - DF, de 2 a 30/6/2014, totalizando 30:00 horas-aula.

Código do Certificado: ISCC4020F5021.C30A1424.C3433F40

Fls. nº: 295 Proc. nº: 183701/201



## Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que SILAS GOMES BRAS JUNIOR - CPF 005.616.263-40 participou do SEMINÁRIO DIÁLOGO PÚBLICO - PARA MELHORIA DA GOVERNANÇA PÚBLICA - MARANHÃO, ocorrido em São Luís/MA, em 29/05/2014, com 7 horas-aula.



Brasília, 12 de maio de 2017.

#### MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY

Diretor-Geral

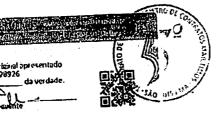
Originalmente emitido em 02/06/2014 às 15:47:40 - Código de autenticação ISCC4020F5019.C30A162A.C3433F40

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACAGAS. TO PROC. nº: 181201/2018



Certificamos que SILAS GOMES BRAS JUNIOR participou do CURSO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA, realizado nesta Universidade, no período de 15/05/2017 a

30/05/2017, com duração de 48 horas.



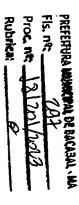
63 FERC. RSO.13 FADEP.RSO.18 FEMP.RSO.18 Total RSS,12

São Luís, 26 de Junho de 2017.

Bly abapa Boups\_

Emol. R\$4.63 FERC.:R\$0.13 FADFP:R\$0.18 FEMP:R\$0.18 Total:R\$5,12

Pró-Reitor(a) de Recursos Humanos



Resultado Final: 10,00

Frequência: 100,0 %

Nº do Reg.: 23435

Módulo(s):

1 - Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância (48h) Nota: 10.0











Fis. no: 183201/2016

# ICOMER!

25 ANOS DA LELDE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Legitelication Medical properties and the Company of the Company o

# ERTIFICADO

"O Instituto Maranheuse de Estudos sobre Responsabilidade Pública - IMERP agradece imensamente aos (as) palestrantes, debatedores (as) e mediadores (as) que contribuíram para a realização do I Congresso Acadêmico de Estudos sobre Responsabilidade Pública, nos dias ) e 10 de novembro de 2017 na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, o qual teve como tema "Os 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa na ordem política brasileira". Entre àqueles (as), certifica a participação de SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR no Painel II ("O Tribunal de Contas do Estado e a Proteção da Probidade na Administração") São Luís, 10 de novembro de 2017.

manda Almeida Wagi

Amanda Almeida Waquim Presidenta - IMERP



TERP

Mizzi Comes Gedeon Vice-Presidenta - IMERP PREFEITURA MUNICIPAL DE BALABAL.
Fis. no: 18.1 201/2018
Proc. no: 18.1 201/2018
Rubrica:



是是最低的的人,我们还是在一种是不够的,我们就是是有的人,就是一个人,我们就是一个人,我们就是这些一个人,我们就是一个人,我们就是一个人,我们就是这么多少,这个

### RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PER

- 51. O sistema lurídico de imputação de responsabilidade
- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 1.3 Responsabilidade penal
- 1,4.1 km coizacho do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
- 2. Tinos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade
- 2.1. Processes de centas ordinários
- 7.2. Tomada de Contas Especial
- 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros
- 3. Euplicies do responsabilidade
- C. L. is consobilidade contratual e extracentrolital
- %Z. Responsabilidade obletiva esobletiva
- 5.1. Ersponszbillésézsolidária
- di Hicôteses de responsabilitação do particular
- 4.1. Les non sacilidade da empresa contratada nelo Poder Público
- 4.2. Response bilidade do sócio do empresa contratada pelo Poder Público
- 5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
- 5.1. Quais agentes prior cos podem ser responsabilizados
- 5.2. Quals atos de sazentes públicos nodemenselar a responsabilização
- 6. O que deve ser observado peias Tribunais de Contas na caracterização do falu idella
- 6.1. Hatureza jurídica do ilicito administrativo c/ou financeiro
- 6.2. Desafino a serem superados na caracterização do ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especials
- 7. Como os Tribunais de Contas devem avallar a conduta por ação ou por omissão
- 7.1. Conceito iurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta poração
- 7.4. Conduta por omissão

- 8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa
- 8.1. Culpalato sensu
- R.2. Culpa strictu sensu
- 8 S. Dolo
- 9. Critérios especificos para a avallação da culpa do superior hierárquico
- 9.1. Controvérsias em torno da delegação de competência
- 9.2. Falha na supervisão hierároulca
- 9.3. Má escolha do subordinado
- 10. Nexo de causalidado
- 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito
- 10.2. Controvérsias no Direito em torno do tema
- 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo
- 11. Circurstâncias que podem isentar o agente público de responsabilidade
- 11.1. Legitima defesa
- 11.2 Estado de Necessidade
- 11.3. Exercício Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
- 11.4. Caso fortuito e força maior
- 11.5. Fato de terceiro
- 11.6. Culpa exclusiva da Administração
- 12. Causas que lustificam a não aplicação de sanções
- 12.1. Boa-fé
- 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
- 12.3. Inexigibilidade de conduta diversa
- 13. Causas truo impedem a aplicação de sanção
- 13.1. Morte
- 13.2. Prescrição
- 14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente
- 14.1 Matriz de responsabilização
- 14.2. Cautelas esperadas do agente público
- 15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

- Interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas lurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados.
- 15.1. Responsabilidade do agente político

AUTENTICACÃO Conferido e achado conferme orienal apresentado São Luiz. 22/02/2021 16 0((58 3400

Francialis a die lesses Aires . tokever PODER IUDICIÁRIO : TIMA

- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4. Responsabilidade de Estados. Distrito Federal e Municipios
- 15.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
- 15.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico

Scio: AUTEUTI 567116U86HABRP2PR9022 - Ato-13.18 Const. RS4.63 FERC. RS0.13 FADI P.RS0.18 FEMP.RS0.18 Total RS4.13 Consults a validade deste solo ou site littis // solo tima ites br

- 15.7. Responsabilidade de quem age amparado em parecer jurídico ou técnico
- 16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casos julgados.
- 16.1. de quem elabora o edital
- 16.2. do membro de comissão de licitação
- 16.3. do pregociro e da equipe de apoio
- 16.A. de que elabora projeto básico ou termo de referência
- 16.5. de quem aprova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.B. de quem assina termo aditivo
- 16.9. do fiscal do contrato
- 16.10 do licitante fraudador
- 17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenentes, do prefeito e de seu sucessor, e do omisso no dever de prestar contas: Estudo de casos, julgados.
- 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omisso no dever de prestar contas
- 18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de conta
- 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
- 1B.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou funça confianca .
- 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação

AUTENTICAÇÃO Conferido e achado conforme original apresentado São Luís, 28/01/2021 12:05:42 18738

ter tion and be so the following the field of the sound of the field o



PODER ILIDICIÁRIO - TIMA

PODER RUDICIÁRIO - TIMA Selo: AUTEN11567115058MO2P VZVRB41 - Ato: 13.18 Emol. RS4.63 FFRC. RS0.13 FADEP RS0.18 FEMP-RS0.18 Total RS5.12 Consulte a validade deste selo no site https://selo.tima.jus.br



71 3342-4531 • 3379-8191 www.jam-juridica.com.br PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL

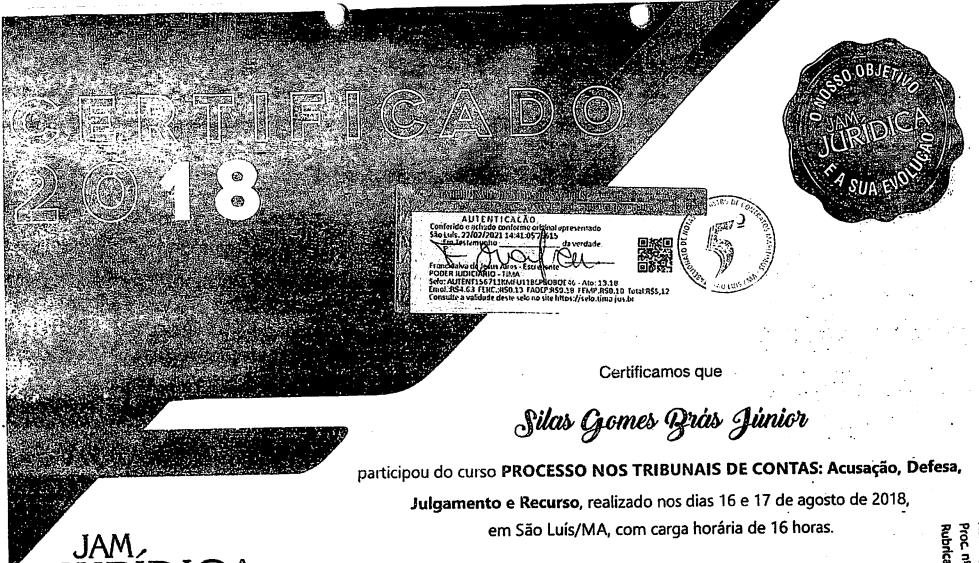
A informação necessária











JAM JURÍDICA A informação necessária

www. jam-juridica.com.br

SIGA-NOS f 💟 📵

São Luís/MA, 17 de agosto de 2018.

Odilon Cavattari de Oliveira

André Araújo
Diretor da JAM Jurídica

FIS. nº: 302/1012 Proc. nº: 181201/1012

## IS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO, RECURSO AUTENTICACAO

## Contendo e alhado conformo ogisinal apresentado 540135, 22/02/2021 14:41:05 25615 Consiste a vi. ma ie leste selo no site latos Hell chia pie

#### 1. Acusação

- 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas
- 1.1.1 Jurisdição e competência
- 1.1.2. Independência das instâncias
- 1.2. Principios processuais gerais e especificos
- 1.3. Requisitos de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
- 1.4.1. Processo de contas
- 1.4 1.1. Contas ordinárias
- 1.4.1.2. Tomada de Contas Especial
- 1.4.1.3. Contas de convêrios e instrumentos congêneres
- 1.4.2. Processo de liscalização
- 1.4.2.1. Aucitorias e inspeções
- 1.4.2.2. Denúncias e representações

#### 2. Defesa

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
- 2.2. Meios de prova
- 2.2.1. Forma de apresentação
- 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.2.3. Ônus da prova
- 2.2.4. Prova emprestada
- 2.2.5. Prova de preço adequado
- 2.2.6. Prova por fotos
- 2.2.7. Prova por declaração de terceiro

#### 2.2.8. Prova indiciária

- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiências
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. A defesa produzida por advogado
- 3. Julgamento
- 3.1. Tipos de provimentos axistentes
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabiveis
- 3.3. Nulidades processuais

- 4. Recursos
- 4.1. Principios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza juridica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4,5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
- 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
- 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
- 4.7.3. Embargos de Declaração
- 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitad. em julgado
- 4.7.5. Agravo
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais decontas
- 5. Possibilidades e limites à revisão das décisões dos tribunais de contas.
- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário .
- 5.3. Ações judiciais cabiveis contra as decisões dos tribunais de contas
- 5.3.1. Mandado de Segurança
- 5.3.2. Outras ações







LANA Autotras Esticanção e Eventra Utia. CNPJ CO.803.368/0001-98 SIGA-NOS AD 0

71 3342-4531 • 3379www.jam-juridica|co





Certificamos que SILAS GOMES BRáS JÚNIOR participou do curso "A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO" no dia 07/06/2019 com carga horária de 08 hora(s).

São Luís (MA), 07 de junho de 2019





Erlânio Furl La Zavier
Presidente

Antonio Portilho Fonseca Filho
Diretor Executivo

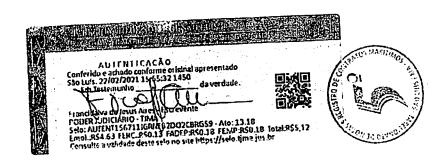


# CONTIQUEO PARO EL PARO CERVANNA DE LO CONTIQUE DE LA CONTIQUE DE L





Jorge Ferreira Lobo



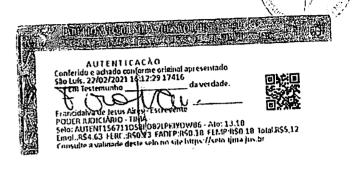


71s. ne: 305









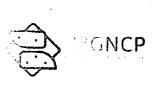
O Instituta Maranhense de Estudas sabre Responsabilidade Pública - IMERP tem a hanra de conceder a títula de MEMBRO - EFETIVO a

Silas Gomes Brás, Júnior

Diante da sua atuação profissional e acadêmico com a qual irá contribuir com o desenvolvimento dos objetivos institucionais do Instituto.

São Luís - MA, 26 de Junho de 2019

Director Administrativo de IMERP



INOVAÇÕES E OS DESAFIOS DA 14.133/21 NA PRÁTICA

**CERTIFICAMOS QUE** 

#### Silas Gomes Brás Júnior

PARTICIPOU DO 4º ENCONTRO BRASILEIRO DE GRANDES NOMES EM COMPRAS PUBLICAS OUE OCORREU NOS DIAS 18 E 19 DE ABRIL DE 2022 DE FORMA ONLINE, TOTALIZANDO HORAS.

bonardo Cesar de Carvalleo badeira

Leonardo Ladeira

CEO do Portal de Compras Públicas

CARGA HORÁRIA

19 HORAS

Realização

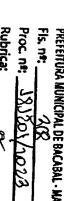
Apoio institucional

PORTAL











## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

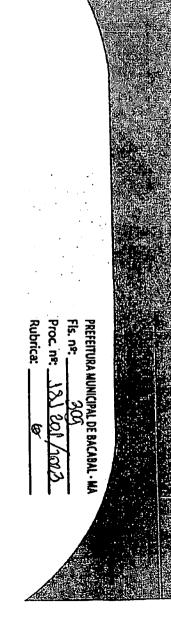
4º ENCONTRO BRASILEIRO DE GRANDES NOMES EM COMPRAS PÚBLICAS

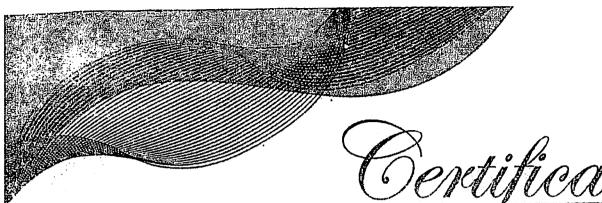
#### 1º DIA DE PROGRAMAÇÃO: 18 DE ABRIL

OS DESAFIOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.
A IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS E O FOMENTO AOS FORNECEDORES LOCAIS;
REGULAMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO 14.133/21 NA ESFERA MUNICIPAL;
PLANEJAMENTO ANUAL DE COMPRAS NOS MUNICIPIOS.
AS ALTERAÇÕES NO ÂMBITO PENAL DA 14.133/21

#### 2º DIA DE PROGRAMAÇÃO: 19 DE ABRIL

PREGÃO E A CONCORRÊNCIA: COMO IMPLANTAR A MODALIDADE ELETRÔNICA;
A VISÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO NA IMPLANTAÇÃO DA 14.133/21;
AS ADEOUAÇÕES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (FASE INTERNA E EXTERNA) COM A 14.133/21
(ETP. ESTUDO DE INTEGRIDADE EDITAL. TERMO DE REFERÊNCIA);
OS CONSÓRCIOS PUBLICOS E A 14.133/2021.
GOVERNANÇA MUNICIPAL E A 14.133/21







EFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - M.

# ertificado

Certificamos que

#### Silas Gomes Bras Junior

participou do "CONGRESSO REGIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA DO NORTE-NORDESTE", com carga norária de 12 horas/aula, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, por meio de sua Escola Superior de Advocacia - ESA.

São Luís (MA), 20 de maio de 2022.

KATO VYCTOR SARAIVA CRUZ Presidente da OAB Maranhão

Diretor Geral da ESA/MA

f [O] (esaoabina

A Casa de Todos

Certificado Número: 1527933295/2017

Certificamos que SILAS GOMES BRÁS JUNIOR concluiu o curso presencial LICITAÇÕES E CONTRATOS NA PRÁTICA - Abordagem Municipal no dia 26 de maio de 2017 com carga horária de 15 horas.

Aprender Contabilidade CNPJ 24.549.957/0001-50

Prof Esp. Silvelandio Martink Silva





A Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que

#### **SILAS GOMES BRAS JUNIOR**

CPF: 005.616.263-40, informa que participou da ação educacional "Diálogo Público TCU+Cidades: Distorções do Sistema Tributário e seus Impactos nos Municípios", ocorrida em Brasília - DF, 23/9/2021, totalizando 2,5 horas-aula.

Autenticação: ISC.C3481A08.C3152448.C3096247

Brasilia, 29 de setembro de 2021.

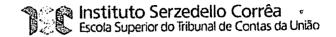
ANA CRISTINA MELO DE PONTES BOTELHO

Olretora-Geral

Instituto Serzedello Correa | Tribunal de Contas da União







A Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que

#### SILAS GOMES BRAS JUNIOR

CPF: 005.616.263-40, informa que participou da ação educacional "Lançamento do Programa TCU+Cidades", ocorrida em Brasília - DF, 4/3/2021, totalizando 1 hora-aula.

Autenticação: ISC.C341531E.C3151A39.C3096247

Brasilia, 29 de setembro de 2021.

ANA CRISTINA MELO DE PONTES BOTELHO

Instituto Serredello Correa (Tribunal de Contas da União

Proc. no: 181 201/2022

Wanterelo. Corsine restainspiration (Control Sinterios Ministerios Presidentes)

# Certificado –







Certificamos que Silas Brás participou do Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.

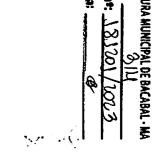


São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.



Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior Conselheiro Nacional do Ministério Público Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP 1111

Or. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau Procurador-Geral de Justiça do Maranhão



Dra, Karla Adriana Holanda Farias Vieira Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Marankão

The same of the sa		

**CERTIFICAMOS QUE** 

Silas Bras

PARTICIPOU DO 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES, PROMOVIDO PELA REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB), REALIZADO NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2021, NO PERÍODO DE 14H ÀS 18H30, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 9 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA.

> Petruš Elesbão Presidente RGB / ALAGOV

Marcelo Becker Presidente IGCP

**Elise Brites** Diretora de Relações Institucionais da RGB .DE BACABAL · NJ

# 

Certificamos que

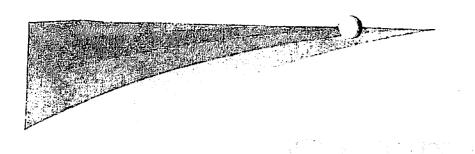
Silas Gomes Brás Júnior

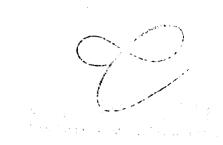
Concluiu com êxito o treinamento A Nova Lei de Licitações e os Municípios realizado de forma virtual on line e ao vivo pela plataforma ZOOM, nos dias 09, 10, 16, 17, 30 e 31 de maio e 01 e 02 de junho, todos de 2022, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas-aula.

São Paulo, 02 de junho de 2022.

Prof. Ricardo Ribas da Costa Berloffa OAB/SP nº 185.064







#### Certificamos que

#### SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR

participou do Curso "Contratação Direta na Nova Lei de Licitações", realizado nos dias 09 e 10 de junho de 2022, na cidade de São Luís (MA), perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luís/MA, 10 de junho de 2022

Sócia-administradora da Crhescer

ALUNO

(98) 97020-1243 contato@crhescerconsult.com.br | www.crhescerconsultoriama.com.br @@vemcrhescer Rua dos Azulões, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060



Código do Certificado: 1321013A6798ACF88923730 - Verifique autenlicidade em: www.e-certificado.com



Certificamos que SILAS GOMES BRAS JUNIOR participou do curso: " CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO ", evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através de sua Escola Superior de Advocacia- ESA, nos días 24 e 25 de Fevereiro de 2021, com carga horária de 6 horas.

São Luis, Ma 25 de Fevereiro de 2021.

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ

Proceedings and ARM of the

Durgo Horas ing

Data de emissão: 26/09/2022 18:38

Código de verificação: 36D9D7BB-109B-4156-8CF3-8A0941555931

Endereço: http://esa.oabma.org.br/certificado

INTONIO MORAES RÉGO GASPAR

FIS. no: 918

Proc. no: 183201/1003

Rubrica: 8



Rua Dr. Pedro Emamari de Oliveira, nº 01 - Cathau Fas. (98) 2107-5435 - Fone: (98) 2107-5417 CEP: 65.076-908-500 tuis - MA Site: https://www.cep.ore.com/dicesa/6/outma.ecp.br

#### CERTIFICADO

Certificamos S!LAS **GOMES BRAS** JUNIOR participou Seminário: CONTRATAÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PROCESSO LICITATÓRIO NO ÂMBITO ESTADUAL, evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através de sua Escola Superior de Advocacia ? ESA, Comissão de Direito Municipalista e Comissão Central Permanente de Licitação, nos dias 04 e 05 de abril de 2018, com carga horária de 10 horas.

São Luís (MA), 05 de abril de 2018.

THIAGO ROBERTO MORAES DIAZ /
Presidente da OAB/MA

Data de emissão: 26/09/2022 18:38

Código de verificação: B3FAF8CF-BEA9-442A-82A7-2897FC2CDBB2

Endereço: http://esa.oabma.org.br/certificado



D8B2

avoeise de localos

ORIDONALORE IDE [f]/oridonalore [c] @oridonal

Diretor Geral da ESA/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL·M
FIS. nº: 8,19
Proc. nº: 181201/1013



Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 - Ca haia Fax: (98) 2107-5435 Fone: (98) 2107-5417 50P: 65.076-908 \$35 Lois - MA Silet wyrogeg ingestig in empdresa@extracting be

#### CERTIFICADO

Certificamos SILAS **GOMES** BRAS JUNIOR participou da CONFERÊNC!A VIII ESTADUAL. DOS ADVOGADOS DO MARANHÃO, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através da Escola Superior de Advocacia -- ESA e Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão -- CAAMA, nos dias 23 à 25 de agosto de 2017, com carga horária de 30 horas.

São Luís (MA), 25 de agosto de 2017.

Presidente da OAB/MA

Data de emissão: 26/09/2022 18:38

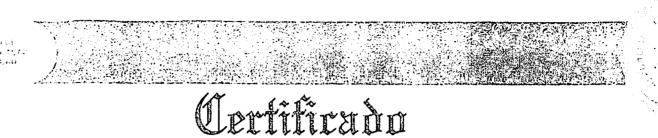
Código de verificação: 65D98870-19A6-400D-8A6E-A88B9D91FE5B

Endereço: http://esa.oabma.org.br/certificado



Diretor Geral da ESA/MA

ALCRICATORIOS CADMACKADO



O Diretor Académico do IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação lato sensu em MBA Licitações e Contratos, (Área de conhecimento Negócios, administração e direito), com carga horária total de 432 horas/aula, consoante os termos da Resolução MEC/CNE/CES, Nº 1 de 06 de abril de 2018, e a Resolução CAS/IPOG nº 4 de 22 de maio de 2013, outorga o título de especialista a

#### SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR

nacionalidade Brasileiro(a), nascimento em 10 de julho de 1986, cédula de identidade nº 15915432000-4-GEJUSPC/MA, o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Goiânia, 29 de junho de 2023

<u>Prof.</u> CARIO COSTA GUIZELINI DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA ESPECIALISTA

SARA DE SÁ CAVALCANTE SECRETÁRIA ACADÊMICA

Página 1 de 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA Fis. no: 323 Proc. no: 18370 / 1023

#### IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO

Recredenciamento Portaria nº 884 de 12 de Agosto de 2016 -Publicação DOU 15 de agosto de 2016.

#### SECRETARIA ACADÊMICA

Certificado registrado sob o nº 9764 - No livro 83 - Folha(s) 487

O curso obedeceu todas as disposições da Resolução MEC/CNE/CES, Nº 1 de 06 de abril de 2018, e a Resolução CAS/IPOG Nº 4 de 22 de maio de 2013.

Goiania, 29 de junho de 2023

Raniely Carneiro Meio
Setor de Registro de Certificado

Secretária Académica



Certificamos que

#### SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR

Participou do evento "IV Maratona das Contratações Públicas", realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2022, com carga horária de 10 horas, com os professores palestrantes: Antonio Emanuel Vieira Lima, Eduardo dos Santos Guimarães, Fernanda Lisboa, Gisella Maria Quaresma Leitão, Jerry Adriani Ramos Cirqueira, Luiz Cláudio Sales, Madeline Rocha Furtado, Magnus Medeiros, Monique Rafaella Rocha Furtado, Nádia Aparecida Dall Agnol, Paulo Teixeira, Rafael Pacheco da Silva Costa, Renato Fenili e Walter Salomão Gouvêa.

Registro: 77399

12 de abril de 2022

Edna Alexandrina dos Santos

Diretora





PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA FIS. nº: 323 Proc. nº: 18/201/1023



### "IV Maratona das Contratações Públicas"

- ► Planejamento, inovação e boas práticas nas contratações, Interface da nova Lei com o cenário internacional, padronização dos procedimentos e regulamentação dos dispositivos do texto legal.
- ▶ Diálogos com o TCU. Posicionamentos da Corte de Contas em pontos polêmicos e controvertidos. Atuação do assessoramento jurídico.
- ▶ Dilemas na seleção do fornecedor, Desaños práticos dos pregoeiros e agentes de contratação no saneamento. Utilização do SRP e cautelas necessárias.
- ➤ Contratos, terceirização e aplicação de sanções, Gestão e fiscalização. Proteção aos terceirizados. Apuração de desconformidades e o sistema sancionador.
- ► Capacitação e contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o constitución de como condição para a contratação: A polémica da singularidade como condição para a contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o contratação de serviços de treinamento, TD&E Treinamento, P o contratação de serviços de serviços de treinamento, P o contratação de serviços de

PIC 119: NOW WOMEN AT DE DAY



Certificamos que SILAS GOMES BRAS JUNIOR participou do curso: "PLANEJAMENTO NA LICITAÇÃO", evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através de sua Escola Superior de Advocacia-ESA, dia 03 de Março de 2021, com carga horária de 2 horas.

São Luis, 03 de Março de 2021.

Throw Joran ing

Production of GAB Narables

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ

ANTONIO MORAES RÉGO GASPAR

Data de emissão: 26/09/2022 18:38

Código de verificação: 662BF935-8835-4889-9013-E97F4E357E58

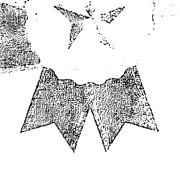
Endereço: http://esa.oabma.org.br/certificado

ប៊ែ [] /(មិនចូចគ្រាក្រង់ ទីគីមិក្រង់ ចំប្រៅច្រវ/មិន

CADA Casa de Todos

Rual Perfedire Emanuelida Colliverta de Ol GET 65:076:90a - Gillania Secunda VA





Certificamos que

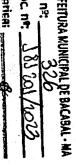
#### SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luís/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

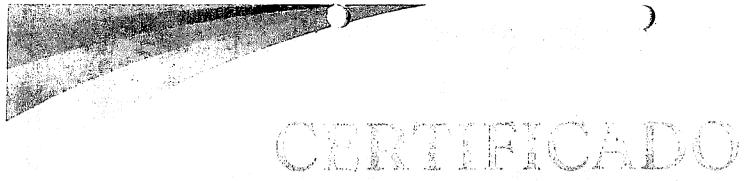
São Luis, 17 de outubro de 2023

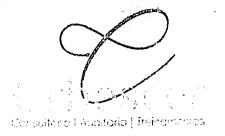
Jacqueline Aguian da Silva
Jacqueline Aguiar da Silva
Sócia-administradora da Crhescer

ALUNO









Certificamos que

#### SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR

concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luis/MA, 22 de março de 2023

Jacqueline Aguiar da Silva Socia-administradora da Crhescer

ALUNO

(98) 97020-1243 contato@crhescerconsult.com.br | www.crhescerconsultoriama.com.br @@vemcrhescer @ Rua dos Azulões, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060



#### CONTEÚDO DO CURSO:

AULA 1 - O PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES: Pianejamento da Contratação - os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência; A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência; Elementos essenciais do Termo de Referência; Impropriedades das informações que compõem o TR; Principais pontos sobre a descrição do objeto e sobre a possibilidade de indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Padronização e Pré-qualificação; Exigência de laudos e amostras; A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens; Justificativa da Contratação; Responsabilidades decorrentes da produção do Termo de Referência; Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema.

AULA 2 - FASE INTERNA E EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO - Mecanismos da governança nas contratações; A importância do Planejamento das Contratações; Plano de Contratação Anual; Das Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Concurso; Leilão e Diálogo competitivo-novidade; Inversão das fases, Modos de Disputa, Orçamento Estimado e Sigiloso; Da Divulgação do Edital de Licitação; O Portal Nacional de Compras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Critérios de julgamento - menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior lance, maior retomo econômico; O Julgamento e a (In)Exequibilidade das Propostas; Apresentação das propostas; Direito de Preferência das ME/EPPs; Julgamento e habilitação; Fase recursal e homologação.

AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: O Agente de Contratação e a equipe de contratação; A Gestão por Competência; O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Aplicação da Lei e as Definições que irão Nortear a Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos agentes de contratação; Segregação de funções; A defesa dos agentes públicos nas esteras administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública; Sobre o responsável pela condução do certame - O pregoeiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições; Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESQUISA DE MERCADO: Importância de Pesquisa Mercadológica: Pesquisa de Preços na Lei nº 14.133/21; Onde realizar a pesquisa: Como tratar os preços e avaliar suas variações; Principais falhas na elaboração da pesquisa de preços à luz da jurisprudência do TCU. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso de registro de preço para obras; A possibilidade de vigência da ata por até dois anos; O SRP para hipóteses de contratação direta; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, conteúdo, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços; Assinatura da ata concomitante por mais de um fornecedor; Alteração e Revisão da ata de registro de preços; Reajuste e repactuação dos preços registrados; Cancelamento dos preços registrados; Adesão à Ata de Registro de Preços: limites, procedimento, adesão por entidades de esferas federativas distintas; Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente penalizar o fornecedor ou prestador; Aditivos a ata de registro de preços?

AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA; Planejamento da Contratação Direta: os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A Dispensa de Licitação; A Inexigibilidade de Licitação; O procedimento da Contratação Direta; Formalização do Processo de Contratação Direta.

AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais; Alocação de Riscos e Matriz de riscos; Duração e Execução dos contratos — com ênfase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados; Extinção e Nulidade contratual; Casos de modificação contratual; Roajuste de Preços, Repactuação, Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão; Tipos de infrações Infração administrativa e competência para aplicação de sanções; As Regras sobre a Aplicação das Sanções Declaração de Inidoneldade e Impedimento de Licitar e Contratar; Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais.





CITHESCEIT
Consultoria | Auditoria | Fremamentos

Certificamos que

## ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luís/MA, 22 de março de 2023

Jacqueline Aguian da Silva
Jacqueline Aguiar da Silva
Sócia-administradora da Crhescer

Elizaman pria Rayl de Pharijo

(98) 97020-1243 contato@crhescerconsult.com.br | www.crhescerconsultoriama.com.br @@vemcrhescer Rua dos Azulões, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060

Código do Certificado: 1654348AB4DB294E10975630 · Verifique autenticidade em: e-certificado.con



### CONTEÚDO DO CURSO:

AULA 1 - O PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES: Planejamento da Contratação - os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência; A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência; Elementos essenciais do Termo de Referência; Impropriedades das informações que compõem o TR; Principais pontos sobre a descrição do objeto e sobre a possibilidade de indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Padronização e Pré-qualificação; Exigência de laudos e amostras; A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens; Justificativa da Contratação; Responsabilidades decorrentes da produção do Termo de Referência: Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema.

AULA 2 - FASE INTERNA E EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO - Mecanismos da governança nas contratações; A importância do Planejamento das Contratações; Plano de Contratação Anual; Das Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Concurso; Leilão e Diálogo competitivo-novidade; Inversão das fases, Modos de Disputa, Orçamento Estimado e Sigiloso; Da Divulgação do Edital de Licitação; O Portal Nacional de Compras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Critérios de julgamento - menor preço, mator desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, mator lance, mator retorno econômico; O Julgamento e a (In)Exequibilidade das Propostas; Apresentação das propostas; Direito de Preferência das ME/EPPs; Julgamento e habilitação; Fase recursal e homologação.

AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: O Agente de Contratação e a equipe de contratação; A Gestão por Competência; O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Aplicação da Lei e as Definições que irão Nortear a Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos agentes de contratação; Segregação de funções; A defesa dos agentes públicos nas esteras administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública; Sobre o responsável pela condução do certame — O pregoeiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições; Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESQUISA DE MERCADO: Importância de Pesquisa Mercadológica; Pesquisa de Preços na Lei nº 14.133/21; Onde realizar a pesquisa; Como tratar os preços e avaliar suas variações; Principais falhas na elaboração da pesquisa de preços à luz da jurisprudência do TCU. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso de registro de preço para obras; A possibilidade de vigência da ata por até dois anos; O SRP para hipóteses de contratação direta; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, conteúdo, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços; Assinatura da ata concomitante por mais de um fornecedor; Alteração e Revisão da ata de registro de preços; Reajuste e repactuação dos preços registrados; Cancelamento dos preços registrados; Adesão à Ata de Registro de Preços: limites, procedimento, adesão por entidades de esferas federativas distintas; Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente penalizar o fornecedor ou prestador: Aditivos a ata de registro de preços?

AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA: Planejamento da Contratação Direta: os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência; A Dispensa de Licitação; A Inexigibilidade de Licitação; O procedimento da Contratação Direta; Formalização do Processo de Contratação Direta.

AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais; Alocação de Riscos e Matriz de riscos; Duração e Execução dos contratos - com ênfase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados; Extinção e Nulidade contratual; Casos de modificação contratual; Reajuste de Preços, Repactuação, Reequilibrio econômico-financeiro, ecomposição de preços, realinhamento ou revisão: Tipos de infrações Infração administrativa e competência para aplicação de sanções; As Regras sobre a Aplicação das Sanções Declaração de Inidoneidade e Impedimento de Licitar e Contratar; Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais.



Proc. nº:







Certificamos que

# ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luís/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luis, 17 de outubro de 2023

Jacqueline Aguian da Silva
Jacqueline Aguiar da Silva
Sócia-administradora da Crhescer

Elizaman pria Kandal marys











### FACULDADE SÃO LUÍS

(Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

### CERTIFICADO

Diretor Geral da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Faculdade São Luís, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação - Lato Sensu - Especialização em

#### CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA

nos termos da Resolução Nº 01, de Junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação, realizado no periodo de 1/3/2010 a 31/8/2011, perfazendo um total de 360 horas-aula, confere o presente certificado a

#### ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

afim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Luis (MA), 1 de dezembro de 2011.

Prof. Me Geraldo Demosthenes Siqueira Diretor Geral Prof. Ma Valeska Rogéria Vieira Trinta Coordenadora de Assuntos Acadêmicos

# HISTÓRICO

	Disciplinas	C. H.	Média	Corpo Docente	****
The second of th	CONSÓRCIO PÚBLICO CONTABILIDADE PÚBLICA I CONTABILIDADE PÚBLICA II DIREITO PENAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GESTÃO DE CONTRATOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS GESTÃO PÚBLICA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL I LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL II LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS METODOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA PLANEJAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	30 30 30 30 30 30 30 30 30 30 30 30	10,0 9,5 9,5 10,0 9,0 8,0 9,0 8,0 8,5 9,5	The same of the sa	Titulação  MESTRE ESPECIALISTA ESPECIALISTA MESTRE ESPECIALIZAÇÃO ESPECIALISTA MESTRE ESPECIALISTA ESPECIALISTA DOUTORA MESTRE MESTRE MESTRE MESTRE
•	10				

Monografia: 9

Tema da Monografia: A TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À MÁ GESTÃO PÚBLICA

Coeficiente de Rendimento: 8,9

Micael Lavi Barbosa Lima
PODER JUDICARIO. TIMA
Selo: AUTEM 156712C10XVGCXR7QU8804 - Ato: 13.18
Empl::R\$5.14 FERC::R\$0.15 FADEP::R\$0.20 FEMP::R\$0.70 Total::R\$5,69
Consulte a validade deste celo no sito https://selo.tjme.jus.bi Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Núcleo de Pós-Graduação - NUPOS

O registro do presente certificado se encontra no livro nº .001.....

à folha nº 054 sob nº 00162

São Luis, 1 de dezembro de 2011.

Prof. Esp Fabiola de Medeiros Mouchrek

Coordenadora do NUPOS

# FACULDADE S

Departamento de Pós-Graduação

### CERTIFICADO

Certificamos que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAUJO

concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratações Públicas realizado no período de 18 de outubro de 2021 a 28 de novembro de 2022 com carga horária total de 360 horas:

Docusigned by:

Godherme Marryl Martandan Sersina

ARENECO POL GUE HERME MARZOL MONTANDON SARAIVA

Papet DIRETOR

Datahora da Assantura: 12/12/2022 | 11:55:10 PST

--- 5DB56D2F3Z614FDD969A8B5D2CE37C6F

Fis. ne: 394

#### **FACULDADE CERS**

Credenciada pela Portaria nº 370 de 20 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

Área de Conhecimento: DIREITO

Nome: ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAUJO

CPF: 648.709.953-87

Registro do Certificado:

Página de nº: 10835

Livro de nº: 123938

\* Número do registro corresponde ao número descrito, na parte superior da página, como Envelope II)

Direção Geral: Guilherme Marzol Montandon Saraiva Departamento de Pós-Graduação: Andréa da Silveira Bemfica Secretária de Pós-Graduação: Janaina Dias Marçal da Silva

Adum. Hung Rollada. Suras Alexandra Gruheree Harzo, Montandon Sarana Ort: Cuttabago Paga Ceretor Bushos di Annerse (2)(2202) 11:55 18 1937 CP

408910762751460D469A8R507CF37CW

Fis. ne: 335



Para verificar a autenticidade do documento, entre em contato com a ESCEX através do e-mail:

# A CEPT TETTON

### CERTIFICAMOS QUE ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

PARTICIPOU DO WEBINÁRIO "LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DURANTE O COVID-19"

23 DE ABRIL DE 2020, DAS 16H ÀS 18H NA MODALIDADE 100% ONLINE E AO VIVO.

VILA VELHA, 23 DE ABRIL DE 2020.

Edna Alexandrina dos Santos

Presidente



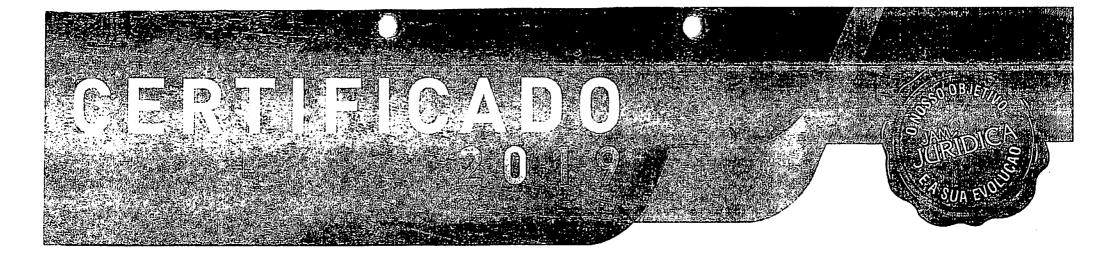




Fis. ne: 337

Proc. ne: 381201/1023

Rubrica: a



Certificamos que

# Elizaura Maria Rayol de Araújo

participou do curso AUDITORIA GOVERNAMENTAL - Incluindo tópicos avançados de controle, realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 23 de agosto de 2019.

Facilitador

Diretor da JAM Juridica







### Reducate Brookamalleo

# AUDITORIA GOVERNAMENTAL Incluindo tópicos avançados de controle

#### 1. CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Fundamentação legal do controle na administração pública
- Controle interno
- Controle externo
- · Órgãos de controle interno e externo

#### 2. GOVERNANÇA DO SETOR PÚBICO

#### 3. INTRODUÇÃO À AUDITORIA

- Auditoria: conceitos básicos, origem e evolução
- Finalidades da auditoria governamental
- · Objetivos da auditoria governamental
- Abrengência da auditoria governamental
- Classificação

### 4. NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONDUTA ÉTICA DO AUDITOR

- Finalidades, fontes e classificação das normas
- · Novas normas de auditoria da Intosai
- · Normas de auditoria dos tribunais de contas (NAGs) e do

Poder Judiciário (CNJ)

#### 5. CONTROLES INTERNOS

- · Definição e objetivos
- Principios
- · Fontes de informação

#### 6. RISCO EM AUDITORIA

- Conceitos de risco em auditoria
- Gestão de risco

#### 7. PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

- · Aimportância do planejamento para o sucesso do trabalho
- Instrumentos de planejamento das atividades de Auditoria
- · Matriz de planejamento

#### 8. EXECUÇÃO DA AUDITORIA

- Procedimentos de auditoria
- Técnicas de auditoria

#### 9. ACHADOS EM AUDITORIA

Matriz de achados

#### 10. EVIDÊNCIAS EM AUDITORIA

#### 11. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

- · Requisitos do relatório
- · Estrutura do relatório

#### 12. TÓPICOS AVANÇADOS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

- Auditoria baseada em risco
- Auditoria integrada
- Auditorias temáticas
- Auditoria coordenada como instrumento de governança multinível
- · Utilização de indicadores de governança e ges**2**0 auditorias
- Auditoria forense
- Governança da auditoria







JAM Jaricko Edorrapio o Eventos Lida.

CNPJ 00.803.368/0001-98

INSC. ESTADUAL 42.831.183

SIGA-NOS

71 3342-4531 • 3379-819 www.jam-juridica.com.br





Certificamos que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou do curso "A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO" no dia 07/06/2019 com carga horária de 08 hora(s).

São Luís (MA), 07 de junho de 2019

Federação dos Municípios do Estado do Maranhão



Erlânio Furl de Z Erlânio Furtado Luna Xavier Presidente Antonio Portilho Fonseca Filho
Diretor Executivo

# TRONGATION TO THE TENT OF CHERNAND THE COMMENTS OF THE COMMENT



Jorge Ferreira Lobo

Proc. nº: 183701

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA





# Contitondo

Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou da atividade OFICIRA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS, promoido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Control Externo - ESCEX, realizado no dia 18/02/2019 com carga horária de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

São Luís, 22 de Fevereiro le 2019

William Jobim Farias Gestor da ESCEX/TCEMA

Token de verificação: 159117affa7db0e6

Verifique a autenticidade desse certificado no Sophia.

#### લોકિકામાં છે. લેકિકલે ઉગલામાં ભાષ

Tipo de certificado:

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Nome do participante:

ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

Atividade:

OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS - TURMA 1

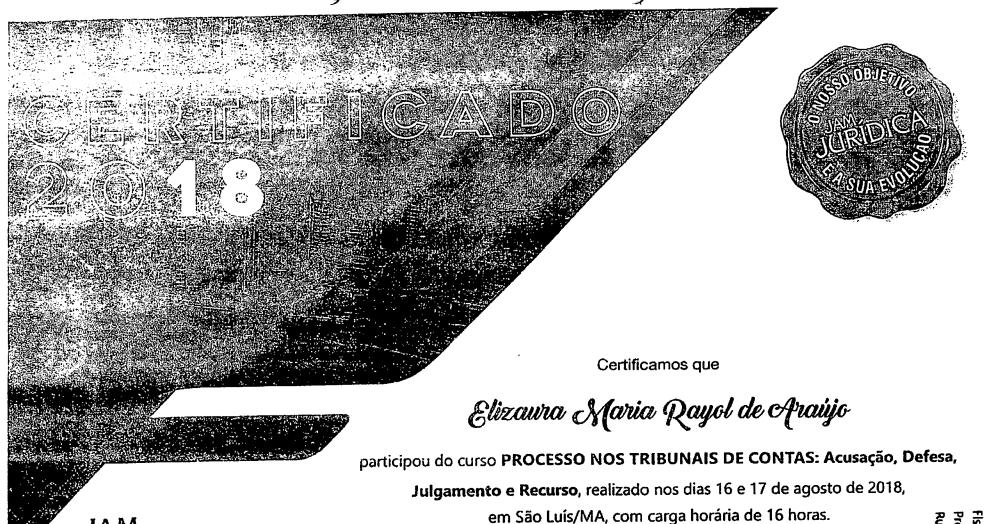
Evento:

OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VINCULOS (1º DIA)

Carga horária:

1h30min

Fis. no: 249



A informação necessária

www. jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br SIGA-NOS 🔀 🖸 📵

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luis/MA, 17 de agosto de 2018.

Odilon Cavattari de Oliveira Instrutor

André Araúio Diretor da JAM Juridica

#### **CURSO**

### PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO, RECURSO

#### 1. Acusação

- 1.1. Possibilidades elimites à atuação dos tribunais de contas
- 1.1.1. Jurisdição e competência
- 1.1.2. Independência das instâncias
- 1.2. Princípios processuais gerais e específicos
- 1.3. Requisitor de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acessção pode ser formulada
- 3.4.1. Processo de contas
- 1.3.1.1. Concas ordinárias
- 1.4.1.2. Tomada de Contas Especial
- 1.4.1.3. Contacio convêrios e instrumentos congêneras
- 1.4.7. Processo de fiscalização
- 1.4.2 L'Auditorbis e inspeções
- 1.4.2.2. Denancias e representações

#### 2. Defesa

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o
- 2.2. Meios de prova
- 2.2.1. Forma de apresentação
- 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.2.3. Ônus da prova
- 2.2.4. Prova emprestada
- 2.2.5. Prova de preço adequado
- 2.2.6. Prova por fotos
- 2.2.7. Prova por declaração de terceiro

#### 2.2.8 Prova indiciária

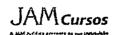
- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiéncias
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. A defesa produzida por advogado
- 3. Julgamento
- 3.1. Tipos de provimentos existentes
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutorias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabíveis
- 3.3. Nulidades processuais

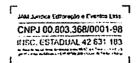
#### 4. Recursos

- 4.1. Princípios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
- 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
- 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
- 4.7.3. Embargos de Declaração
- 4.7.4. Recurso ou Impugnação autónoma contra decisão transitada emjulgado
- 4.7.5. Agrave
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas
- 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas
- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabiveis contra as decisões dos tribudo contas
- 5.3.1. Mandado de Segurança
- 5.3.2. Outras acões

JAM JURÍDICA A informação necessária









71 3342-4531 • 3379-8 91 www.jam-juridica.com.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL • M/

# Certificado

Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou do evento ESOCIAL E FOLHA DE PAGAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 26/09/2018 com carga horária de 6 (seis) horas.

São Luís, 1 de Outubro de 2018

William Jobim Farias
Gestor da ESCEX/TCE-MA

Tipo de certificado:

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Nome do participante:

ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

Atividade:

PRÓ-GESTÃO DOS RPPS PARA ORGÃOS PÚBLICOS TCE-MA

Evento:

PRÓ-GESTÃO DOS RPPS PARA ORGÃOS PÚBLICOS

Carga horária:

6h

FIs. no: 347 Proc. no: 18 1201 /1023



#### **CURSO**

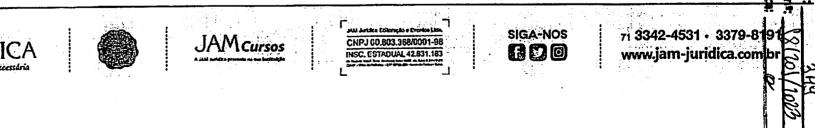
### RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

- sa. O strema jurídico de imputação de responsabilidade
- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 1.3. Responsabilidade penal
- 1.4. Harroprização do sistema jurídico de Imputação de responsabilidade
- Tigus de processes de terponsabilidação nos Tribunais de Contas e suas accuda Mades no tocante à imputação de responsabilidade
- 2.1. Processos de contas ordinárias
- 2.2. Tomada de Contas Especial
- 2.3, Processos de liscalização: auditorias, denúncias, representações e outros
- 3. Espécies de responsabilidade
- 3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
- 3.2 fiesponsabilidade objetiva e subjetiva
- 3.5. Responsabilidade solidária
- 4. Hipóteses de responsabilização do particular
- 4.1 Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
- 4.2. Responsabilidade do sácio do empresa contratada pelo Poder Público
- S. Quais agentes publicos podem ser responsabilizados e por quais atos
- 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
- 5.2. Quals atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização
- 6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fatolitisto
- 6.1. Natureza juridica do flicito administrativo e/ou financelro
- 6.2. Desphos a serem superados na caracterização do ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especiais
- 7. Camo os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por emissão
- 7.1. Conceito jurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta poração
- 7.4. Conduta por emissão

- 8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa
- 8.1. Culca lato sensu
- 8.2. Culpastrictu sensu
- 8.3. Dolo
- 9. Critérius específices para a avallação da culpa do superior hierárquico
- 9.1. Controvérsias em torno da delegação de compatência
- 9.2. Falhana supervisão hierámuica
- 9.3. Má escolha do subordinado
- 20. Nexo de causalidade
- 10.1. Como identificar quem deu causa so resultado ilicito
- 10.2. Controvérsias no Direito em tomo do tenta
- 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo
- 11. Circunstâncias que podem isentar o agente público de responsabilidado
- 11.1. Legitima detesa
- 11.2 Estado de Necessidade
- 11.3. Exercício Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
- 11.4. Caso fortuito e força maior
- 11.5. Fato de terceiro
- 11.6. Culpa exclusiva da Administração
- 12. Causas que justificama não aplicação de sanções
- 12.1. Boa-fe
- 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
- 12.3, Inexielbilldade de conduta diversa
- 13. Causas que impedem a aplicação de sanção
- 13.1. Morte
- 13.2. Prescrição
- 14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente
- 14.1. Matriz de responsabilização
- 14.2. Cautelas esperadas do agente público
- 15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

- Interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e tecnicos: Estudo de casos Julgados.
- 15.1. Responsabilidade do agente político
- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4. Responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios
- 15.5. Pesponsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
- 15.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico
- 15.7. Responsabilidade de quemage amparado em parecer jurídico ou técnico
- 16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de exoso julgados.
- 16.1. de quem elabora o edital
- 16.2. do membro de comissão de licitação
- 16.3 do prezpeiro e da equipe de apoio
- 16.4, de que elabora projeto básico ou termo de referência
- 16.5. de quem aprova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.B. de quem assina termo aditivo
- 16.9. do fiscal do contrato
- 16.10. do licitante fraudador
- 17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenentes, do prefeito e de seu sucessor, e do omisso no dever de prestar contas: Estudo de casos juigados.
- 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omisso no deverde prestar contas
- 18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas
- 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
- 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
- 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação







# CERTIFICADO

**CERTIFICAMOS QUE** 

## Elizaura Maria Rayol de Araújo

PARTICIPOU DO **1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES,** PROMOVIDO PELA REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB), REALIZADO NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2021, NO PERÍODO DE 14H ÀS 18H30, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 9 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA.

Petrus Elesbão
Presidente RGB / ALAGOV

Marcelo Becker Presidente IGCP **Elise Brites**Diretora de Relações
Institucionais da RGB

Fis. ne: 35/201/2023
Proc. ne: 38/201/2023
Rubrica:





## CERTIFICADO

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por sua Escola Judiciária Eleitoral, juntamente com a Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com as entidades abaixo identificadas, confere a ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO, CPF nº 648.709.953-87, certificado por sua participação no Congresso Nacional de Direito Eleitoral - Democracia, Eleições Municipais e Pandemia, realizado no dia 8 de junho de 2020, mediante plataforma virtual, com carga horária de 12 horas.

São Luís - MA, 8 de junho de 2020.

Desembargador Tyrone José Silva Presidente do TRE/MA Juíza de Direito Lavinia Helena Macedo Coelho Membro e Diretora da EJE do TRE/MA Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Nei Membro e Diretor da EJE do TSE

Realização:

FIE (E)



Parceiros:













#### Conteúdo programático:

9h15 - 1º Painel: Democracia brasileira; seus avanços, conquistas e desafios

Debatedor - Ministro Tarcislo Vieira de Carvalho Neto (Diretor da EJE/TSE e membro do TSE)

Debatedor -- Procurador da República Juraci Gulmarães Junior (Procurador Regional Eleitoral no TRE-MA)

Debatedor - Desembargador Cleones Carvalho Cunha (ex-presidente do TRE-MA e ex-presidente do COPTREL)

Mediação - Juiza Lavinia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJE/TRE-MA)

#### 10h45 - 2º Painel: Convenções, registro e o fim das coligações proporcionais

Debatedora -- Dra. Marilda Silveira (Advogada eleitoralista OAB/DF e membro da ABRADEP)

Debatedora -- Dra. Isabel Mota (Advogada eleitoralista OAB/CE e membro da ABRADEP)

Debatedor --- Ministro Carlos Bastide Horbach (Ministro do TSE)

Mediação -- Juiz Bruno Duailibe (Advogado e membro do TRE-MA)

#### 14h - 3º Painel: Segurança Jurídica, Eleições Municipais, pandemia e seus impactos

Debatedor -- Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Professor, ex-presidente da AJUFE e ex-membro do TRE-MA)

Debatedor -- Procurador da República Luiz Carlos Gonçaives (Professor e ex-Procurador Regional Eleitoral no TRE-SP)

Debatedora - Dra. Vânia Siciliano Aleta (Presidente da Escola Superior de Direito Eleitoral e Coordenadora Geral Adjunta da ABRADEP)

Mediação → Dr. Eduardo José Leal Moreira (Advogado, membro da ABRADEP e ex-membro do TRE-MA)

#### 15h30 - 4º Painei: Inelegibilidades, financiamento e prestação de contas

Debatedora → Desembargadora Elaine Harzheim (professora e ex-Presidente do TRE-RS)

Debatedom -- Dra. Maria Claudia Bucchianeri (Advogada, ex-assessora chefe da Presidência do TSE e membro da ABRADEP)

Debaledora -- Dra. Denise Schlickmann (Secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE-SC)

Mediação -- Dr. Mauro Ferreira (Advogado e Presidente da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)

#### 17h30 - 5º Painel: Propaganda Eleitoral, fake news e o combate à desinformação

Debatedor -- Dra. Luciana Nepomuceno (Advogada, Conselheira Federal OAB/MG e ex-membro do TRE-MG)

Debatedor → Dr. Diogo Rais (Advogado, professor e membro fundador da ABRADEP)

Debatedor → Dr. Roberth Seguins Feitosa (Advogado, professor e membro da ABRADEP)

Mediação → Juiz Federal Clodomir Reis (ex-membro do TRE-MA)

#### 19h - Cerimônia de encerramento

#### Mesa Solene:

Juíza Lavinia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJE/TRE-MA)

Prof. Me. Marcelo de Carvalho Lima (Advogado, professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMA/TRE-MA/EJE)

Prof. Dr. Márcio Aleandro Correia Teixeira (Advogado, professor e Vice-Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMA/TRE-

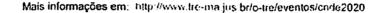
MA/EJE, membro da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)

#### Conferencistas de honra:

Prof. Me. Agostinho Ramalho Marques Neto (professor aposentado do Departamento de Direito da UFMA, psicanalista e membro da Academia Maranhense de Letras)

Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da UFMA, professor, ex-presidente da AJUFE e exmembro do TRE-MA) NICIPAL DE BACABAL • M







## Well transfer with the English and the first and the first

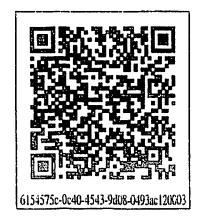
# Certificado -







Certificamos que Elizaura Maria Rayol de Araújo participou do Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.



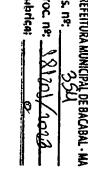
São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.



Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior Conselheiro Nacional do Ministério Público Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP



Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau Procurador-Geral de Justiça do Maranhão



Ora. Karla Adriana Holanda Farias Vieira Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

### Verificação do Certificado

Curso	Obtido para	Data da emissa	(°6°ilga
Webblano - Gerenanço, Transpalência a Controles	Urana Nana Rayol de	Wednessby, 29 Sep 2021, 09:09  (3 Workhaido Governanço _ Transparéncin_e_Controles_Interros_Municipals- Certificido_de_participacho_3:09:00!	6(545755-0n40-4543-9468-
Metros Municipiès	Araŭjo		0493ac(20003

FIS. ne: 355

Coloquial Viginia (1980) 100 (198

Certificamos que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO concluiu o curso presencial LICITAÇÕES E CONTRATOS NA PRÁTICA - Abordagem Municipal

no dia 26 de maio de 2017 com carga horária de 15 horas.

Aprender Contabilidade CNPJ 24.549.957/0001-50

refr Esp. Silvelandio Martins Silva





# Certificado

Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou do treinamento do Sistema de Acompanhamento de Atos de Pessoal - SAAP, promovido pelo Tribunai de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 12/04/2017 com carga horária de 04 (quatro) horas.

São Luís, 13 de abril de 2017.

William Jobim Farias Gestor da ESCEX/TCE-MA



### inteúdo Programático

# rocesso nos Tribunais de Contas

#### Acusação

- .. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de ntas
- ..1. Jurisdição e competência
- ...2. Independência das instâncias
- 2. Principios processuais gerais e específicos
- I. Requisitos de uma acusação válida
- 1. Tipos de processos em que a acusação pode ser mulada
- 1.1. Processo de contas
- 1.1.1. Contas ordinárias
- 1.1.2. Tornada de Contas Especial
- 3.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
- 2. Processo de fiscalização
- .2.1. Auditorias e inspeções
- .. 2.2. Denúncias e representações

#### Contraditório

- ... Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, gundo o STF
- : Meios de prova
- :.1. Forma de apresentação
- 2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 1.3. Önus da prova
- :.4. Prova emprestada
- 1.5. Prova de preço adequado
- :.6. Prova por fotos
- .7. Prova por declaração de terceiro
- .8. Prova indiciária

- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.6. Juntada de documentos
- 2.7. Sustentação oral
- 2.8. A defesa produzida por advogado

#### 3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1 Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabíveis
- 3.3. Nulidades processuais



#### 4. Recursos

- 4.1. Principios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos

ridica.com.br

- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
- 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
- 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
- 4.7.3. Embargos de Declaração
- 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
- 4.7.5. Agravo
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa

## 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas

- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
- 5.3.1. Mandado de Segurança
- 5.3.2. Outras ações

JAM, I/IDÍDICA



IAM

CND I UU BUS SEBIUUU OO



Proc. no: 181201

ENCONTRO PARA CAPACITAÇÃO DE CONTROLADORES INTERNOS DO MARANHÃO 12 a 14 de agosto de 2009 • São Luís • Maranhão

Certificamos que

# Elizaura Maria Rayol de Araújo

participou do CON1NTER - Encontro para Capacitação de Controladores Internos do Maranhão, realizado no período de 12 a 14 de agosto de 2009, no Rio Poty Hotel, São Luis/MA, com carga horária de 24 horas.

São Luis, 14 de agosto de 2009.

André Araújo

APOID INSTITUCIONAL

THIBUNAL DE CONTAS

Strong.

S LUTYER

CGE CONTINUES OF BURNE

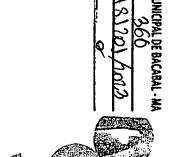


JORIDICA

REALIZAÇÃO

JAM Cursos





# Conteudo Programático

#### LE DE AGOSTO

- Experiencias do Comroladorio Geral de Estado do Maranhan
- Experiencias de Sucesto no operar a como dos Unidades de Controlo
- Sievanni de Controle Interio. El des varida e amplantar da

#### IT DE AGOSTO

- As eigens de responsabilidares de emeritador ...
- repprehalade Administrativa
- Chespire nas Licitações e Caespile nas Contratações Diretas

#### 11 DE AGOSTO

- Airo punsabilidade pola Controle i so Controle. Ca conceitos de Unidade de Conuncia. Conscandaria na Gestan Como e a amerci e Audito so e a relação destes concerno, no organização do Sistema do Controli.
- As funções da Unidade de l'unique entreno; às prerrogativas e as vedações nos servidores que desempenhor, fonção no Unidade de Controle Interno.
- Auditoria Governomento
- Presioção de Contos

grantinana, S





Certificamos que

Glizanna Maria Rayol de Aranjo

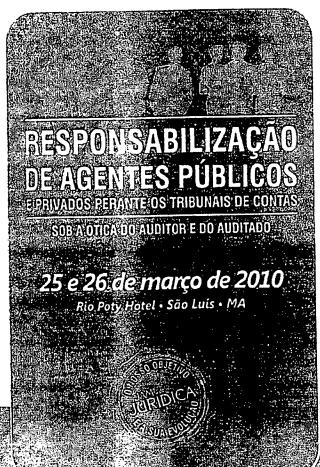
participou do curso responsabilização de reentes públicos e privados perante os tribunais de contas - sob a ótica do auditor e do ruditado,

realizado nos dias 25 e 26 de março de 2010, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luis, 26 de março de 2010.

Odilon Cavallari de Oliveira

André Atalija
Diretor de JAM Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL · MA
Fis. nº: 362
Proc. nº: 383201/1013

# Conteúdo Programático

- 1. Estrutura e organização dos tribunais de contas
- Responsabilização perante os tribunais de contas
- A responsabilização pelos tribunais de contas diante dos Poderes da República
- 4. Atos processuais praticados pela parte nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- 5. Provas que podem ser produzidas nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
- Medidas Cautelares que os tribunais de contas podem prolatar
- Sanções aplicadas pelos tribunais de contas
- Recursos cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
- 9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas















## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Certifica que EUZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

participou do I Seminário de Gestão na Área Pública, "Gestão Governamental como Fator de Desenvolvimento", realizado nos dias I 5 e 16 de junho de 2007, com a carga horária de 13 horas.

Maria de Razaro dos Anjos Barros
Vico-Presidente da Camera de Desenvolvimento Profissional do CRC-MA

Presidente do CRC-MA

#### - Módulo I: LICITAÇÕES GERAIS:

Princípios básicos de licitação. Dever constitucional de licitar. Contratações diretas. Legislações aplicável. Modalidade de licitação. Vinculação ao instrumento Convocatório. Esclarecimentos e impugnações ao edital e Recursos Administrativos.

#### -Módulo II: NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 14.133/21:

Conceitos e Diferenças entre as modalidades. Responsabilidades: Pregoeiro/Autoridade Competente. Exigência de estudo técnico preliminar nas contratações públicas (novo). Fases interna e externa do pregão. Principais erros/vícios cometidos pelos fornecedores. Decreto 10.024/2019. Cadastramento no SICAF e Comprasnet. Acesso à plataforma Comprasnet. Inclusão de proposta na licitação, cadastramento e operação de processos via sistema. Etapa de lances. Julgamento de proposta e análise da documentação dos concorrentes. Sanções administrativas, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar.

Tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas.

forms thang ear previous as ast or the place of the form a second

#### -Módulo III: SIMULAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRASNET)

Consultas à licitações publicadas (abertas pará propostas), cadastramento de proposta e simulação na sala de disputa.

## Certificado



Certificamos para os devidos fins, que

ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO,

participou com êxito do Curso de *LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ÊNFASE EM PREGÃO ELETRÔNICO*, de acordo com a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), com carga horária de 16 (dezesseis) horas, realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2023.

O conteúdo ministrado, encontra se no verso deste certificado.

ANTONIO JACKSOM LOPES Assinado de forma digital por ANTONIO
JACKSOM LOPES DA SILVA:92041256320
DA SILVA:92041256320
Dados: 2023.04.04 18:06:47-03:00'
AJ&M TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme disposição prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.





Certificamos que Lays de Fatima Leite Lima concluiu o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano, totalizando 450 horas/aula.

Paço do Lumiar-MA, 18 de abril de 2015.

Mongina Maria Simes Carriero
Diretora Geral

graft for Hanging P. Judes (assect

Diretoro Geral / IESF

Coordenadorla) do Curso

Coordenationa Pes Graduação (1856



#### INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO - IESF

Reconhecido e publicado pelas portarias ministeriais nº. 223 de 14 de março de 2007 e nº. 259 de 23 de março de 2007.

Micsel Levi Berbosa Lime -Selo: AUTENT1567111CS18GC4060TUZ26 - Ato: 13.18 SEID: AUTEMI 1307111-51000-4000-10220 - MID: 13-10 Emol: RSS.14 FERC: RSO.15 FADEP: RSO.20 FEMP: RSO.20 Total: RSS,69 Consulte a validade deste selo no site https://ccio.tjme.jus.br

Conferido e achado conforme original apresentado São Lufs, 07/03/2022 12:41:41 14308

NOME: LAYS DE FATIMA LEITE LIMA

HISTÓRICO ESCOLAR								
DISCIPLINA	C.H.	NOTA	FREQ	DOCENTE	TITULAÇÃO			
Metodologia da Investigação em Educação	60	9,0	100%	José Carlos Sousa dos Santos	Mestre			
Políticas Públicas	30	9,5	100%	Ebenézer de Almeida Araújo	Especialista			
Planejamento Estratégico	30	10,0	100%	Marcos Reges Rels Ribeiro	Mestre			
Estado, Governo, Mercado e Problemas Contemporâneos	30	9,5	100%	Romário Silva Barros	Mestre			
Didática do Ensino Superior	30	10,0	100%	José Carlos Sousa dos Santos	Mestro			
Desenvolvimento e Mudança no Estado Brasileiro	30	8,5	100%	Marcos Reges Reis Ribeiro	Mestre			
O Público e o Privado	30	9,0	100%	Silvana Regina Mendes Estrela	Especialista			
Plano Plurianual e Orçamento Público	30	9,0	100%	Samuel Saraiva Gomes Barroso	Especialista			
Processo Decisório Participativo	30	9,0	100%	Marco Aurélio Araújo Santos	Mestre			
Gestão de Operações e Logísticas	30	10,0	100%	Inácio Ferreira Façanha	Especialista			
Cultura e Comportamento Organizacional	30	9,0	100%	Fabrido Rughi	Especialista			
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública Municipal	30	9,0	100%	Sérgio Roonie Brandão Ferreira	Especialista			
Comunicação Empresarial	30	9,0	100%	José Ribamar Neres Costa	Mestre			
Oficina de Pesquisa	30	9,5	100%	Marcos Aurélio Araújo Santos	Mestre			
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC):								

Registro sob o nº 20 à folha 10 do Livro nº 258 do Registro de Certificados do IESF.

Paço do Lumiar, 30 de janeiro de 2017.

Registro de Controle Academico do IESF

Delsio João Pavan Setor de Registro e Controle de Cortificados/ IESF

Declaramos que o curso cumpriu todas as disposições das Resoluções CES nº 01. de 03 de abril de 2001 e CES/CNE nº 01, de 08 de junho de 2007, que estabelecem as normas, para o funcionamento de Cursos de Pós-Graduação.

> lastituta de Sasino Superior Provinciaconomicor Reconeción a Publicade pelas Pullatica Ministeriais fi? 223 de 14/23/2007 e nº 259 de 23/83/2007 CRPJ 10.187.637/0001-66

Periodo do Curso: 25/01/2014 a 18/04/2015

Local do Curso: PAÇO DO LUMIAR-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA



## FACULDADE DAMÁSIO PÓS-GRADUAÇÃO



A Faculdade Damásio, sob estrita observância da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e das Resoluções MEC CNE/CES n. 1, de 3 de abril de 2001, e n. 1, de 8 de junho de 2007, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em Fevereiro de 2015, confere o título de

Especialista em Direito Processual Civil com capacitação para o Ensino no Magistério Superior à

Lays de Fatima Leite Lima,

Brasileira, natural de São Luis - MA, nascida em 06 de Julho de 1989, RG 202445520029 - SSP/MA, e outorga-lhe este Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais. FEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA

198: 969

C. no: 181601/1009

brica: 181601/1009

São Paulo, 21 de Março de 2016.

hr:

Prof. Marco Antonio Araujo Junior
Diretor-Geral

Lays Leite

Prof. Pedro Henrique Regazzo Cuordenador-Geral da Pós-Graduação



Histórico - Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil

PREF	EITL	ira	MUN	IKIP	AL (	)E E	BACA	BAL	· M
PREF F <b>is.</b> (	nº:	•		8	ያት	O.			
			10	1	÷	7		7	

Proc. no: \_ 185 605/1023

**Rubrica**:

Aluna: Lays de Fatima Leite Lima.

Início do curso: Fevereiro/2014.

Conclusão do curso: Fevereiro/2015.

Carga-Horária: 370 horas- aula.

Título da Monografia: O Artigo 285-A em Combate a Morosidade do Sistema Processual.

Nota: 9.5 (nove e cinco décimos).

#### **Aproveitamento**

Disciplinas	Professores	Professores Responsáveis	Carga Horária	Frequência	Notas
Execução Forçada	Antonio Notariano Junior; Araken de Assis; Eduardo de Avelar Lamy; Eduardo Francisco; Fernanda Tartuce; Gilberto Bruschi; Gilson Delgado Miranda; Mônica Bonetti Couto; Patricia Miranda Pizzol.	Darlan Barroso (Mestre)	63 horas-aula	88%	8.0
Procedimentos Especiais e Inovações do Processo Civil	Brunno Giancoli; Darlan Barroso; Fernanda Tartuce; Gilberto Bruschi; José Miguel Garcia Medina; Leonardo José Carnelro da Cunha; Nelson Rosenvald; Paulo Nasser; Ricardo Chimenti.	Gilberto Gomes Bruschi (Doutor)	84 horas-aula	78%	10.0
Processo de Conhecimento e Tutelas de Urgência	Eduardo Francisco dos Santos Junior; Fernanda Tartuce; Heitor Sica; José Miguel Garcia Medina; Luiz Guilherme Marinoni; Luiz Rodrigues Wambler; Rogério Licastro Torres de Mello; Sidnel Amendoeira Junior.	Darlan Barroso (Mestre)	63 horas-aula	100%	10.0
Meios de Impugnação contra os Atos Judiciais	Alexandre Freitas Câmara; Darlan Barroso; Eduardo Arruda Alvim; Eduardo Talamini; Flávio Cheim Jorge; Gilberto Bruschi; Monica Bonetti Couto; Pedro Miranda de Oliveira; Sérgio Rizzi; William Santos Ferreira.	Gilberto Gomes Bruschi (Doutor)	70 horas-aula	100%	8.0
Metodologia do Trabalho Científico	Cinthya Nunes Vielra da Silva	Cînthya Nunes Vieira da Silva (Mestre)	45 horas-aula	100%	10.0
Idática do Ensino	Cinthya Nunes Vieira da Silva	Cinthya Nunes Vieira da Silva (Mestre)	45 horas-aula	100%	10.0

Resultado: Aprovada.

São Paulo, 21 de Março de 2016.

Marcos Aurelio Gomes Nogueira Secretário Acadêmico

Faculdade Damásio

(Certifica seus cursos de Pós-Graduação pela Portaria MEC n. 1.177/2009 e por força da Portaria MEC n. 324/2013).

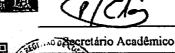
7775 Certificado registrado sob o n.

Livro n. <u>01-2016</u>

\_, em <u>29*1*03/1</u>G



AUTENTICAÇÃO
o e achado conforma original apresentado
.03/02/2021 13:59:31 28493
estemunho \_h \_\_\_\_\_\_\_\_ da verdade



FACULDADE

Departamento de Pós-Graduação

#### **CERTIFICADO**

Certificamos que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD

concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratações Públicas realizado no período de 18 de outubro de 2021 a 23 de dezembro de 2022 com carga horária total de 360 horas.

DocuSianed by:

Gulleria Maryd Marlandan Saraina

Assinado por GUILHERME MARZOL MONTANDON SARAVA

CPF: 08707628498

Data/Hora da Assinatura: 02/01/2023 | 05:29 08 PST

Fls. ng:

#### **FACULDADE CERS**

Credenciada pela Portaria nº 370 de 20 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

Área de Conhecimento: DIREITO

Nome: LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD

CPF: 026.006.863-20

Registro do Certificado:

Página de nº: 11002

Livro de nº: 123938

\* Número do registro corresponde ao número descrito, na parte superior da página, como Envelope ID

Direção Geral: Guilherme Marzol Montandon Saraiva Departamento de Pós-Graduação: Andréa da Silveira Bemfica Secretária de Pós-Gradunção: Janaina Dias Marçal da Silva

DocuSigned by: Golferne Karze Karlandan Sarawa ASSINGS por GUE HERME MARICI. MONTANDON SARAVA CPF: 00707029496 Papel: DIRETOR Detaillors de Asso tura: 02/01/2023 | C5 29:11 FST -0035602F32614FD0049A885D2CE37CWF

#### HISTÓRICO ESCOLAR Pós-Graduação Lato Sensu



Nome: LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD

Curso\_Turma: LICITACOES E CONTRATACOES PUBLICAS\_2021.4

Carga horária Total do Curso: 360 horas

CPF:026.006.865EEEVRA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Proc. nº:_	18(201/2023
Rubrica	<b>A</b>

Disciplina E Patrono	СН	Nota
O Planejamento da Licitação	42	
Jorge Ulisses Jacoby - Mestre	42	10.0
O Processo Licitatório	40	
Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0
Licitações Especiais	5,	
Murilo Jacoby - Especialista	56	10.0
Regimes Licitatórios Internacionais	14	10.0
Rafael Sergio Oliveira - Mestre	14	10.0
Regime Jurídico dos Contratos Administrativos	49	10.0
Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0
Obras e Serviços de Engenharia	28	10.0
Hamilton Bonatto - Mestre -	28	10.0
Contratos Especiais, Convênios e Instrumentos Congêneres	٠,٠	
Jaques Reolon - Mestre	21	9.0
Parcerias Contratuais da Administração Publica	14	9.0
Marcelo Bruto - Doutor	14	9.0
Sanções Administrativas e Medidas Anticorrupção	42	9.0
Anderson Sant'ana Pedra - Doutor	42	9.0
Metodologia da Pesquisa	45	
Oton De Albuquerque Vasconcelos Filho - Doutor	45	•
Didática no Ensino Superior	30	
Laís Gomes Bergstein - Doutora	20	-
Média Final	10	.0
Trabalho de Conclusão de Curso		Nota
Tipo: _		
Tema:		
tema:		•
orms de avallação. A avaliação do autovajamento será extrasca em utant, variando memo oscala do zero o o	1 2 1	L

Forma de avallação: A uvaliação do aproveitamento será expressa em graus, variando numa escala de zero a dez. O aluno para ser aprovado deverá alcançar a média final de aproveitamento não inferior a sote em cada disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no Curso em processo formal de avaliação.

Observação: O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1/2018 do Ministério da Educação, publicada em Diário Oficial da União em 06/04/2018.

Code great by

Gelbure, North Robinston, 1981 to a
Account, North Robinston, 1981 to a
Account, 1981 to R.

COP CONTROLLED
CODE STATE CONTROLLED (1981 A POT
COP STATE CODE STATE CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE
CODE STATE CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STATE
CODE STAT

REFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
ls. nº:	274
roc. nº:_	181201/1003
ubrica: _	
_	Decusio

#### Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FA36C9B51EF8403380D21568441DDFE2

Assunto: DocuSign: Licitações.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 3 Assinaturas: 3 Certificar páginas: 3 Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope: Janaina Dias Marcal da Silva

R DONA MARIA CESAR, 170, SALA 0102 SALA

102 E - RECIFE Recife, PE 50.030-140 janainamarcal@cers.com.br Endereço IP: 45.173.101.12

#### Restreamento de registros

Status: Original

25/12/2022 21:19:30

Portador: Janaina Dias Marcal da Silva ianainamarcal@cers.com.br

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereco IP: 181.221.124.57

Local: DocuSign

#### Eventos do signatário

Guilherme Marzol Montandon Saraiva

certificadopos@cers.com.br

**OPERACIONAL** 

Guillerme Margel Montandon Saraina

**COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA** 

Nivel de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC OAB G3 CPF do signatário: 06707628496 Cargo do Signatário: DIRETOR

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/04/2021 10:00:56

Eventos de entrega do editor

ID: 5d70d96b-6a96-4618-84d2-c9d16edd16b0

Nome da empresa: COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

Registro de hora e data

Enviado: 25/12/2022 21:19:31 Visualizado: 02/01/2023 10:28:51 Assinado: 02/01/2023 10:29:17

Eventos do signatário presencial

Evento de entrega do agente

Eventos de entrega intermediários **Status** 

Eventos de entrega certificados **Status** 

Eventos de cópia

Eventos do tabelião

**Eventos com testemunhas** 

Eventos de resumo do envelope

Envelope enviado Entrega certificada Assinatura concluida Concluido

Eventos de pagamento

Assinatura

**Assinatura** 

Status

Status

**Status** 

**Assinatura** 

**Assinatura** 

Status

Com hash/criptografado Segurança verificada Segurança verificada Segurança verificada

Status

Registro de hora e data

Carimbo de data/hora

25/12/2022 21:19:31 02/01/2023 10:28:51 02/01/2023 10:29:17 02/01/2023 10:29:17

Carimbo de data/hora

PREFEITURA	MUNICIPAL DE BACABAL - MA
Fls. nº:	275
Proc. nº:_	18/201/2013
Rubrica: _	

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

Termos de Assinatura e Registro Eletrónico criado em: 06/05/2020 %//S4:20 Partes concordam em: Guilherme Marzol Montandon Saraíva

PREFEITUR	A MUNICIPAL DE BACABAL - MA
ls. nº: _	376
Proc. nº:	181201/1023
Rubrica:	

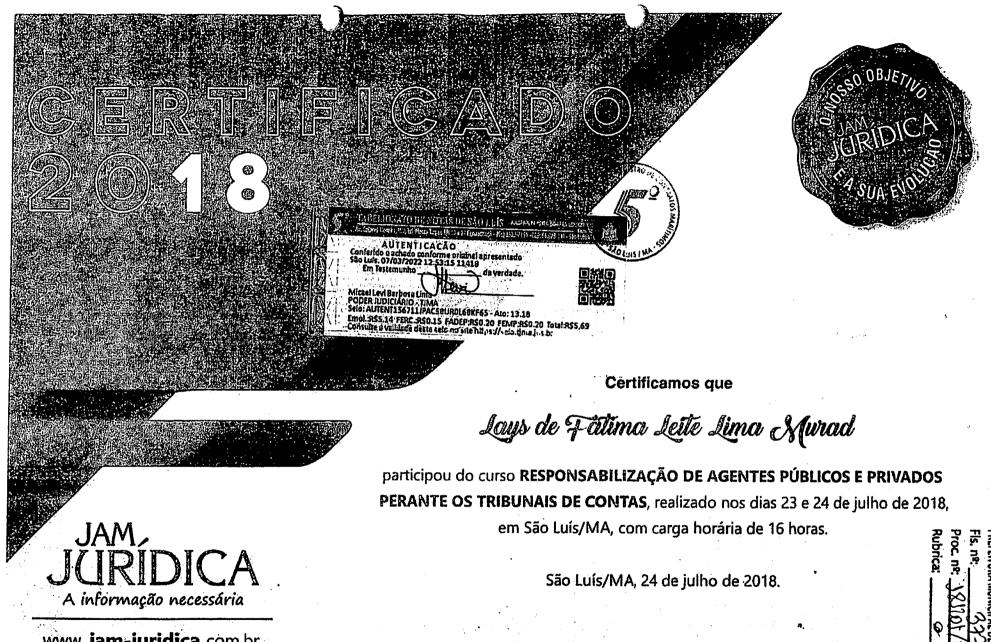
#### VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Docusign.

Para verificar a(s) assinatura(s) clique no link: validator.docusign.com e siga as orientações para verificação de validade do documento, ou ainda no Adobe ou no Foxit.

Os nomes indicados para assinatura e seus critérios de criptografía seguem no teor dos documentos e no certificado de conclusão que segue junto ao documento.

A(s) assinaturas(s) tem validade jurídica como original no ambiente virtual, e, para conhecer um pouco mais sobre o assunto, lhe convidamos a ler a reportagem seguinte: https://www.docusign.com.br/legislacao



www.jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br SIGA-NOS 🚹 💟 📵

Instrutor

Diretor da JAM Juridica

#### **CURSO**

### RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

- 51. O sistema jurídico de imputação de responsabilidade
- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 1.3. Responsabilidade penal
- 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
- 2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade
- 2.1. Processos de contas ordinárias
- 2.2. Tomada de Contas Especial
- 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros
- 3. Espécies de responsabilidade
- 3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
- 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
- 3.3. Responsabilidade solidária
- 4. Hipóteses de responsabilização do particular
- 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
- 4.2. Responsabilidade do sócio da empresa contratada pelo Poder Público
- 5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
- 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
- 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização
- 6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato lifeito
- 6.1. Natureza juridica do ilícito administrativo e/ou financeiro
- 6.2. Desafios a serem superados na caracterização do ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especiais
- 7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão
- 7.1. Conceito Jurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta por ação
- 7.4. Conduta por omissão

8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avallação da culpa

PROBERAMA

- 8.1. Culpa lato sensu
- 8.2. Culpa strictu sensu
- 8.3. Dolo
- 9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico
- 9.1. Controversias em torno da delegação de competência
- 9.2. Falha na supervisão hierárquica
- 9.3, Má escolha do subordinado
- 10. Nexo de causalidade
- 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito
- 10.2. Controversias no Direito em torno do tema
- 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo
- 11. Circunstâncias que podem isentar o agente público de responsabilidade
- 11.1.Legitima defesa
- 11.2. Estado de Necessidade
- 11.3. Exercício Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
- 11.4. Caso fortuito e forca maior
- 11.5. Fato de terceiro
- 11.6. Culpa exclusiva da Administração
- 12. Causas que justificam a não aplicação de sanções
- 12.1. Boa-fé
- 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
- 12.3. Inexigibilidade de conduta diversa
- 13. Causas que impedem a aplicação de sanção
- 13.1. Morte
- 13.2. Prescrição
- 14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente público
- 14.1. Matriz de responsabilização
- 14.2. Cautelas esperadas do agente público
- 15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

- interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados.
- 15.1. Responsabilidade do agente político
- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4. Responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municipios
- 15.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
- 15.6. Responsabilidade do pareccrista jurídico ou técnico
- 15.7. Responsabilidade de quem age amparado em parecer jurídico ou técnico
- 16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casos julgados.
- 16.1. de quemelabora o edital
- 16.2. do membro de comissão de licitação
- 16.3. do pregoeiro e da equipe de apoio
- 16.4. de que elabora projeto básico ou termo de referência
- 16.5. de quemporova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.8. de quem assina termo aditivo
- 16.9. do fiscal do contrato
- 16.10. do licitante fraudador
- 17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenentes, do prefeito e de seu sucessor, e do omisso no dever de prestar contas: Estudo de casos julgados.
- 17.1. dos agentes públicos do árgão repassador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omisso no deverde prestar contas
- 18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas
- 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
- 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão os confiança
- 18.4. Da la companya de inidoricidade para participar de licitação

ANOSULUI

71 3342-4531 v 3379-8191 www.jam-juridica.com.br

3





JAM

M

Conferido e achado conferme original apresentado São Luís: 07/03/2022 12:5315 11418 Em Testemunho

AUTENTICAÇÃO.

Michel Levi Barbosa Lima PODER JUDICIARIO TIMA

Scio: AUTENT156711F375XSC2AFTFAN3 - Ato: 13.18 Emol: RSS.14 FERC. RSO.15 FADEP: RSO.20 FEMP-RSO.20 Total RSS.69 Consults a validado desta selo ro illo https://selo.ilma.lus.br

TABLE GONATO DE NOTAS DESÃO LAÑS ADDICIONADA MARIONARIA

### Wabitettio "Coxanentes Inenseratete Controles Interios Municipals

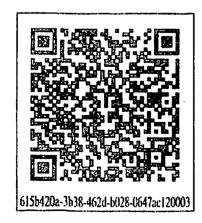
## -- Certificado -







Certificamos que Lays de Fatima Leite Lima Murad participou do Webinário "Governança, Transparância e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.



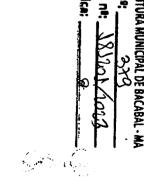
São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.



Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior Conselheiro Nacional do Ministério Público Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP



Or. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau Procurador-Geral de Justiça do Maranhão



Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

### Verificação do Certificado

Curso	Obtido para	Data da emissão	Código
Webinário - Gavernanço, Transparéncia o Controlos	Lays de Fatima Leite	Monday, 4 Oct 2021, 15:03	615b420a-3b28-462d-b028-
Internos Municipals	Lima Murad	① WeblnárioGovernança, Transparencia_e_Controles_Internos_Municipals- Centificado_de_participação_3 30.pdf	0847ac120003

Fis. no: <u>280</u> Proc. no: 181201/1013

### CERTIFICADO

**CERTIFICAMOS QUE** 

Lays Murad

PARTICIPOU DO 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES,
PROMOVIDO PELA REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB), REALIZADO NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2021,
NO PERÍODO DE 14H ÀS 18H30, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 9 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA.

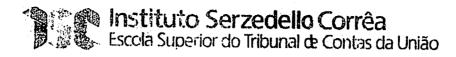
Petrus Elesbão
Presidente RGB / ALAGOV

Marcelo Becker Presidente IGCP Elise Brites
Diretora de Relações
Institucionais da RGB

REFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL · M.

'Is. no: 38 / 700 / 70073

tubrica: 8



## CERTFICADO

- O Instituto Serzedello Corrêa certifica que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA
  - participou do curso a distância Gestão Orçamentária e Financeira.

Conteúdo programático: ergamento público, integração planejamento e orçamento público, processo orçamentário, controlo e avaliação da execução orçamentária, Lei Orçamentária Anual.

Carga horária: 20 horas

Brasília/DF, 1 março 2019



FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS
Diretor-Geral
INSTITUTO SERZEDELLO CORRA
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



#### Verificação do Certificado

Curso	Obtido para	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Data da emissão	Código
Gestão Orçamentária e Financeira	LAYS DE FATIMA LEITE LIMA	The second secon	sexta, 1 Mar 2019, 15:45	2771b080-3c52-11e9-8734-09a679cc886b
			Gestão Orcamentária e Financelra-Certificado 12680.pdf	

Fls. nt: 362





# Conficula

Certifico que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD participou da atividade OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 18/02/2019 com carga horária de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos

São Luís, 22 de Fevereiro de 2019

William Jobim Farias
Gestor da ESCEX/TCE-MA

Token de verificação: ccbccb08ad8beff

Verifique a autenticidade desse certificado no Sophia.



Certificamos que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA

concluiu o curso presencial LICITAÇÕES E CONTRATOS NA

PRATICA - Abordagem Municipal

no dia 26 de maio de 2017

com carga horária de 15 horas.



Aprender Contabilidade

CNPJ 24.549.957/0001-50

Profe Esp. Silvelandio Martins Silva





## Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA - CPF 026.006.863-20 participou da PALESTRA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 - YOUTUBE, proferida na modalidade a distância, em 16/02/2017, com 2,5 horas-aula.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017.

## MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY Diretor-Geral

Originalmente emitido cm 21/02/2017 às 21:39:11 - Código de autenticação ISCC40225195E.C30F3320.C3361735





Com base nos dados informados, confirmamos que este certificado foi emitido para LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD, CPF: 026.006.863-20, pela a sua participação na palestra, prestação de contas do exercício de 2016 - youtube, ocorrida em Brasília - DF, 16/2/2017, totalizando 0:30 horas-aula.

Código do Certificado: ISCC40225195E.C30F3320.C3361735

Fis. no: 388 Proc. no: 1817pt /1012 

्र १ तहानुसान सम्बद्धाः

## THE COURS

Agusteno-Contraditorio, Julgamento e Regusto

Certificamos que

Lays de Fatima Leite Lima

participou do curso Processo nos Tribunais de Contas,

Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos, realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 11 de setembro de 2015.

Odilon Cavallari de Oliveira

André Araújo Diretor do IAM Juridica EV WINDLE BY CORT .

(CRIDICA)

ार्ग्यामार्गाव्यक्रकामध्य

#### onteúdo Programático

### Processo nos Tribunais de Contas

## (71) 3342-4531 www.jam-juridica.com.br

#### . Acusação

- .1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de ontas
- .1.1. Jurisdição e competência
- .1.2. Independência das instâncias
- .2. Princípios processuais gerais e específicos
- .3. Requisitos de uma acusação válida
- 4. Tipos de processos em que a acusação pode ser armulada
- .4.1. Processo de contas
- .4.1.1. Contas ordinárias
- .4.1.2. Tomada de Contas Especial
- 4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
- 4.2. Processo de fiscalização
- 4.2.1. Auditorias e inspeções
- 4.2.2. Denúncias e representações

#### . Contraditório

- 1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, gundo o STF
- 2. Meios de prova
- 2.1. Forma de apresentação
- 2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.3. Ônus da prova
- 2.4. Prova emprestada
- 2.5. Prova de preço adequado
- 2.6. Prova por fotos
- 2.7. Prova por declaração de terceiro
- 2.8. Prova indiciária

- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.6. Juntada de documentos
- 2.7. Sustentação oral
- 2.8. A defesa produzida por advogado

#### 3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabíveis
- 3.3. Nulidades processuais

ubrica:	roc. nt	REFEITUR
R	roc. no: 182001/1013	REFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA

#### 4. Recursos

- 4.1. Princípios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
- 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
- 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
- 4.7.3. Embargos de Declaração
- 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
- 4.7.5. Agravo
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa
- 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas
- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
- 5.3.1. Mandado de Segurança
- 5.3.2. Outras ações











## CERTECADO

Proposicao, Celebracao, Execucao e Riesiacao de Contas 🦠

Certificamos que

Lays de Fatima Lette Lima

participou do curso de CONVÊNIOS: Proposição Celebração,

Execução e Prestação de Contas, realizado nos dias

24 e 25 de abril de 2014, em São Luís/MA, com carga horária de 16 haras. 🚡

São Luís/MA, 25 de abril de 2014.

karine Lílian de Sousa Machado

Instrutora

André Araújo

#### TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO

- Transferências da União
- Legislação Aplicável
- Modalidades de Descentralização
- Diferença entre convênio e contrato administrativo
- Principais Conceitos

#### CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

#### 1. Fase de Proposição

- Credenciamento
- · Proposta de trabalho
- Cadastramento
- · Chamamento público
- Piano de trabalho

#### 2. Fase de Celebração

- Requisitos para celebração de convênios
- Formalização
- Cláusulas necessárias

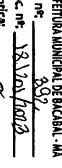
- •. Publicidade
- Principais falhas apontadas pelo TCU

#### 3. Fase de Execução

- Liberação dos recursos
- Movimentação dos recursos
- Vedações
- Observância da Lei nº 8.666/1993 e utilização do pregão
- Acompanhamento/controle
- Principais falhas apontadas pelo TCU

#### 4. Prestação de Contas

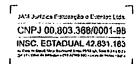
- Responsabilidade pela prestação de contas
- Documentos exigidos
- Prazo para apresentação da prestação de contas
- Análise da prestação de contas
- Consequências da não-aprovação da Prestação de Contas
- Tomada de Contas Especial









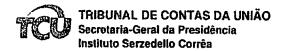












## Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA, CPF 026.006.863-20, participou com aproveitamento do CURSO PRESTAÇÃO DE CONTAS: FUNDAMENTO DA DEMOCRACIA E EXERCÍCIO DE CIDADANIA, ministrado na modalidade a distância, de 16/09 a 11/10/2013, com 30 horas-aula.

#### Conteúdo Programático

Origem e evolução da prestação de contas; Transparência e responsabilização; Objetivos da prestação de contas; Elementos essenciais; Requisitos de qualidade; A prestação de contas no Estado brasileiro; As contas dos gestores públicos; Estruturas de controle; controle social e a prestação de contas; Rede de controle da prestação de contas.

Brasília, 21 de outubro de 2013.

#### ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM

Diretor-Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - N
Fls. nº: 393

Proc. nº: 18120/1003

Rubrica: 0



Com base nos dados informados, confirmamos que este certificado foi emitido para LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD, CPF: 026.006.863-20, pela a sua participação no curso, prestação de contas: fundamento da democracia e exercício de cidadania, promovido em -, de 16/9 a 11/10/2013, totalizando 30:00 horas-aula.

Código do Certificado: ISCC35D3E19.C3092010.C3361735

Fis ne: SQL

## SECONGRESSONMERNACIONAL DEIDIREITO CONSTITUTION ON A

ndasaisanisainen menanasain

- ZINERO DE GONMENDO ESEDEVAVA EN L ANYTHOUTO MORTHON WARRIZ . . . .

Certificamos que

### LAYS DE FÁTIMA LEITE LIMA

DAYS DE FÁTIMA LEITE LIMA

participou, na condição de CONGRESSISTA, do 8º Congresso Internacional de Direito Constitucional, evento realizado pela EBEC - Escola Brasileira de Estudos Constitucionais nos dias 29,30 de abril e 01 de maio de 2010, no Centro de Convenções de Natal-RN. O evento totalizou uma carga horária de 30 horas.

ikali deja kerarak kerangan desames k



### LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos días 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luis/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luis, 17 de outubro de 2023

Jacqueline Aguiar da Silva

Sócia-administradora da Crhescer

Lays deite Munad



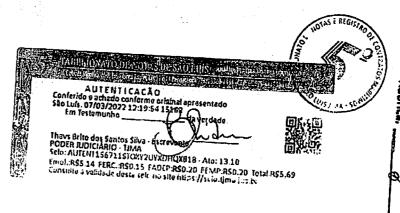
# Universidade Anhanguera-Uniderp CERTIFICADO

Certificamos que Mariana Barros de Lima, portadora do RG 1210434994 e CPF 01788344324, concluiu o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público, na área do Direito, aprovado pela Resclução nº 01/07/CNE e pelas resoluções nº 007/CONEPE/2012 e nº 007/CONSU/2012, realizado no período compreendido entre 09/03/2012 e 08/04/2013, com carga horária de 390 (trezentas e noventa) horas de atividades teóricas e práticas.

Campo Grande - MS, 14 de fevereiro de 2014.

Profa. Dra. Luciana Paes de Andrade Pro-Reitora de Pesquisa e Pos-Graduação

Academica



Fis. not. 307
Proc. not. 18/20//10/3

#### Mariana Barros de Lima

Disciplinas		Carga horária	Frequência	Grau	Resultado final	Professor(a)	Titulação
Direito Administrativo		60	100%	9,5	Aprovado	Fernanda Marinela de Souza Santos	iAestre
Direito Administrativo Aplicado		60	100%	10,0	Aprovado	Raquel Melo Urbano de Carvalho	Mestre
Direito Constitucional		60	100%	10,0	Aprovado	André Ramos Tavares	Doutor
Direito Constitucional Aplicado		60	100%	10,0	Aprovado	Vidat Serrano Nunes Junior	Doulor
Direito Tributário		60	100%	10,0	Aprovado	Tathiane dos Santos Piscitelli	Douto:
Fazenda Pública em Julzo		60	100%	10,0	Aprovado	Joso Carlos Baptista Puoli	Douter
Metodologia da Pesquisa		30	100%	9,0	Aprovado	Claudia Coelho Hardagh	Douter
Menografia				10,0	Aprovado		
	Carga horlária total:		Media das Disciplinas: Monografia:		9,8 10,0		
					9.9	([Média das Disciplinas] + [Monografia]) / 2	

Instituição de Ensino Superior que está devidamente credenciada no Ministério da Educação - MEC, por meio da Portana nº 4.069/05

Vitulo da Monografia; "DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: Aspactos garals, (in) afotividada o Judicialização".

AUTENTICACÃO
Conferido e achado conferme orientel apresentado
São Luh. 07/03/2022 12:19:54 25:62
Em Testemunho Thays Brito dos Santos Silva - Escretando
PODER JUDICIARIO - TIMA
Selo: AUDICIARIO - TIMA
Emol::R55.14 FERC::R50.15 FADEP::R50.20 FEMP::R50.20 Total:R55,69
Consulte a validade deste selo no site int pt//scio.ijma jus.bi

Sistema de Avaliação

Grau: 0 (zero) a 10 (dez)

Grau minimo por disciplina: 7 (setu)

Frequencia minima: 75% por disciplina

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

CERTIFICADO REGISTRADO SOB Nº 19

LIVRO 211 FLS 19 EM 14/02/2014

Coordenador(a) Acadêmico(a)

UNIDERP

Universidade Anhanguera - Uniderp

44.



Departamento de Pós-Graduação

#### CERTIFICADO

#### Certificamos que MARIANA BARROS DE LIMA

concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratações Públicas realizado no período de 18 de outubro de 2021 a 23 de dezembro de 2022 com carga horária total de 360 horas.

DocuSigned by

Bullierne Marzel Marlandon Saraína

Acsinado por: GUILHERME MARZOL MONTANDON SARAIVA

Paget DIRETOR

Data/Hora da Assinatura, 02/01/2023 | 05/26/02 PST

ICP >

—6DB56D2F32614FDD989A8B5D2CE37C9I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALABAL
FIS. nº: 300
Proc. nº: 181701/1072

### **FACULDADE CERS**

Credenciada pela Portaria nº 370 de 20 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

Área de Conhecimento: DIREITO

Nome: MARIANA BARROS DE LIMA

CPF: 017.883.443-24

Registro do Certificado:

Página de nº: 11003

Livro de nº: 123938

\* Número do registro corresponde ao número descrito, na parte superior da página, como Envelope ID

Direção Geral: Guilherme Marzol Montandon Saraiva Departamento de Pós-Graduação: Andréa da Silveira Bemfica Secretária de Pós-Graduação: Janaína Dias Marçal da Silva

Cocusigned by:

Glicians Aurois Analesiam Sirena
Asserato per Gill Herries Martin, Montanton Sarahva
CP: Cortorogana
Daretor
Datahtera Basingture: 0201/2023 [ 65 28 05 F91 |
CP | Company |
CP | CP |
CP | CP

Proc. ne. 381201/1023

## HISTÓRICO ESCOLAR Pós-Graduação Lato Sensu



Nome: MARIANA BARROS DE LIMA

Curso\_Turma: LICITACOES E CONTRATACOES PUBLICAS 2021.4

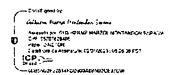
Carga horária Total do Curso: 360 horas

CPF:017.8PREPERTURA MU	JNICIPAL DE BACABAL • MA
FIS. nº:	401
Proc. nº:	85205/2028
Rubrica;	0

Disciplina E Patrono	СН	Nota
O Planejamento da Licitação	42	100
Jorge Ulisses Jacoby - Mestre	42	10.0
O Processo Licitatório	49	
Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0
Licitações Especiais	56	
Murilo Jacoby - Especialista	30	10.0
Regimes Licitatórios Internacionais	14	10.0
Rafael Sergio Oliveira - Mestre	14	10.0
Regime Jurídico dos Contratos Administrativos	49	10.0
Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0
Obras e Serviços de Engenharia	28	10.0
Hamilton Bonatto - Mestre	28	10.0
Contratos Especiais, Convênios e Instrumentos Congêneres	21	8.0
Jaques Reolon - Mestre	21	8.0
Parcerias Contratuais da Administração Publica	14	8.0
Marcelo Bruto - Doutor	14	8.0
Sanções Administrativas e Medidas Anticorrupção	42	8.0
Anderson Sant'ana Pedra - Doutor	1 42	8.0
Metodologia da Pesquisa	45	
Oton De Albuquerque Vasconcelos Filho - Doutor	43	-
Didática no Ensino Superior	20	
Lais Gomes Bergstein - Doutora	20	-
Média Final	10	,0
Trabalho de Conclusão de Curso		Nota
Tipo: _		
Tema:		
tema.		-
orma de avaliação: A avaltação do aproveitamento será expressa em graus, variando numa escala de zero n o	dar O ahuna nava sar am	mundo d

Forma de avaliação: A avaliação do aproveitamento será expressa em graus, variando numa escala de zero a dez. O aluno para ser aprovado deverá alcançar a média final de aproventamento não inferior a sete em cada disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no Curso em processo formal de avaliação

Observação: O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1/2018 do Ministério da Educação, publicada em Diário Oficial da Umão em 06/04/2018.



prefeitur	A MUNICIPAL DE BACABAL • M	iA .
Fls. n?:	LOV	_
	181208/2003	_
Rubrica:		

### Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8ADB3990F4A7434DB20CB8F9805383A6

Assunto: DocuSign: Licitações.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 3 Certificar páginas: 3

Assinaturas: 3 Rubrica: 0

**Assinatura** 

Assinatura gulada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluido

Remetente do envelope: Janaina Dias Marcal da Silva

R DONA MARIA CESAR, 170, SALA 0102 SALA

102 E - RECIFE Recife, PE 50.030-140 ianainamarcal@cers.com.br Endereco IP: 45.173.101.12

### Rastreamento de registros

Status: Original

25/12/2022 21:19:30

Portador: Janaina Dias Marcal da Silva ianainamarcal@cers.com.br

Adoção de assinatura: Estilo pre-selecionado

Usando endereço IP: 181.221.124.57

Local: DocuSign

### Eventos do signatário

Guilherme Marzol Montandon Saraiva

nertificadopos@cers.com.br

**OPERACIONAL** 

Guillerme Margel Montandon Sarama

COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA L'IDA

Nivel de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC OAB G3 CPF do signatário: 06707628496 Cargo do Signatário: DIRETOR

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/04/2021 10:00:56

ID: 5d70d96b-6a96-4618-84d2-c9d16edd16o0

Nome da empresa: COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

### Registro de hora e data

Enviado: 25/12/2022 21:19:31 Visualizado: 02/01/2023 10:25:45 Assinado: 02/01/2023 10:26:11

Eventos do signatário presencial

Evento de entrega do agente

Eventos de entrega do editor

Eventos de entrega intermediários Eventos de entrega certificados

Eventos de cópia

**Eventos com testemunhas** 

Eventos do tabelião

Eventos de resumo do envelope

Envelope enviado Entrega certificada Assinatura concluida Concluído

Eventos de pagamento

**Assinatura** 

Statue

**Status** 

**Status** 

Status

**Status** 

Assinatura

Assinatura

**Status** 

Com hash/criptografado Segurança veriticada Segurança verificada Segurança verificada

Status

Registro de hora e data

Carimbo de data/hora

25/12/2022 21:19:31 02/01/2023 10:25:45 02/01/2023 10:26:11 02/01/2023 10:26:12

Carimbo de data/hora

	Prefeitura municipal de Bacabal - Ma Fis. nº:
	Proc. nº: 181201/2023
Termos de Assinatura e Registro Elatrônico	Rubrica:

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 06/05/2020 19:3	4:20
Partes concordam em: Guilherme Marzol Montandon Saraiva	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA Fis. nº:	
Fls. nº:	404,
Proc. nº:	181201/1013
Rubrica:	

### VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Docusign.

Para verificar a(s) assinatura(s) clique no link: validator.docusign.com e siga as orientações para verificação de validade do documento, ou ainda no Adobe ou no Foxit.

Os nomes indicados para assinatura e seus critérios de criptografía seguem no teor dos documentos e no certificado de conclusão que segue junto ao documento.

A(s) assinaturas(s) tem validade jurídica como original no ambiente virtual, e, para conhecer um pouco mais sobre o assunto, lhe convidamos a ler a reportagem seguinte: https://www.docusign.com.br/legislacao



JAM JURÍDICA A informação necessária

www. jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br SIGA-NOS 33 23 10 São Luís/MA, 17 de agosto de 2018.

Odllon Cavatteri de Oliveira

André Araújo
Diretor da JAM Juridica

Fis. ne: 405 Proc. ne: 1817p1/1013

### **CURSO**

## PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO, RECURSO

#### 1. Acusação

- 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas.
- 1.1.1. Jurisdição e competência
- 1.1.2. Independência das instâncias
- 1.2. Principios processuais gerais e específicos
- 1.3. Requisitos de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
- 1.4.1. Processo de contas
- 1.4.1.1. Contas ordinárias
- 1.4.1.2. Tomada de Contas Especial
- 1.4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
- 1.4.2. Processo de fiscalização
- 1.4.2.1. Auditorias e inspeções
- 1.4.2.2. Denúncias e representações

### 2. Defesa

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
- 2.2. Meios de prova
- 2.2.1. Forma de apresentação
- 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.2.3. Ônus da prova
- 2.2.4. Prova emprestada
- 2.2.5. Prova de preco adequado
- 2.2.6. Prova por fotos
- 2.2.7. Prova por declaração de terceiro

### 2.2.8. Prova indiciária

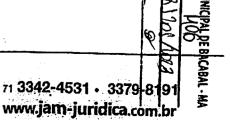
- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiências
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. A defesa produzida por advogado

### 3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes
- 3.1.1. Monocráticos
- 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
- 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
- 3.1.2. Colegiados
- 3.1.2.1. Cautelares
- 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
- 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
- 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
- 3.1.2.2.2. Corretivos
- 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabíveis
- 3.3. Nulidades processuals

#### 4. Recursos

- 4.1. Principios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos regulsitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
- 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
- 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
- 4.7.3. Embargos de Declaração
- 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
- 4.7.5. Agravo
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas
- 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas
- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos contas
- 5.3.1. Mandado de Segurança
- 5.3.2. Outras ações







JAM cursos

2M Letto Espoção e terros LHA CNPJ 00.803.368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831.183

SIGA-NOS

Www.ranaraire

## CERTIFICADO

**CERTIFICAMOS QUE** 

## Mariana Barros de Lima

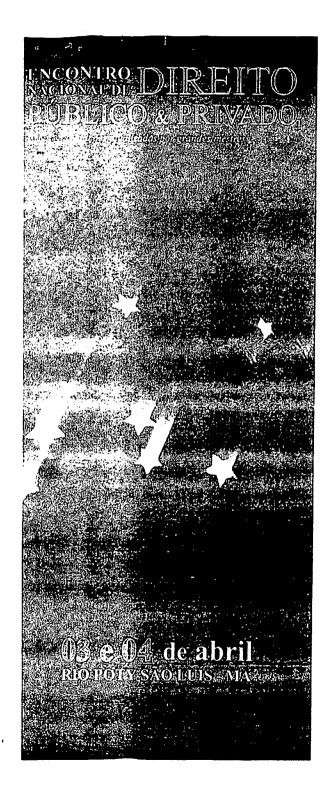
PARTICIPOU DO 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES, PROMOVIDO PELA REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB), REALIZADO NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2021, NO PERÍODO DE 14H ÀS 18H30, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 9 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA.

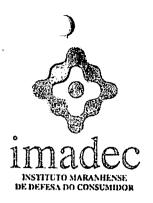
> Petrus Elesbão Presidente RGB / ALAGOV

Marcelo Secker Presidente IGCP

**Elise Brites**Diretora de Relações
Institucionais da RGB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - A
FIS. nº: 407
Proc. nº: 181701/1013
Rubrica: 0





### Certificamos que

## MARIANA BARROS DE LIMA

participou do ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2009, no Rio Poty Hotel, em São Luís -MA, com carga horária total de 12 horas.

São Luís. 04 de abril de 2009

Kelson Castelo Branco Presidente do Imadec

José Maria Ramos Martins Conselheiro Científico do Imadec Fábio Castelo Branco Vice-Presidente do Imadeo

ne: 1812

CIPAL DE BACABAL L/Q3 3 700 /1072

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL - MA	
Fls. ne:	иод.
Proc. nº:	121201/1023
Rubrica:	9



### DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Kelson Rogério Castelo Branco da Costa, no uso de suas atribuições, declara para os devidos fins que, Mariana Barros de Lima, participou do ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, realizado nos días 3 e 4 de abril de 2009, no Rio Poty Hotel, em São Luís-Ma, com carga horária total de 12 horas, que Melissa Santos Barros, participou do VI ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, realizado nos días 24 e 25 de abril de 2014, no Rio Poty Hotel, São Luís-Ma, com carga horária de 35 horas e que Silas Gomes Brás Junior participou do CURSO DE ATUALIZAÇÃO E PRÁTICA DIREITO ELEITORAL realizado nos días 02 e 16 de abril, 21 de maio, 11 de junho 2016, e 2 de julho de 2016 em São Luís-Ma, com carga horária total de 40 horas.

São Luis, 14 de março de 2022

Kelson Rogério Castelo Branco da Costa Direção Geral INSTITUTO IMADEC CNPJ 33.475.696/0001-61 www.imadec.com.br (98) 981637299 @institutoimadec

# 

Certificamos que

Mariana Barros de Lima

participou do curso de CONVÊNIOS: Proposição Celebração,

Execução e Prestação de Contas, realizado nos dias 24 e 25 de abril de 2014, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luis/MA, 25 de abril de 2014.

karine Lilian de Sousa Machado

André Araújo

iretor da JAM Juridica

स्याज्ञात्वात्वात्वात्वात्वात्वात्वाक्षेत्रस्य अस्याव्याक्षे

La Carrio Discontation de la Carrio de la Ca

### TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO

- Transferências da União
- Legislação Aplicável
- Modalidades de Descentralização
- Diferença entre convênio e contrato administrativo
- Principais Conceitos

### CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

### 1. Fase de Proposição

- Credenciamento
- Froposta de trabalho.
- Cadastramento
- Chamamento público
- · Plano de trabalho

### 2. Fase de Celebração

- Requisitos para celebração de convênios
- Formalização
- Cláusulas necessárias

- Publicidade
- Principais falhas apontadas pelo TCU

### 3. Fase de Execução

- Liberação dos recursos
- Movimentação dos recursos
- Vedações
- Observância da Lei nº 8.666/1993 e utilização do pregão
- Acompanhamento/controle
- Principais falhas apontadas pelo TCU

### 4. Prestação de Contas

- Responsabilidade pela prestação de contas
- Documentos exigidos
- Prazo para apresentação da prestação de contas
- Análise da prestação de contas
- Consequências da não-aprovação da Prestação de Contas
- Tornada de Contas Especial









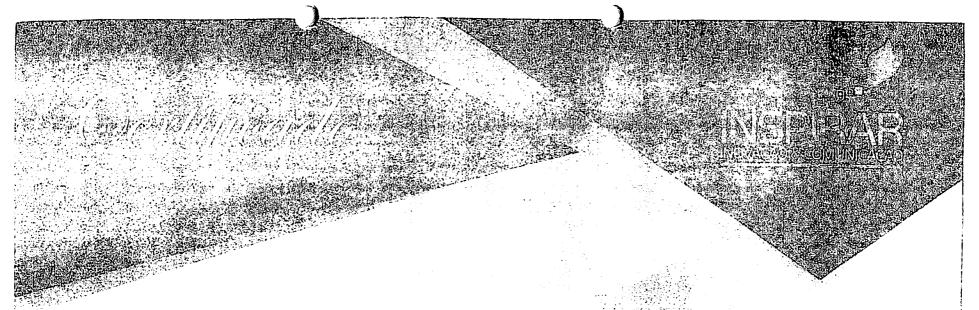












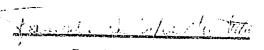
# Jornada Jurídica de Direito Administrativo

Certificames que Mariana Barros de Lima participou da Jornada Jurídica de Direito Administrativo com carga horária de seis horas, realizada no Teatro Zenira Figuene. Faculdade Pitágoras, com o palestrante José Aras, advogado e direitor do Centro de Estudos José Aras (Cejas), que ministrou a palestra "Improbidade Administrativa".

São Luís (MA), 04 de Outubro de 2016

Merdura Marques fiemo

Yndara Vasques Inspirar Inovação & Comunicação



Francidalva Monteles Inspirar Inovação & Comunicação FIS. no: 4112/



CO CONTROL 1981118860/2017

Certificamos que MARIANA BARROS DE LIMA

concluiu o curso presencial LICITAÇÕES E CONTRATOS NA

PRATICA - Abordagem Municipal

no dia 26 de maio de 2017

com carga horária de 15 horas.

Aprender Contabilidade CNPJ 24.549.957/0001-50

Pacif gap, Silvelandio Martink Savi



participou de curso RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018,

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 24 de julho de 2018.

JAM, JURÍDICA A informação necessária

www. jam-juridica.com.br contato@jam-juridica.com.br SIGA-NOS (2) (2) (0)

Odilon Cavalluri de Oliveira

André Araújo Diretor da JAM Jurídica ne: 1817-07

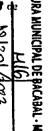
### **CURSO**

## RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

- 21. O sistema juridico de imputação de responsabilidade
- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 3.3 Responsabilidade penal
- 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
- 2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas puculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade
- 2.1. Processos de contas ordinárias
- 2.2. Tomada de Contas Especial
- 2.3. Proces ses de for aligações auditorias, dendecias, representações e outros
- 3. Espécies de responsabilidade
- 3.1. Responsabilidade contratual e extracentralua!
- 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
- 3.3. Responsabilidade solidária
- Elinôteses de responsabilização do particular
- 4.1 hesponsabilitànde da empresa contratada pelo Poder Público
- 4.2. Responsabilidade do sócio da empresa contratada polo Poder Público
- 5. Quais agentes públicos padem serresponsabilizados e por quais atos
- 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
- 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização
- 6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fatoilicito
- 6.1. Natureza jurídica do ilicito administrativo e/ou financeiro
- 6.2. Desafios a serem superados na caracterização do Ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especiais
- 7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão
- 7.1. Conceito jurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta por ação
- 7.4. Condula por omissão

- 8. Como se aplica aos Telbunais de Contas os critérios para avallação da culpa.
- 8.1. Culpa lato sensu
- 8.2. Culpa strictu sensu
- 8.3 Dolo
- 2. Critérios especificos para a avalíação da culpa do superior hierácquico.
- 9.1. Controvérsias em torno da delegação de competência
- 9.2. Falha na supervisão bierámuica
- 9.3. Má escolha do subordinado
- 10. Nexo de causalidade
- 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilicito.
- 10.2. Controvérsias no Direito em torno do terna
- 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo
- 11. Circunstâncias que podem isentar o agente público de musoasabilidade
- 11.1. Legitima defesa
- 11.2. Estado de Necessidade
- 31.3. Exercício Regular do um direito e estrito cumprimento do dever legal
- 11.4. Caso fortuito e forca maior
- 11.5. Fato de terceiro
- 11.6. Culpa exclusiva da Administração
- 12. Causas que justificam a não aplicação de sanções
- 12.1. Boa-fé
- 12.2. Aur ência de potencial conhecimento da ilicitude
- 12.3. Inexigibilidade de conduta diversa
- 13. Causas que impedem a aplicação de sanção
- 13.1. Morte
- 13.2. Prescrição
- 14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente
- 14.1. Matriz de responsabilização
- 14.2. Cautelas esperadas do agente público
- 15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

- interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados.
- 15.1. Responsabilidade do acente celítico
- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4. Responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios
- 15.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dingentes
- 15.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico
- 15.7. Responsabilidade de cuemage amparado em parecer jurídico ou técnico
- 16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações o contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casos julgados.
- 16.1. de quem elabora o erital
- 16.2, do membro de comissão de licitação
- 16.3, do pregociro e da equipe de apolo-
- 16.4. de que elabora projeto básico en termo de referência
- 16.5. de quem aprova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado dalicitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.8. de quem assina termo aditivo
- 16.9, do fiscal do contrato
- 16.10. do licitante fraudador
- 17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convenio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenentes, do prefeito e de seu sucessor, e do omisso no dever de prestar contas: Estudo de casos iulgados.
- 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omisso no dever de prestar contas
- 18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas E 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
- 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
  18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função
- 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação





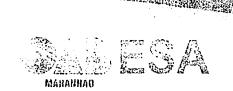




JAM Janktion Eritoração e Evantos Leta. CNPJ 00.803,368/0001-98 INSC. ESTADUAL 42.831.183



71 3342-4531 • 3379-819 www.jam-juridica.com.br



# 

Cartificamos que MARIANA BARROS DE LIMA participou do curso: " CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO " evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através de sua Escola Superior de Advocacia- ESA, nos dias 24 e 25 de Fevereiro de 2021, com carga horária de 6 horas.

São Luis, Ma 25 de Fevereiro de 2021.

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ

This po for son ling

Providente da OAB Marantiac

ANTONIO MORAES RÊGO GASPAR -

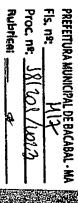
IMPETOR SERAL DA ESA/MA

ata de emissão: 03/03/2022 15:13

ódigo de verificação: F5433BE0-F963-4DE0-B892-19A02EA57940

ndereço: http://esa.oabma.org.br/certificado





Certificado

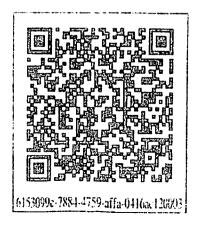








Certificamos que Mariana Barros de Lima participon do Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.



São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.

Charage.

Silvio Roherto Oliveira Amorim Junior Conselheiro Nacional do Ministério Público Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP ÚÇ.

Dr. Eduardo Jorge Hilay Nicolau Procurador-Geral de Justiça do Maranhão EFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL·MA

oc. nº: 18/20//1013

ubrica:

Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

## Verificação do Certificado

Curso

Weblindia - Governança, Transparència e Cantallés
Internos Méricipalis

Obtido para

time

Manufactorist at .

Data da emissão

Cédigo

Tuesday, 28 Sep 200, C9.16

@ Weblnatio\_\_\_Governanga\_pronsparégal\_a\_Controles\_Internos\_AtanicipalsCertificado\_de\_participagoa\_3093 pelí

6/153905g-78#4-4759 6#6-04/866/120008

FIS. ne: 12\00





## MARIANA BARROS DE LIMA

estinipau de la celes "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com e pares 14.153/21", realizado nos dias lo e 17 de outubro de 0.423 nu cidade de 38c buís/MA, perfazendo um total de 15 horas-aula.

São Luis, 17 de outubro de 2023

Jacqueline Aguiar da Silva
Jacqueline Aguiar da Silva
Sócia-administradora da Crhescer

Mariana Oarros de Louras ALUNO





## Certificamos que

## MARIANA BARROS DE LIMA

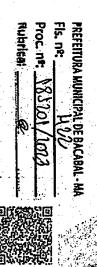
concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luís/MA, 22 de março de 2023

Jacqueline Aguian da Silva Jacqueline Aguiar da Silva Sócia-administradora da Crhescer

Mariana Barno de James
ALUNO

(98) 97020-1243 contato@crhescerconsult.com.br | www.crhescerconsultoriama.com.br @@vemcrhescer Rua dos Azulões, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060



### CONTEÚDO DO CURSO:

AULA 1 - O PLANEJAMENTO MAS CONTRATAÇÕES: Piecepariente de contratação de estados tecnoces prefinanteres e o Termo de telerência. A responsabilidade pela estado a anterior de setados de termo de Referência. A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência de Termo de Referência imprepriocades das informacios que como em a 3.8. Procipire porses sobre a descução de sobre a possibilidade de indireção de maior o edificação de expressão de similar à Procipira porses sobre a Competa de Competa de Referência de Laudos e amostras: A Divisão em Lotas o a Competa de Referência de Contratação. Responsabilidades decorrentes da produção de Referência de Referência de Serios de Contas sobre o tema.

AULA 2 - FASE INTERNA S EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO - Alexanismos du governança nas contratações: A importância de Planojamento das Contratações: Plano da Contratação Anual. Das Medalidades de Licitação - Progão, Concorrência. Concurso: Leitão e Dialogo compatitivo-nevidade: Inversão das fases, Modos de Disputa. Organismo fils imado e Sigiloso: De Divulgação do Edital de Licitação. O Portal Nacional de Gomoras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Criterias de julgamento - monor proço, maior desconto, methor técnica ou conteúdo artistico, maior lance, maior retorno econômico; O Julgamento e a (In)Exequibilidade das Propostas; Apresentação das propustas; Direito de Preferência des ME/EPPs; Julgamento e habilitação: Fase recursal e homologação.

AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: O Agente de Contratação e a equipe de contratação; A Gestão por Competência; O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Aplicação da Lei e as Definições que irão Nortear a Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos agentes de centratação; Segreçoção de funções: A defeta dos agentes públicos das esferas administrativa, controladora e judicial peta advocacia pública; Sobre o responsável pela conduça e carama - O pragos con características e exigências, responsabilidade, atribulções; Equipe de apoie e sua designação, atribulções, eventuais hipoteses de responsabilidade na equipe de apoie.

AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESOUISA DE MERCADO: Importância de Pesquisa Mercadelógica: Pesquisa de Preços na Lei nº 14,133/21; Onde realizar a posquisa: Opera untar os preços a cardiar suas variacões: Principais toftes na elaboração da pesquira de preços à luz da jurisprudência do TCU. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso de registro de preço para obrac: A possibilidade de vigência da ata por até dois anos; O SRP para hipoteses de contratação direte; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, contatido, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços; Assinatura da ata concomitente por creia de um formecedor Alteração e Revisão de ata de registro de preços. Recipiste o repactuação dos preços registrados: Cancelamento dos preços registrados: Adesão à Am de Registro de Preços, limites, procedimento, adesão por emidades de esferas federativas distintas: Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente penalizar o formecedor ou prestador; Aditivos a ata de registro de preços?

AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA: Planejamento da Contratação Direta; os estudos técnicos prelimínares e o Termo de referência; A Dispensa de Licitação; A Inexigibilidade de Licitação; O procedimento da Contratação Direta; Formalização do Processo de Contratação Direta.

AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais: Alocação de Riscos e Matriz de riscos: Duração o Execução dos contratos — com ênlase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados; Extinção e Nulidade contratual; Casos de modificação contratual; Reajuste de Preços, Repactuação, Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão: Tipos de infrações Infração administrativa e competência para aplicação de sanções; As Regras sobre a Regras s